

ESTRATÉGIAS PRONOMINAIS DE INDETERMINAÇÃO:
UM ESTUDO DIACRÔNICO

AMANDA DE SANTANA CAMPOS VARGAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Letras Vernáculas da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como quesito
para a obtenção do Título de Mestre em
Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientadora: Professora Doutora Maria
Eugênia Lamoglia Duarte

Rio de Janeiro
Agosto de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico
Amanda de Santana Campos Vargas
Orientadora: Professora Doutora Maria Eugênia Lamoglia Duarte

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Aprovada por:

Presidente: Prof^ª. Doutora Maria Eugênia Lamoglia Duarte- Letras Vernáculas - UFRJ

Prof^ª. Doutora Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante - Letras Vernáculas - UFRJ

Prof^ª. Doutora Maria Maura da Conceição Cezario – Linguística - UFRJ

Suplente Prof^ª. Doutora Célia Regina dos Santos Lopes - Letras Vernáculas - UFRJ

Suplente Prof^º. Doutor Mário Eduardo Toscano Martellotta - Linguística - UFRJ

Defendida a Dissertação
Em 31/ 08 /2010

SINOPSE

Evolução das formas pronominais de indeterminação do argumento externo, sob uma perspectiva diacrônica. Conjugação dos pressupostos teóricos do modelo de estudo da mudança proposto por W, L & H 2006 [1968] com a Teoria de Princípios e Parâmetros. Reflexões sobre a mudança na representação dos sujeitos de referência definida e preferência pelo preenchimento dos sujeitos de referência arbitrária. Encaixamento da mudança.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço de todo o meu coração a Deus, pela saúde, força e ânimo concedidos. Com certeza se não fosse pela iluminação e sabedoria divina, esse trabalho não teria sido viável.

Agradeço à minha talentosa orientadora professora Maria Eugênia Lamoglia Duarte, pela dedicação e comprometimento, por ler e reler esse trabalho, por ter aguentado minhas “crises de insegurança”, por nunca deixar de acreditar em mim, e principalmente, por ter me guiado desde os primeiros passos até aqui.

Meu profundo agradecimento é dirigido aos meus pais pelo contínuo apoio em todos estes anos. Agradeço muitíssimo à minha mãe, cujo espírito de abnegação e bondade permeiam minha vida, pela motivação, por suas orações e especialmente, por ter compartilhado comigo os momentos mais difíceis. Agradeço ao meu pai por seu exemplo de perseverança e responsabilidade, por todo investimento e credibilidade. À minha irmã, pelas palavras de incentivo e por sua crença absoluta de que eu seria capaz de concluir mais essa etapa de minha vida. Vocês estão por trás de tudo isso.

Sou também muito grata ao meu marido, meu companheiro neste percurso, por ter se esforçado para entender, como ninguém, o momento que eu estava vivenciando. Ao longo do período de realização deste trabalho, buscou compreender minhas ausências e dificuldades, procurou se aproximar de mim por meio da própria dissertação, contribuindo para a elaboração de todos os gráficos e tabelas.

Agradecer a todos os amigos e professores que me ajudaram na realização dessa dissertação constitui uma tarefa muito difícil. Meu maior receio é esquecer de mencionar alguém, então, a todos vocês que, de uma forma ou de outra, dispensaram sua amizade e sugestões para elaboração desse trabalho, gostaria de expressar minha sincera gratidão.

SUMÁRIO

Índice de tabelas e quadros	vii
Índice de gráficos e figuras	viii
INTRODUÇÃO	1
1. PONTOS DE PARTIDA	5
1.1 Introdução	5
1.2 A abordagem tradicional	5
1.2.1 As sentenças finitas	5
1.2.2 As sentenças não finitas	9
1.3 Estudos variacionistas: o sujeito pronominal de referência arbitrária em foco.	12
1.3.1 A perspectiva diacrônica	12
1.3.2 A perspectiva sincrônica	21
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA	33
2.1 Introdução	33
2.2 A Teoria gerativa e a Teoria de Variação	33
2.2.1 A Sociolinguística Variacionista	34
2.2.2 O modelo gerativista	36
2.2.3 A associação da Teoria gerativa com a Teoria de Variação	39
2.2.4 Procedimentos metodológicos	43
2.2.5 A amostra	44
2.3 Grupos de fatores levantados	47
3: ANÁLISE DOS RESULTADOS	57
3.1 Introdução	57

3.1.1 Distribuição geral das estratégias	57
3.1.2 Distribuição das estratégias em sentenças finitas	59
3.2 Representação nula e plena das formas pronominais	67
3.3 Concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural nas construções com <i>se</i>	73
3.4 Distribuição das estratégias em sentenças não-finitas	76
3.4.1 Distribuição geral com as estratégias em formas verbais não finitas	76
3.4.2 Representação plena das estratégias de indeterminação	84
Considerações finais.....	88
RESUMO	93
ABSTRACT	94
REFERÊNCIAS (peças teatrais)	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXOS	102

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

Quadro 2.1: Paradigmas pronominais e flexionais do português brasileiro.....	38
Quadro 2.2: Amostra utilizada segundo o período de tempo e autores.....	46
Tabela 3.1 Distribuição dos pronomes plenos (vs total: nulos + plenos) ao longo do tempo....	69
Tabela 3.2: Concordância vs não concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural em construções com <i>se</i>	73
Tabela 3.3: Concordância vs não concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural em construções com <i>se</i>	74
Tabela 3.4: Concordância vs não-concordância em relação à forma verbal simples ou complexa	75
Tabela 3.5: Posição do argumento interno em estruturas de <i>se</i> com infinitivo.....	80
Tabela 3.6. Distribuição dos pronomes plenos (vs total: nulos + plenos) ao longo do tempo em sentenças não finitas.....	84

ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1.1 Distribuição das estratégias de indeterminação em sentenças finitas por período de tempo	13
Gráfico 2.1. Sujeitos de referência definida expressos ao longo de sete períodos	38
Figura 3.1: Distribuição geral dos dados por período de tempo	58
Figura 3.2: Distribuição geral dos dados em sentenças finita e não finitas	59
Gráfico 3.1: Distribuição dos sujeitos de referência [+arb] por período de tempo em sentenças finitas	60
Gráfico 3.2: A representação plena das estratégias de indeterminação <i>eles, nós, a gente e você</i>	67
Gráfico 3.3: Sujeitos de referência definida expressos ao longo de sete períodos	68
Gráfico 3.4: Distribuição dos sujeitos de referência [+arb] nulos (vs plenos) em sentenças não finitas por período de tempo	77
Gráfico 3.5: Distribuição das estratégias plenas dos sujeitos de referência arbitrária por período de tempo	78

Tudo quanto te vier à mão para fazer,
faze-o conforme as tuas forças.

Eclesiastes 9:10

INTRODUÇÃO

Pesquisas sociolinguísticas associadas ao modelo gerativista de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981) têm revelado que o português do Brasil passa por uma mudança no seu comportamento no que diz respeito à marcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo (doravante PSN). Essa remarcação foi inicialmente observada na mudança na representação dos sujeitos pronominais de referência definida (cf. Duarte 1993) em comparação com as chamadas línguas românicas de sujeito nulo, como, por exemplo, o italiano, o espanhol e a variedade européia do português.

O estudo diacrônico de Duarte (1993), com base em peças de teatro de caráter popular, revela que o português brasileiro (PB) muda seu comportamento no que concerne à representação dos sujeitos pronominais de referência definida ao longo dos dois séculos analisados. A referida análise permitiu associar tal mudança à simplificação do paradigma flexional verbal. Até o início do século XX prevalecia o paradigma com seis formas distintas, mais dois sincretismos – representados pela segunda pessoa indireta (plural e singular), que utiliza as formas verbais de terceira pessoa. Atualmente, esse paradigma se reduz a quatro e, às vezes, três formas distintas, graças a dois fenômenos: (a) perda da segunda pessoa direta *tu* em parte do território nacional ou neutralização entre *tu/você* (revelada pelo uso da forma verbal com a desinência zero); concorrência entre *nós* e *a gente*, forma preferida por grupos mais jovens e cada vez mais popular entre os falantes de faixas etárias mais altas, que se combina com formas verbais de terceira pessoa do singular.

Esses resultados diacrônicos foram confirmados em duas pesquisas sincrônicas com base na fala carioca, em suas variedades culta (Duarte 1995) e popular (2003). Além da preferência por sujeitos de referência definida expressos, as duas pesquisas também revelaram que tal mudança atinge também os sujeitos de referência arbitrária (indeterminada), que aparecem preferencialmente expressos pelos pronomes *você* e *a gente* como em:

- (1) *Você* tem uma visão mais ampla, mais longínqua das coisas. *Você* tem uma visão mais... do espaço físico. *Você* não fica contido quanto aqui. Aqui *você* sai, *você* vê muito concreto na tua frente, *você* esbarra com isso. Lá não! *Você* tem uma visão de um litoral, *você* tem uma visão do verde, de uma coisa mais distante. E isso é como se *você* pudesse até respirar melhor, né? (cf. Duarte, 1995: 89).

- (2) *A gente* tem que seguir o que *a gente* sabe e da forma que *a gente* foi criado (cf. Duarte, 2003: 124).

Os estudos citados também mostram que a perda das características de língua pro-drop associada à simplificação do quadro pronominal no PB não acontece de maneira semelhante em todas as pessoas gramaticais “os casos de sujeitos nulos de referência definida identificados por concordância no PB são residuais e sugerem um período de transição – de língua pro-drop para língua não-prodrop”.(cf: Duarte 1993).

Esses resultados citados acima deixam evidentes a preferência do sujeito pronominal pleno na língua falada e as conseqüências oriundas da tendência ao preenchimento. Segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), é “natural que uma mudança linguística deixe certos vestígios ou “efeitos colaterais” – a que eles se referem como “encaixamento de mudança” – que atestem um novo traço de fato se instalando no sistema”. Ora, o aparecimento de sujeitos de referência indeterminada expressos não é outra coisa senão um efeito colateral da mudança afetando os referenciais definidos, ou seja, um efeito-dominó na mudança paramétrica por que passa o PB.

Tomando como referência o conjunto de propriedades que caracterizam o PSN e a teoria da mudança linguística proposta em Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), este trabalho objetiva analisar a implementação da mudança em direção aos sujeitos referenciais arbitrários plenos, buscando observar se o percurso do uso das formas pronominais nominativas expressas, substituindo o uso de *se* indefinido (apassivador/indeterminador) e do sujeito nulo com verbo na terceira pessoa do plural para representar os sujeitos de referência arbitrária no PB, acompanha o preenchimento dos sujeitos de referência definida da variedade brasileira do português, conforme foi demonstrado em Duarte (1993). Para tanto, pretendo analisar as peças de teatro de cunho popular, escritas nos séculos XIX e XX, mais especificamente entre 1845 e 1992, que compõem o corpus analisado pela autora.

Embora, o fenômeno já tenha sido estudado com base em amostras diacrônicas, não temos uma análise que acompanhe a mudança em peças de teatro popular, um gênero que busca representar a fala da época que retrata. Além do mais, a utilização da mesma amostra permitirá acompanhar não só o elenco das estratégias inovadoras, mas sua realização nula/plena.

Pretende-se, então, observar:

(1) como evolui a representação dos sujeitos de referência arbitrária no português brasileiro, ao longo dos dois séculos em que foram produzidas essas peças – um tipo de texto escrito que, apesar de não reproduzir fielmente, aproxima-se bastante da modalidade oral, como declara Duarte (1993) em relação aos resultados obtidos para a peça escrita em 1992;

(2) que trajetória a mudança segue?

(3) o uso de formas pronominais nominativas para indeterminar o sujeito se implementa juntamente com a tendência a preencher os sujeitos referenciais definidos?

(4) quais são os condicionamentos sintáticos que influenciariam a escolha de determinada estratégia para a representação do sujeito de referência arbitrária?

O presente trabalho parte de tais perguntas e da hipótese principal de que as peças mais antigas mostrarão uma preferência pelo uso de *se* indefinido (indeterminador/apassivador), além do sujeito nulo com o verbo na terceira pessoa do plural, exatamente como recomendam os compêndios normativos, que se inspiram em estágios anteriores da língua e, não raro, na variedade europeia do português. À medida que se reduz nosso paradigma flexional e ocorre o aumento de sujeitos referenciais expressos, espera-se igualmente a ocorrência de outras estratégias de indeterminação até chegarmos ao quadro atual revelado pelos estudos sincrônicos mencionados. A confirmação dessa hipótese permitirá relacionar a tendência ao uso de formas pronominais nominativas expressas à mudança na representação dos sujeitos referenciais definidos, uma evidência do “encaixamento da mudança”.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresento (a) a definição dos sujeitos de referência arbitrária; (b) a abordagem contida nas gramáticas tradicionais concernentes às estratégias de indeterminação; (c) uma análise que tem como ponto de partida os resultados de estudos empíricos a respeito da representação do sujeito pronominal de referência arbitrária no português do Brasil.

No segundo capítulo, são apresentados (a) o quadro teórico em que se insere esse estudo: a conjugação da Sociolinguística Variacionista com a teoria de Princípios e Parâmetros e (b) a metodologia utilizada no trabalho, que compreende: a descrição da amostra

utilizada, o estabelecimento dos grupos de fatores relacionados à representação dos sujeitos de referência arbitrária e a motivação para seu levantamento.

No terceiro capítulo, tem-se a análise dos dados que consiste na interpretação dos resultados concernentes aos grupos de fatores elaborados e submetidos ao programa matemático Varbrul (Pintzuk 1998), no intuito de observar quais estratégias de indeterminação são implementadas em cada período de tempo investigado. Por fim, a partir dos resultados alcançados, apresentam-se as conclusões do estudo.

Espero, com esta pesquisa, continuar a análise do percurso do comportamento do PB no que se refere à representação dos sujeitos de referência arbitrária e assim acrescentar informações adicionais ao que já se tem descrito sobre a história do português brasileiro, especialmente no âmbito dos estudos concernentes à remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) associada à noção de encaixamento da mudança proposto por Weinreich, Labov & Herzog (1968) e as propriedades que caracterizam o Parâmetro do Sujeito Nulo (Chomsky 1981).

CAPÍTULO 1: PONTOS DE PARTIDA

1.1 Introdução

Neste capítulo, apresento o conceito de indeterminação do sujeito e as diferentes estratégias de indeterminação, começando pela abordagem tradicional. Em seguida, descrevo os resultados encontrados em alguns dos estudos empíricos realizados a respeito do tema tanto na modalidade escrita quanto na modalidade oral.

1.2 A abordagem tradicional

1.2.1 As sentenças finitas

O conceito de sujeito indeterminado tanto nas gramáticas tradicionais quanto nos livros didáticos recentes se limita ao aspecto semântico, deixando de associar à definição aspectos sintáticos que caracteriza a forma dos sujeitos como se vê a seguir:

Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Dizemos, então, que o sujeito é indeterminado.

(Cunha & Cintra (2007: 128)

Sujeito indeterminado é o que não se nomeia ou por não se querer ou por não se saber fazê-lo. (Bechara (1987:200)

Ocorre quando não é possível identificar a quem se refere o predicado. (José de Nicola (2008:84)

São indeterminados os sujeitos que não podem ser claramente identificados a partir da forma do predicado verbal, ou seja, não é evidente sobre o quê ou quem o predicado verbal afirma algo. Abaurre (2002: 164)

A tradição gramatical apresenta apenas duas estratégias para indeterminar o sujeito: a primeira diz respeito ao emprego do verbo na terceira pessoa do plural com o pronome não expresso e a segunda é a utilização da terceira pessoa do singular acompanhado da partícula “se”, desde que os verbos sejam intransitivos e transitivos indiretos como se observa nos exemplos abaixo:

- (1) **Contaram-me**, quando eu era pequenina, a história duns náufragos, como nós. (Cunha & Cintra, 2007:128)
- (2) Ainda **se vivia** num mundo de certezas.
(Cunha & Cintra, 2007:128)
- (3) **Precisa-se** do carvalho; não **se precisa** do caniço.
(Cunha & Cintra, 2007:128)

Os autores ainda ressaltam que os dois processos de indeterminação podem ocorrer num mesmo período, o que, de certa forma, nos permite constatar que as duas formas são quase sempre intercambiáveis, como em:

- (4) Na casa **pisavam** sem sapatos, e **falava-se** baixo.
(Cunha & Cintra, 2007:128)

Em recente gramática da língua portuguesa, Inês Duarte (2003) apresenta para o português europeu as mesmas estratégias de indeterminação citadas anteriormente, com o acréscimo de mais uma possibilidade: o emprego da 2ª pessoa do singular de um verbo em frases com interpretação genérica como em:

- (5) **Ajudas** sempre os amigos e apesar disso eles criticam-te
(Inês Duarte, 2003:283)

A autora faz ainda um comentário interessante a respeito da representação dos sujeitos de interpretação arbitrária. Destaca que o português se caracteriza por ser uma língua que fixa

o valor positivo para o Parâmetro do Sujeito Nulo, por isso não admite sujeitos com realização lexical em frases finitas. Assim:

Não existe um pronome tônico para exprimir o sujeito com **interpretação arbitrária**, denominado indeterminado na tradição gramatical luso-brasileira. (Inês Duarte, 2003:282)

Naturalmente, como veremos adiante, isso não se aplica ao português brasileiro. Finalmente, a autora inclui entre as formas de indeterminação, as construções com clítico nominativo “se” acompanhado de verbos transitivos diretos sem a concordância com o argumento interno, como se vê nesses exemplos extraídos de amostras do PE:

- (6a) (...) não **se vê jovens** a comer um prato de peixe (Amostra do Português Fundamental cf. Nascimento et alii, 1987)
- (6b) (...) mesmo que **se leve cônjuges**, não se pode, o cônjuge não pode trabalhar. (Amostra CD-Oral-Rom, Cresti & Moneglia, 2005)

Tais estruturas com verbos transitivos diretos no singular e argumento interno no plural – ou seja – uma estrutura ativa – são frequentes no PB, como atestam os dados de Duarte (2002), extraídos de anúncios publicados em jornais do século XIX:

- (7a) Olaria nos VALLINHOS **Fabrica-se telhas** e tijollos que se vendem por preços muito rasoaveis. Os proprietarios desta olaria incumbem-se de remettel-os para campinas, ou outra qualquer parte. Trata-se na rua das Flôres n. 29, com José Barbosa Guimarães.
- (7b) Esta officina [...] continúa como sempre a servir bem os seus freguezes, faz-se e concerta-se qualquer peça mechanica por mais difficil que seja; **faz se fechaduras, chaves e concerta-se ferros de engommar** que ficam mais fortes que os novos; tudo o mais concernente a arte. Era bem sensível a falta nesta capital e no interior de uma casa **onde se concertasse** com perfeição **espingardas, revolvers, pistolas e garruxas** de qualquer systema, pois esta casa garante a perfeição nesses trabalhos com brevidade e preços rasoaveis no que não tem competidor.

Podemos notar que os gramáticos brasileiros são unânimes ao considerar como estratégias de indeterminação aquelas que privilegiam a omissão dos pronomes pessoais e o emprego do clítico “se” indeterminador. Por questões de ordem **estritamente sintáticas**, não se inclui o “se” apassivador entre essas estruturas simplesmente porque, nesse caso existe a possibilidade de a concordância do verbo transitivo direto com o argumento interno que recebe caso nominativo e a função sintática de sujeito como no exemplo a seguir:

(8) Não **se apanham trutas** a bragas enxutas

[Como se fazia um deputado – 1882- França Jr.]

Ora, não havendo lugar sintático para um “sujeito indeterminado” nessa estrutura, já que “trutas” é um sujeito de referência definida, este “se” é tratado separadamente como pronome apassivador e as gramáticas costumam dizer que, nesse caso, a estrutura seria equivalente a “Trutas não são apanhadas a bragas enxutas”, um argumento discutível, se se considera que as duas formas não são intercambiáveis.

Naturalmente, num sistema que sempre privilegiasse a concordância, numa estrutura como (9) o “se” poderia ser considerado um apassivador; entretanto, num sistema como o nosso, em que as estruturas ativas e passivas estão em variação na escrita e praticamente extintas da fala coloquial, a estrutura pode ter uma interpretação sintática ambígua:

(9) **Ouve-se** um trovão (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

Nesse caso, a partícula *se* pode ser considerada como um índice de indeterminação ou um pronome apassivador. A primeira possibilidade está embasada numa estrutura de voz ativa em que “alguém ouve um trovão” com sujeito indeterminado, representado pelo clítico “se”. Já na segunda possibilidade, a estrutura equivalente é: “um trovão é ouvido”, em que o argumento interno (um trovão) aparece na função sintática de sujeito recebendo, portanto, caso nominativo.

A semelhança entre essas construções diz respeito ao fato de o agente (argumento externo) estar suspenso em todas elas, sendo sua referência indeterminada. Por essa razão, neste trabalho, faremos referência ao “se” apassivador/indeterminador como “se” indefinido e apresentaremos uma seção em que serão feitos comentários sobre as construções com transitivos diretos + argumento interno no plural.

1.2.2 As sentenças não finitas

As gramáticas não tratam dos sujeitos das orações não finitas, nem dos definidos e nem dos indeterminados. Só vão mencionar o sujeito das infinitivas ao tratar especificamente do emprego do infinitivo e do uso de *se* com o gerúndio. Na seção em que as gramáticas tradicionais abordam o uso do infinitivo, elas costumam fazer uma diferenciação quanto ao conceito de infinitivo pessoal e infinitivo impessoal. O infinitivo impessoal seria aquele “que não tem sujeito, porque não se refere a uma pessoa gramatical” (Cunha 2007: 484). Já o infinitivo pessoal é apresentado como o que possui sujeito próprio, podendo ou não ser flexionado. Vejamos os exemplos:

(10a) **Amar** é a eterna inocência. (Cunha & Cintra, 2007:484)

(10b) Bom seria **andarmos** nus como as feras. (Cunha & Cintra, 2007:489)

Ao analisar as estruturas, fica patente a inconsistência da conceituação tradicional. O primeiro exemplo apresenta o verbo “amar” que seleciona dois argumentos, um dos quais tem a função de sujeito, que neste caso, se refere a qualquer pessoa ou a alguém, uma referência arbitrária ou indeterminada. No caso do exemplo (10b), Cunha & Cintra (2007) comentam que o verbo *andarmos* se refere a um agente não expresso, que se quer dar a conhecer pela desinência verbal; seria, então, um sujeito de referência definida, o que tampouco tem consistência, porque o sujeito de *andarmos* pode ser também indeterminado. Além disso, as gramáticas parecem ignorar que a terceira pessoa do sujeito do infinitivo pessoal tem desinência zero. Em resumo, nas Gts, o sujeito indeterminado só é admitido com o infinitivo flexionado na terceira pessoa do plural, como se vê em:

(11a) Ouvi **dizerem** que Maria Jeroma, de todas a mais impressionante, pelo ar desafrontado e pela pintura na cara, ganhara o sertão.

(Cunha & Cintra, 2007:489)

(11b) - O culpado de tudo é aquele tal de Doutor Reinaldo. Por que não deixou **levarem** a sujeita para o Recife? (Cunha & Cintra, 2007:489)

No que diz respeito às sentenças não finitas, a tradição gramatical deixa a entender que, na ausência de um antecedente, o sujeito dos infinitivos e gerúndios possuem referência arbitrária, portanto, não é necessário qualquer índice de indeterminação, exceto nos casos de gerúndio precedido de preposição como se vê no exemplo:

- (12) Em *se* lhe dando corda, ressurgia nele o tagarela da cidade.
(Cunha & Cintra, 2007:492)

Segundo Duarte (2008: 15) “há, pois, uma relação direta na tradição gramatical entre infinitivo impessoal e *inexistência* de sujeito e infinitivo pessoal e *existência* de sujeito”. Daí advém a explicação para o fato de muitos gramáticos não apresentarem qualquer menção à possibilidade de emprego do *se* junto aos verbos no infinitivo: *Jurar falso é grande crime* (Rocha Lima 1972:380). O gramático Napoleão Mendes de Almeida (1969, p. 203-204 e 207-208) comenta sobre esse uso com a única finalidade de condená-lo como mostra o seguinte trecho: “êrro pernicioso e cada vez mais encontradiço em nossa literatura”. O autor toma como exemplo a estrutura “Convém notar-se que êle errou” produzida por um redator ou escritor qualificado como “descuidado” pelo gramático. Segundo ele, o sujeito de *convém é notar que ele errou*, portanto, o *se* não teria qualquer “utilidade” e a frase deveria ser reescrita assim: “Convém notar que ele errou”. Duarte (2008) expõe que o autor não tece qualquer comentário a respeito do sujeito indeterminado de “notar”, o verbo da oração subordinada “quem nota?”. Segundo a autora, o protesto do gramático mostra que tal uso era recorrente na época, sendo portanto, possível supor que o emprego de *se* estava em variação com o sujeito nulo indeterminado em verbos infinitivos.

O trabalho de Nunes (1990 apud Duarte 2008) revela que o emprego de *se* junto aos infinitivos não é nenhuma novidade do século XX. O autor chama a atenção para esse tipo de construção em textos do século XIX como se vê no exemplo:

- (13) Nunca pude me conformar com a ideia de *se* matar um homem a sangue frio. (carta, 1894)

Tal emprego, entretanto, está longe de ser uma inovação brasileira do século XIX, como nos mostra a pesquisa diacrônica de Cavalcante (2006). A autora afirma que tal estrutura já pode ser observada no Português Clássico (séculos XVI, XVII e XVIII) com índices que

chegam a 20% nos dois primeiros séculos. No português europeu moderno, o percentual é de 9% (PEM- séc XIX). O porquê de tamanho estranhamento e rejeição dos gramáticos em relação a esse tipo de construção, já que esta não constitui uma inovação do século XX é explicado por Duarte (2008, p. 17):

Á medida que o Português Europeu Moderno se encaminha para uma redução nesse uso, por razões ainda não desvendadas, a norma do Brasil, na tentativa de se espelhar na lusitana, segue de perto esse uso parcimonioso e por isso mais saliente aos “olhos” e “ouvidos” dos gramáticos. Explica-se assim a rejeição dos gramáticos a esse uso e tem-se mais uma evidência da “mudança da norma” no Brasil em direção à norma lusitana na virada do século XIX, apontada por Pagotto (1998).

Tanto no que se refere às sentenças finitas quanto às sentenças infinitivas, a verdade é que as descrições gramaticais feitas no Brasil ignoram não só o fato de que novas estratégias de indeterminação surgiram como também a possibilidade de os pronomes poderem aparecer expressos (e não apenas nulos, como no português europeu). Uma evidência dessas mudanças é constatada nos protestos de João Ubaldo Ribeiro numa crônica de 2009. Da mesma forma que o gramático Napoleão Mendes de Almeida critica o uso de *se* com infinitivo, o autor certamente pela frequência do uso de *você* indeterminador, rejeita com ironia tal inovação. Vejamos um trecho dessa crônica do autor:

Não pretendia voltar a escrever sobre como a língua vai mudando, por não se quer ser chamado de velho caturra, mas esta semana (ou, segundo a atual usança, “nesta semana”), (...) outra usança: estabeleceu-se o “você”, no lugar do nosso bem mais respeitável “se”. Agora não se faz mais nada, é você quem faz. Por exemplo, a afirmação “deve-se checar” é substituída por “você deve checar”. De novo, só se ouve falar assim e de novo **temo** que se transforme em regra, até porque você escuta muito isso dos próprios professores e você sabe que, quando, você aprende algo na infância, você nunca esquece e aí você usa na vida o que você aprende na escola. (O Globo, 7 de Junho de 2009) [ênfase acrescida]

Na próxima subseção veremos que pesquisas sociolinguísticas comprovam a tal “usança” a que se refere João Ubaldo Ribeiro em seu artigo.

1.3 Estudos variacionistas: o sujeito pronominal de referência arbitrária em foco

Inúmeros estudos sobre estratégias de indeterminação têm sido desenvolvidos nas três últimas décadas com diferentes propósitos. Lançar mão desses estudos, que abordam o tema sob perspectivas teóricas semelhantes, mas utilizam amostras diferentes tanto na modalidade oral quanto na escrita, é relevante para nos auxiliar a traçar o percurso do uso das formas pronominais nominativas para representar os sujeitos de referência arbitrária no PB.

As próximas subseções apresentarão os resultados de diferentes trabalhos que serviram de inspiração para esta dissertação no âmbito da fala e da escrita tanto sob uma perspectiva diacrônica quanto sincrônica. Para cada um desses trabalhos, serão apresentados separadamente os resultados em sentenças finitas e em sentenças infinitivas.

1.3.1 A perspectiva diacrônica

Cavalcante (1999) realizou uma pesquisa diacrônica sobre a indeterminação do sujeito em textos jornalísticos dos séculos XIX e XX, divididos em cinco períodos distintos que compreendem os anos de 1848 a 1998. Tomando como referência os pressupostos teóricos da Teoria de Princípios e Parâmetros associados a uma perspectiva variacionista a fim de verificar o encaixamento de uma provável mudança, os objetivos do estudo eram verificar se a norma padrão dos jornais acompanha as prescrições da GT para a norma padrão culta e se as mudanças na modalidade oral constatada por Duarte (1993, 1995) já teriam reflexos na modalidade escrita. Os três tipos de textos analisados foram os editoriais, os opinativos e as crônicas.

As sentenças finitas

Em primeiro lugar, a autora constatou que houve um número bem maior de estratégias para indeterminar o sujeito além daquelas recomendadas pela gramática tradicional que aponta apenas a terceira pessoa do plural, com o pronome não expresso, e o emprego de *se* para as sentenças finitas. Foi observada, além dessas, a presença das formas pronominais *nós*, *a gente*, *você* e *eles* (expressos) conforme ilustram os exemplos abaixo:

- (14) Nesta época de consciências frouxas e de convicções quebradiças, em que se arvora o pessimismo em doutrina suprema, porque para achar boa a vida é preciso vivê-la, e **nós** temos preguiça até disto, - o notável bahiano é uma lição magistral. (cf. Cavalcante, 1999: 75)
- (15) Este governo tem se esforçado para nos convencer de que o Brasil que **a gente** vê não é o Brasil de verdade, é outro país.
(cf. Cavalcante, 1999: 75)
- (16) Quando **você** pensa que já pode escolher, com certeza, o seu favorito, **eles** lançam, só para confundi-lo, uma tolice nova.
(cf. Cavalcante, 1999: 75)

Nos três tipos de textos analisados, a autora constatou a competição entre o uso de *se* e *nós* em todos os períodos estudados. Vejamos os resultados de Cavalcante (1999).

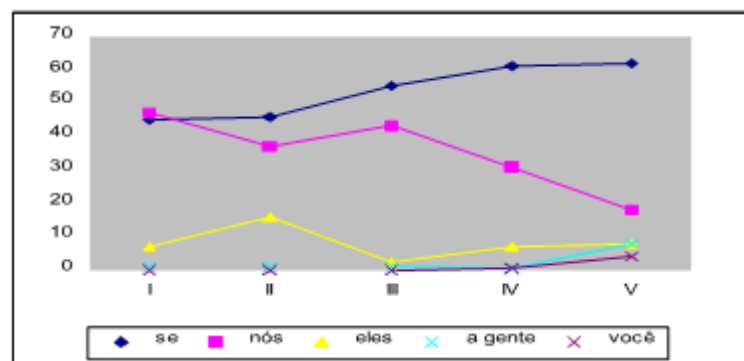


Figura 1.1 Distribuição das estratégias de indeterminação em sentenças finitas por período de tempo(Cavalcante 1999:66)¹

Até 1910 os editoriais apresentam um predomínio no emprego de *nós*, nos períodos subsequentes, o uso de *se* supera o de *nós*, constituindo a estratégia de indeterminação mais utilizada nos demais períodos, alcançando percentuais de (90%) no último período. Para

¹ Os períodos mencionados no gráfico referem-se às seguintes datas: período I (1848-1869), período II (1891-1910), período III (1935-1942), período IV (1964-1968) e período V (1996-1998). Cavalcante (1999) não delimitou esse recorte no tempo de forma aleatória. Essas datas foram atreladas àquelas estabelecidas por Duarte (1993) a fim de comparar o comportamento das estratégias de sujeitos indeterminados em relação aos de referência definida. (cf. Cavalcante 1999: 52).

justificar tal comportamento, a autora destaca que os editoriais são um tipo de texto mais formal daí um padrão normativo mais condizente com as prescrições da GT – maior utilização do clítico *se* e reduzido emprego dos pronomes para indeterminar o sujeito.

Nos textos opinativos, observou-se, no primeiro período, uma concorrência entre as estratégias de indeterminação com o emprego de *se* e *nós*, apresentando percentuais bem próximos de (50%) e (46%) respectivamente. Nos períodos seguintes, o uso de *se* aumenta significativamente, revelando percentuais de (76%) no período V. No entanto, nesse tipo de texto, no final do século XX, já pode ser verificada a entrada das formas *a gente* e *você* com índices bem reduzidos.

As crônicas, por serem um tipo de texto mais informal, facilitaram a introdução de novas formas, apresentando uma distribuição bem equilibrada entre as estratégias de indeterminação – até o período IV, as formas com *se*, *nós*, *eles* e *a gente* foram as mais utilizadas. A partir desse período, tem-se a infiltração da forma *você* e uma homogeneidade na distribuição das diferentes estratégias com percentuais de (36%) para o uso de *se*, (27%) para *nós*, (17%) para *a gente*, (14%) para *eles* e (9%) para *você*.

Com relação à forma de expressão nula e plena dos pronomes, os resultados mostram a preferência pelos sujeitos indeterminados nulos em todos os três tipos de textos analisados. Destaca-se que, de um lado, aparecem os editoriais, que constituem o tipo de texto mais próximo das prescrições normativas, e do outro as crônicas, textos mais informais, que se revelaram como a porta de entrada para o emprego das formas pronominais plenas, ou seja, as estratégias mais presentes na oralidade.

Cavalcante (1999) também investigou a concordância entre verbo transitivo direto e o argumento interno no plural nas construções com *se* a fim de testar a hipótese de que haveria um aumento dos casos de não-concordância ao longo do tempo em comparação com as ocorrências de concordância e também com o objetivo de verificar se ocorreria um alargamento dos seus contextos de uso. Os resultados mostram que a hipótese da autora não foi confirmada uma vez que os percentuais de não concordância não superaram em nenhum momento os de concordância. Foram obtidos apenas 7% de dados de não concordância em relação ao total de ocorrências, o que evidencia que “a não concordância na escrita padrão esteja num processo de variação estável, e não de mudança”. (cf. Cavalcante 1999:78)

Em relação aos contextos de uso, a pesquisa mostrou uma mudança qualitativa no que diz respeito à não concordância. Foram analisados dois fatores em particular em relação aos cinco períodos estipulados pela autora:

- (1) a estrutura do núcleo do predicado que opõe as formas verbais simples às locuções verbais formadas por tempos compostos e outros predicados com a presença de auxiliares modais e aspectuais. A hipótese para este grupo de fator era a de que os contextos de estruturas complexas seriam os primeiros a favorecer a não concordância.
- (2) a posição do argumento interno que leva em conta as seguintes possibilidades (posposto, anteposto, relativizado e não realizado foneticamente). A hipótese que norteia este grupo de fator era a de que a posição do argumento interno nas sentenças poderia ser um fator que interferiria na concordância. Assim, acreditava-se que os contextos de argumentos internos pospostos, relativizados e não realizados foneticamente seriam favorecedores da não concordância enquanto que a anteposição dos argumentos internos (deslocamento para a posição de sujeito) a retardaria.

Os resultados confirmam as hipóteses da autora. Constatou-se que até o terceiro período todos os casos de não concordância foram encontrados em estruturas complexas com argumentos internos relativizados e pospostos. Somente a partir do período IV foram obtidos exemplos de não concordância em estruturas simples, mas ainda com argumento interno posposto e relativizado ao verbo. Houve apenas um caso de não concordância com argumento interno anteposto num contexto muito específico de SN formado por palavras sinônimas. Vejamos os exemplos:

- (17a) Fazendo a sua profissão de fé religiosa, o parlamentar brasileiro entra em outras considerações terminando por accentuar que a uma individualidade da cultura e da visão do eminente purpurado não **se pode atribuir atitudes dubias...** (Cavalcante 1999:80)
- (17b) A nossa politica nada tem, porem, de commum, nem nas formas, nem no pensamento, com os programmas **que se tem apresentado**, e que tem sido sustentados por altos carateres sociaes: não! (Cavalcante 1999:80)

Pode-se dizer que os resultados obtidos pela autora apontam para um enrijecimento da norma, já que a estratégia de indeterminação com o uso de *se* predomina em todos os tipos de texto. Entretanto, não pode ser ignorada a introdução, ainda que tímida, de outras formas de indeterminação nos demais textos, mas especialmente nas crônicas, como o uso de *nós*, *a*

gente e você - essas formas continuam a ser ignoradas por gramáticas pedagógicas, que se limitam a reproduzir a tradição gramatical da primeira metade do século XX.

Se o estudo de Cavalcante mostra pouca ocorrência de não concordância em construções com *se* em textos mais formais, o estudo de Duarte (2002), com base em anúncios de jornais publicados durante o século XIX nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, mostra que, em textos mais informais, a variação no emprego de construções com *se indefinido* (indeterminador/ apassivador) não é um fenômeno recente no sistema.

Segundo seus resultados, no que diz respeito às sentenças finitas, a concordância e não concordância entre o verbo transitivo e argumento interno apresentaram uma concorrência acirrada com percentuais bem próximos de (50,2%) para a concordância e (49,8%) referentes à não-concordância ao contrário da escrita padrão atual que privilegia o *se apassivador* (Cavalcante 1999). Os resultados confirmam a expectativa da autora que era encontrar uma intensa variabilidade já que o tipo de texto analisado se caracteriza pela presença de uma menor pressão em direção à norma lusitana, que só ganhou forças no final do século XIX e primeira metade do século XX. Vejamos um exemplo desse fenômeno variável:

- (18) Photographia Campinense (...) **tira-se** de hoje em diante **retratos perfeitos** das 7 horas da manhã até 5 da tarde, “sendo preferíveis os dias cobertos e chuvosos”. (...) **Os retratos da photographia simples tirão-se** ainda pelo preço baratissimo de 5\$000 a duzia. (Duarte 2002: 7)

O exemplo acima ilustra bem essa variação. O predicador verbal ora aparece em relação de não-concordância com o argumento interno (**tira-se retratos perfeitos**) ora apresenta concordância (**Os retratos da photographia simples tirão-se**). Alguns condicionamentos foram selecionados como relevantes para a não-concordância: a procedência dos dados, a posição do clítico (próclise ou ênclise), a estrutura do SN e a posição do SN. A conjugação desses fatores explica o emprego variável ilustrado acima: no primeiro caso, a posposição do argumento interno (o falante parece entender que o SN posposto representa um complemento), a posição enclítica e estrutura composta favorecem a não-concordância. Já no segundo caso, a anteposição do SN (essa posição do argumento interno é interpretada pelo falante como sujeito), a posição procílica e estrutura simples favorecem a concordância.

Quanto à procedência dos dados, a autora esperava que nos estados mais distantes do centro cultural da época, que no caso era o Rio de Janeiro, a concordância seria favorecida e

nos lugares onde havia menor influência dos imigrantes portugueses, como exemplo a região Norte, a não-concordância seria favorecida. E foi justamente isso que aconteceu, os resultados comprovaram que quanto mais distantes do centro cultural mais favorecida era a não-concordância. Daí os maiores índices de não-concordância terem sido encontrados na região Sul – estados distantes do centro cultural e de colonização não-portuguesa.

Podemos ver, então, que em ambos os trabalhos, que tratam da concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural, os contextos de posposição e de estruturas complexas favorecem de fato a não concordância.

As sentenças não-finitas

Voltando ao estudo diacrônico de Cavalcante (1999), também foram investigadas as seguintes estratégias de indeterminação em sentenças não finitas: “formas sem *se*”, “infinitivo com *se*”, “gerúndio com *se*” e “pronominais”. A preferência pela representação dos sujeitos, em todos os períodos analisados, foi a posição vazia. Isso revela que tais textos estão exatamente de acordo com aquilo que as gramáticas tradicionais, tomando como modelo a norma lusitana, descrevem e recomendam. A expectativa da autora que era a de que houvesse um aumento do uso de *se* junto ao infinitivo no decorrer dos anos por conta da presença do infinitivo flexionado que legitima a presença do *se*. Entretanto, isso não aconteceu, os resultados mostraram uma preferência pelo uso do infinitivo sem *se* com índices que giram em torno de 67% a 80% ao longo dos cinco períodos analisados, “na realidade, tal uso se configurou como uma variação estável no sistema” (Cavalcante 1999:107). O exemplo a seguir ilustra o emprego do infinitivo com a presença e ausência do *se*:

- (19) Tem muita coisa interessante para **se ver** e outras dá até para___ **comprar**.(Cavalcante 1999:63)

Quanto ao emprego de *se* com infinitivo, foram destacadas duas importantes características: a primeira diz respeito aos contextos regidos de preposição, onde foram obtidos os maiores percentuais dessa estratégia e a segunda se refere ao alargamento dos contextos propiciadores ao surgimento dessa estratégia no decorrer dos cinco períodos estudados. Além da presença de preposição, o estudo aponta que em determinados períodos o tipo de texto se mostrou bastante relevante. Até o período III, o uso de *se* com infinitivo ficou

distribuído entre as crônicas, editoriais e artigos de opinião. A partir da década de 60 (período IV), as crônicas apresentam os maiores percentuais seguida dos artigos de opinião. O tipo sintático da oração também foi selecionado, o uso de *se* predominou nas orações que podem ser introduzidas por preposição, as completivas e adverbiais. Por fim, tem-se a estrutura do núcleo do predicado, as estruturas complexas favoreceram o emprego de tal estratégia.

(20a) Ainda agora acaba de **produzir-se** um novo conflicto entre Portugal e as avançadas commerciaes inglezas e logo o Times sahio em socorro d'estas. (Cavalcante 1999: 91)

(20b) Do mesmo modo terminou-se o conflicto com a Bolivia, á qual não disputámos a posse das Salinas do Almeida, pertencentes a Matto Grosso, apesar de só **se ter effectuado** essa posse depois da independencia e não nos ser dada nenhuma compensação. (Cavalcante 1999:92)

As estratégias de indeterminação “gerúndio com *se*” e “as formas nominativas” apresentaram percentuais que não ultrapassaram os 10% em todos os períodos, o que demonstra serem estas estratégias bastante marginais na escrita padrão.

A autora ressalta que o contexto mais propiciador ao emprego das formas pronominais foi o de sujeitos correferentes com o sujeito da oração principal. Como essa estratégia já está sendo amplamente usada na língua falada, a autora comenta que tal uso esteja se refletindo lentamente na escrita padrão, inclusive nas sentenças não finitas.

Mais uma vez, as crônicas se mostraram como contexto mais propício ao surgimento de uma mudança na escrita padrão, uma vez que em todos os períodos houve um crescimento do uso de *se* junto ao infinitivo. É justamente nesse tipo de texto em que podem ser observados os maiores índices de preenchimento do sujeito com as formas pronominais (a gente) e (você) em contextos em que não há uma correferência com o sujeito da principal.

Concluimos, então, que a escrita jornalística no que diz respeito às estratégias de indeterminação ainda reflete as prescrições gramaticais, visto que existe uma preferência pelo uso de *se* nas sentenças finitas e a posição vazia para as sentenças infinitivas. As crônicas seriam o contexto que começaria a refletir um indício de mudança ao apresentar um número maior de estratégias com as formas pronominais e a utilização de *se* junto ao infinitivo se comparado aos demais tipos de textos analisados no recorte de tempo feito pela autora conforme se observa no seguinte comentário: “Desse modo, consideramos que a

implementação e propagação da mudança verificada no PB com relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo esteja ocorrendo primeiramente nas crônicas” (Cavalcante 1999:108).

Duarte (2002) também analisou a ocorrência de *se* em sentenças não-finitas. Diferentemente dos resultados apontados anteriormente para a escrita padrão (Cavalcante 1999), as reduzidas de gerúndio privilegiaram o emprego do *se* em todos os estados:

- (21) Drogas a preço fixo com grande redução, **garantindo-se** sua legitimidade, na rua 1.º de Março número 12 Granado & Companhia. (Duarte 2002, p. 8)

Por outro lado, nas sentenças reduzidas de infinitivo, predominaram as construções sem *se* assim como na escrita jornalística atual como vimos no estudo de Cavalcante (1999). Vejamos o exemplo de um anúncio:

- (22) Duas vacas paridas de proximo muito boas leiteras com crias ambas, em fora de portas de frente do beco largo, ou na Typographia desta folha, **para tratar** do seo ajuste. (Duarte 2002, p. 9)

O condicionamento “presença de preposição” é um aspecto estrutural, que propicia o surgimento do *se* junto ao infinitivo, restrição essa comprovada também por Cavalcante (1999) conforme vimos na seção anterior e por Duarte e Lopes (2002), trabalho que investiga anúncios e cartas de leitores e redatores publicados em jornais brasileiros do século XIX em sete estados: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Em alguns estados brasileiros a concorrência entre o emprego de *se* com infinitivo e a posição vazia era acirrada como ilustram os exemplos de Duarte (2002) em (23a) e (23b) e Duarte e Lopes (2002, p.162) em (23c) e (23d):

- (23a) (...) **Afim de evitar-se** aglomeração de pessoas, serão attendidos os Srs. acionistas das lettras A e E nos dias 17 e 18 (...)

(Duarte 2002, p. 9)

- (23b) (...) Grandemente historico é para vós o dia de hoje, grandemente historico, repito, pois elle vem annunciar-vos que 2.555 são já decorridos depois daquelle em que tivestes a grandiosa **idéa de fundar-se** em Campinas uma sociedade carnavalesca(...)

(Duarte 2002, p. 9)

- (23c) É preciso **ser-se** muito injusto para **dizer-se** o que acabo de ler [...] Lembre-se o Sr. Dr. T. Da Costa que um phylósofo de reputação diz que para **criticar-se**, é preciso pelo menos **saber-se** tanto como a pessoa a que se dirige a critica. (Duarte e Lopes 2002, p. 162)
- (23d) Mas também é tão cômodo: __ **poder estabelecer-se** negócio sem capital; __ **conseguir ganhar** muito e __**gastar** pouco, e finalmente __**proceder** ilegalmente e nada __**soffer**?! (Duarte e Lopes 2002, p.162)

Ressalta-se que o exemplo (23c) apresenta duas ocorrências de *se* em sentenças infinitivas não regidas de preposição, entretanto, os resultados comprovaram o favorecimento do contexto preposicionado para o emprego de *se*. Em contrapartida, a presença de um clítico acusativo é um dos fatores que inibem o emprego do *se*:

- (24) Na chacara de João Leite de Faria, recebe-se animaes a trato de 640 por dia e noite, **mandando-os** entregar se quiserem todos os dias as 7 horas da manhã. (Duarte 2002, p. 10).

Duarte e Lopes (2002) ainda apontam também a variação entre *se* nominativo e *se* passivo. Vejam-se os exemplos a seguir:

- (25) (...) muito principalmente hoje que a desenfreada licença de __ escrever tem chegado ao ponto de **se não respeitar** nem mesmo as cousas mais sagradas [...] (Diário de Pernambuco, PE, 1847)
- (26) Porem, se ha conveniência de __ revolver as lavas apenas extinctas do passado [...] afim de não **confundirem-se** as parcialidades, seja-nos permittido dizer [...] (O Dezenove de Dezembro, PR, 1855).

Esses trabalhos atestam que o emprego de *se indeterminador* predomina nos contextos de infinitivos regidos de preposição e gerúndios na escrita de anúncios e que a construção passiva não era uma regra estável no português brasileiro do século XIX. Os resultados de Nunes (1990) confirmam que a partir do século XVI já podem ser encontrados exemplos de

construções sem concordância (se impessoal). No século XIX, essas construções superaram o uso de construção passiva. Segundo o autor, isso se dá paralelamente ao surgimento de *se* nas infinitivas e as estruturas finitas sem *se*.

1.3.2 A perspectiva sincrônica

Sentenças finitas

Em sua tese de 1995, cujo objetivo era buscar evidências de que o português brasileiro apresenta a tendência ao preenchimento da posição dos sujeitos de referência definida, Duarte investiga também os sujeitos de referência arbitrária.

Constatou-se que os sujeitos de referência arbitrária alcançam 65% de formas pronominais nominativas *você, a gente, eles* e *nós*. A estratégia de indeterminação com pronome *você* é a mais utilizada por todas as três faixas etárias, seguida pela expressão *a gente* e o pronome *eles*. Em contrapartida, na fala do grupo mais velho, as formas *nós* e *se* ainda resistem. A principal diferença entre as faixas etárias analisadas pela autora reside no fato de na fala dos grupos mais jovens encontrarmos os maiores percentuais de *você* (30%) do total de sujeitos analisados para este grupo e o desaparecimento de *nós*. O exemplo a seguir ilustra as inúmeras ocorrências de *você* atestadas pela autora:

- (27) **Você** tem uma visão mais ampla, mais longínqua das coisas. **Você** tem uma visão mais... do espaço físico. **Você** não fica tão contido quanto aqui. Aqui **você** sai, **você** vê muito concreto na tua frente, **você** esbarra com isso. Lá não! **Você** tem uma visão de um litoral, **você** tem uma visão de um verde, de uma coisa mais distante. E isso é como se **você** pudesse até respirar melhor, né? (Duarte 1995:90)

A tendência ao emprego das formas pronominais nominativas pode ser verificada até mesmo no emprego da terceira pessoa do plural em oposição ao que as gramáticas tradicionais descrevem - o uso da terceira pessoa do plural sem o pronome expreso:

- (28) -Você falou aí que **eles**_i asphaltaram a subida do Alto da Boa Vista. Tem alguma outra obra que foi feita por aqui no Grajaú?

-Tem. O Grajaú **eles**_i ‘tão asfaltando, melhorando também. [...] Aquela rua Teodoro da Silva, **eles**_i ‘tão recapeando ela também. A Avenida das Américas, **eles**_i ‘tão recapando ela toda, né?(Duarte 1995: 91)

Ao comparar as estratégias de indeterminação nas três amostras investigadas (fala espontânea, radio e tv), a autora destaca que a fala espontânea e a do rádio se assemelham pelo emprego das formas *você* e *a gente* em detrimento de *nós*. Por outro lado, as falas de entrevistas da Tv preferem *se*, *você* e *nós*, respectivamente. O estudo também aponta a ocorrência de uma categoria vazia com interpretação arbitrária nas diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. No que diz respeito ao uso de tal estratégia, tem-se um percentual bem reduzido com a maioria das ocorrências na fala espontânea como se vê nos exemplos a seguir:

(29a) ____i Não **pode entrar** de sapato; ____i fica de meia. (Duarte 1995: 93)

(29b) Herodes tinha razão: ___ **tem que matar** as crianças! A gente odiava criança.

Em Duarte (1995), além da tendência ao emprego das formas pronominais nominativas para representar os sujeitos de referência arbitrária, encontramos uma outra forte evidência de que o português brasileiro está passando por uma mudança paramétrica - a ocorrência de estruturas com o sujeito deslocado à esquerda, também chamadas de duplo sujeito. A retomada de um pronome sujeito que acabou de ser mencionado é típica de línguas não *pro-drop*. O estudo mostra que tais construções foram rejeitadas com veemência por todas as línguas que são consideradas genuinamente marcadas positivamente para o parâmetro, como o espanhol, italiano e a variedade portuguesa do português. Já no PB tem-se um expressivo número de ocorrências desse tipo de construções. O aparecimento das mesmas seria, então, um indício do encaixamento da mudança, ou seja, o surgimento dessas sentenças seria um “vestígio” dos “efeitos colaterais” provocados no sistema graças a perda do “Princípio Evite Pronome” (cf. Duarte 1995). Nota-se que a fala dos grupos mais jovens apresentou os maiores índices e também a retomada da primeira pessoa do plural sendo realizada pela forma *a gente* como se vê nos exemplos:

(30) Então **o Instituto de F**_i **ele**_i manda os piores professores...**Os melhores**_i **eles**_i dão aula no curso de M.

- (31) **A população neotrentina; ela;** *é meio flutuante* porque os homens saem muito para trabalhar na construção civil.
- (32) **Eu e a Paula, a gente;** ficava (dizendo): “Herodes tinha razão!”

A autora sugere que essa estrutura com deslocamento foi uma forma que o sistema encontrou para substituir a desinência **–mos** que está praticamente ausente da fala dos mais jovens. Conforme comentamos, isso constitui mais uma evidência da mudança “encaixada” no sistema, uma vez que essa estrutura não condiz com uma língua *pro-drop* genuína. O que possibilitou seu surgimento foi, justamente, a perda do Princípio Evite Pronome. Assim, o aparecimento desse “duplo sujeito” seria um subproduto da mudança paramétrica em andamento pelo qual está o português brasileiro.

Um outro estudo que confirma os resultados obtidos por Duarte (1995) é o de Duarte (2003) que busca analisar a evolução na representação do sujeito pronominal em duas amostras distintas da variedade de fala carioca. A primeira ficou conhecida como Amostra Censo e mencionada no texto como (Amostra 80). Esse corpus é constituído de 64 falantes de diferentes bairros da área metropolitana do Rio de Janeiro, distribuídos por sexo, faixa etária (7 a 14, 15 a 25, 26 a 49 e acima de 50 anos de idade) e três níveis de escolarização (1° e 2° segmentos do ensino fundamental e ensino médio). A segunda é composta por novas gravações com os mesmos falantes gravados na Amostra 80. Somente conseguiram ser recontactados 16 dos 64 falantes que participaram da amostra original.

Além dos sujeitos de referência definida, o estudo focalizou também os sujeitos de referência arbitrária. O objetivo era observar, assim como já tinha sido feito em outras análises, se a mudança em direção ao preenchimento dos sujeitos definidos influenciaria os sujeitos indeterminados como evidência do encaixamento da mudança linguística. Mais uma vez ficou comprovada a tendência ao preenchimento das formas nominativas de indeterminação (você, a gente, se, nós). Nessa amostra, a terceira pessoa do plural (eles) ainda aparece com pronome nulo.

Em ambos os estudos de tendência e de painel, os sujeitos indeterminados alcançam 70% de preenchimento e a estratégia com *você* é mais empregada com uma média de 45% em comparação com as demais formas de indeterminação em cada amostra analisada. Em segundo lugar, aparece a forma com *a gente* com uma média de 20%. A autora realizou um cruzamento entre as estratégias de indeterminação e os grupos de fatores “faixa etária” e “nível de escolaridade”. Nas faixas etárias 3 e 4, predomina o uso de *você* e entre os falantes com nível

básico de escolaridade, independente da faixa etária, o emprego de *a gente* ganha destaque. Com percentuais bem reduzidos que variam entre 1% e 5% são utilizadas as formas de indeterminação com *se*, *nós* e *tu*. Na fala dos indivíduos mais velhos predomina o emprego de *se* e *nós*. Vejamos alguns exemplos:

(33a) *Você* tem que sair [...] Tudo isso *você* tem que fazer, ___ não pode parar assim. *Tu* não morreu, pô! ___ Aposentou, mas *tu* ‘tá vivo, pô! (Duarte 2003: 124)

(33b) *A gente* tem que seguir o que *a gente* sabe da forma que *a gente* foi criado. (Duarte 2003: 124)

Um outro estudo a ser considerado é Duarte (2007) que investiga os aspectos conservadores e inovadores dos sujeitos de referência definida e arbitrária. A autora objetivou confrontar o comportamento desses sujeitos nas duas variedades do português: o brasileiro (PB) e o europeu (PE). Nesta seção, apresentaremos apenas os resultados para os sujeitos de referência arbitrária nas duas modalidades (oral e escrita) - o foco principal deste trabalho. As amostras utilizadas para o PB foram a do NURC/RJ e PEUL que representam a fala do Rio de Janeiro nas variedades “cultas” (fala dos informantes com curso universitário completo) e “populares” (indivíduos com o Ensino fundamental e/ou Médio) e textos de opinião, crônicas e reportagens publicadas na imprensa carioca. Para o PE falado e escrito, o corpus da análise é oriundo de textos retirados da internet dos jornais Público, Expresso, Diário de Notícias e Jornal de notícias, entre 2000 e 2005.

Com relação à escrita, a estratégia mais empregada no PE é o *se* com índices de 69%. Para o PB o uso de *se* fica na segunda posição com índices de (36%), o que predomina é a primeira pessoa do plural com o pronome preferencialmente nulo (45%). Nota-se que tal uso que inclui o falante não é sequer mencionado entre as possibilidades de estratégias de indeterminação nas gramáticas, mesmo assim compete com o clítico *se* – forma que está praticamente em desuso na fala como veremos adiante.

(34a) Neste tempo onde *se* anuncia a morte das utopias, parece-me evidente que Santana é bastante mais utópico do que Sócrates (PE- opinião)

(34b) Em nenhum outro país *se* dá mais importância ao IDH do que no Brasil (O Globo)

(34c) Realmente não existe mais ética neste país, nenhum princípio moral, nenhum caráter, ___ vivemos numa total inversão de valores. (PB- opinião)

Essa competição entre as formas de indeterminação *se* e *nós* como vimos também foi observada em Cavalcante (1999) com percentuais bastante semelhantes. Quanto as demais formas de indeterminação, o estudo mostrou que a terceira pessoa do plural está mais presente no PB e as estratégias com *você* e *a gente* não aparecem no PE, mas já começam a ser introduzidas gradualmente na escrita no PB, preferencialmente nas crônicas, confirmando os resultados de Cavalcante (1999).

Na fala, o trabalho mostrou diferenças significativas entre as variedades brasileira e portuguesa no que concerne ao emprego das estratégias de indeterminação. A forma mais utilizada para indeterminar o sujeito no PE foi o emprego de *se* com percentuais de (38%) e a menos usada foi a forma pronominal *você* com (6%) em contraste com o PB, em que a estratégia mais frequente constitui a forma pronominal *você* (44%) para a variedade culta e (49%) e (45%) na popular, enquanto que o uso de *se* apresenta os índices reduzidos de (8%) para a fala culta e (2%) para a fala popular. Vejamos alguns exemplos do uso dessas estratégias em ambas as variedades do português:

(35a) **se** gostou uma vez de uma coisa, tem que **se**_i continuar fiel àquele estilo.(PE)

(35b) Antigamente jogava-**se** futebol na rua Visconde Silva. (NURC)

(35c) Normalmente na parte da manhã **se** faz melhor pescaria. (PEUL)

(36a) **Você**_i é um encarregado. ____i É um indivíduo que pretende que o serviço se faça. Tudo aquilo que travar a sua atividade e a prejudicar incomoda-o se ____i for responsável, se tiver ____i brio profissional. Claro, ____i podia perfeitamente não ligar peva. (PE)

(36b) b. **Você**_i quando **você**_i viaja, **você**_i passa a ser turista. Então **você**_i passa a fazer coisas que **você**_i nunca faria no Brasil. (NURC)

(36c) **Você**_i, a partir de 29 anos, **você**_i é considerada velha aqui no Brasil pra arrumar emprego. (PEUL)

Verifica-se que, no exemplo (36a) do PE, o sujeito de referência arbitrária *você* é expresso apenas na primeira menção, depois sua representação é nula enquanto que no PB (36b, 36c), observa-se uma tendência ao preenchimento da posição de sujeito².

Com relação às demais formas nominativas de indeterminação *eles*, *a gente*, *nós* e *tu*, o PB e o PE também apresentam comportamentos bastante distintos. A segunda estratégia mais empregada no PE é o uso da terceira pessoa do plural *eles* com percentuais de (22%). Já no PB os índices não ultrapassam os (16%) nas amostras analisadas. O uso de *a gente* aparece com índices de (20%) para o PE e no PB fica entre 13% e 21%. Já para o emprego de *nós*, segunda estratégia menos usada em ambas as variedades, os percentuais no PE chegam a 14% e no PB, apenas 5%. A autora salienta que os baixos percentuais do pronome *nós* confirmam os resultados de trabalhos que mostram o seu quase desaparecimento tanto para a referência definida quanto para referência arbitrária (cf. Omena 1986, Lopes 1993, entre outros). Os exemplos abaixo ilustram a utilização dessas estratégias:

(37a) ____i Não falavam em tapeçaria nessa altura; ____i só se referem a uns leves trabalhos, ____i nem sequer [Ø]_i dizem a palavra bordado (PE)

(37b) **Eles** deixavam na vila olímpica um monte de bicicletas. (NURC)

(38a) Mas **a gente**_i pode ter a sua formação política, até séria e consciente. Agora, quando em atividade artística ____i quer criar e quer erguer problemas humanos com certa profundidade, ____i tem que erguer aqueles que ____i conhece...(PE)

(38b) Hoje em dia, quando **a gente**_i levanta as coisas, é que **a gente**_i vê tudo o que aconteceu. Mas na época **a gente**_i não podia acreditar. **A gente**_i não acreditava nisso, primeiro porque **a gente**_i era novo. (NURC)

(39a) Outras vezes até ____i vamos reajustar o nosso gosto. Às vezes até falta de conhecimentos. Depois ____i contactamos com pessoas que têm até melhor gosto do que nós, que são indivíduos sensíveis (...) e ____i aprendemos. (PE)

(39b) Agora mesmo **nós** estamos em época de festividades... (NURC)

² Ao contrário do que ocorre com o PB, no PE a segunda pessoa direta, com o pronome “tu” nulo, é reconhecida como uma das estratégias de indeterminação (cf. Mateus ET alii, 2003).

A autora também ressalta que essas estratégias são intercambiáveis, todas as ocorrências com o uso da terceira pessoa do plural poderiam ser perfeitamente substituídas por “se” assim como acontece com os pronomes “a gente” e “nós”. Alguns trabalhos consideram que algumas dessas estratégias apresentam graus de indeterminação distintos e funções discursivas específicas, como por exemplo, (Cunha 1993), é possível questionar até que ponto essas estratégias ainda devam ser consideradas como variáveis linguísticas.

A última estratégia de indeterminação considerada na análise foi a conhecida como “zero”, caracterizada pela ausência de qualquer pronome e o emprego do verbo na terceira pessoa do singular. O PE não apresentou nenhuma ocorrência e no PB, os índices ficam entre (12%) e (19%) nas amostras investigadas:

(40a) ___ Não **vê** mais amolador de faca. (NURC)

(40b) ___ **Põe** um pouquinho de ‘Só Alho’, aí ___ **põe** óleo e ____i **põe** um pouquinho de cebola, ____i **pica** a cebola, ___ **faz** uma macarronada. (PEUL)

Essas diferenças entre PB e PE são explicadas num estudo desenvolvido por Cavalcante (2006) sobre a leitura arbitrária do sujeito nulo no português brasileiro com base em três amostras da fala culta carioca: “Anos 70”, “Recontato” e “Anos 90”. A primeira amostra é formada de gravações realizadas nos anos 70, a segunda é constituída de gravações com os mesmos informantes da amostra anterior entrevistados nos anos 90 e por último, a amostra “Anos 90” é formada por entrevistas de novos informantes nos anos 90. A autora mostra que o PB possibilita o uso de sujeitos nulos de terceira pessoa do singular com uma interpretação arbitrária ao contrário do PE, onde tais sujeitos são interpretados como um sujeito nulo de referência definida, assim, para garantir uma interpretação arbitrária no português europeu, esses sujeitos devem estar em contextos de verbo na terceira pessoa do plural ou na presença do pronome *se*, como se vê nos exemplos de Galves (2001) reproduzidos pela autora:

(41a) Nos nossos dias não *usa* mais saia. (PB)

(41b) Nos nossos dias não *usam* / *se usa* mais saia. (PE)

O estudo ainda esclarece que o emprego de sujeitos nulos de referência arbitrária com

verbo de terceira pessoa do singular costuma aparecer no Finlandês (Holmberg 2006 *apud* Cavalcante 2006) e no PB porque essas línguas compartilham a característica de serem parcialmente *pro-drop*, as outras línguas românicas de sujeito nulo como o italiano, o espanhol e o PE não admitem esse tipo de sujeito, haja vista sua propriedade [+*pro-drop*]. A partir dessas considerações, pode-se entender, então, porque em Duarte (2003) não foi encontrada nenhuma ocorrência sequer de sujeito nulo de referência arbitrária com verbo na terceira pessoa do singular no PE.

Cavalcante (2006) verificou que os sujeitos nulos de referência arbitrária com verbo na terceira pessoa do singular no PB são amplamente favorecidos por fatores de ordem linguística como: os predicados habituais e genéricos e a presença de auxiliares modais, tais como “pode” e “tem que”. Entende-se por predicados habituais e genéricos aqueles que utilizam os tempos verbais do presente e do imperfeito conforme ilustram os exemplos abaixo em sentenças genéricas (42a) e habituais (42b):

(42a) e tem também esses caldinhos prontos meu Deus esses tabletinhos Knorr aí quem não conhece? *Faz* num minuto aquilo... *bota* no feijão...*bota* numa sopa qualquer aquilo...
(Cavalcante 2006:73)

(42b) e tinha um armário... *guardava* a louça do diário... que era o lugar da bagunça...
guardava bicicleta... *guardava* ferramenta...
(Cavalcante 2006:73)

Tanto nas amostras dos anos 70 como nos anos 90 os maiores índices foram obtidos nos enunciados habituais e genéricos. Tem-se para a primeira amostra os percentuais de (25%) para o presente e imperfeito (30%); na segunda amostra, presente (36%) e imperfeito (28%). Já os contextos de predicados episódicos, representados pelos tempos verbais perfeito e futuro, não favoreceram a leitura arbitrária do sujeito nulo, sendo necessária a utilização do pronome *se*, que possui o traço semântico [+humano, -definido] para expressar a interpretação arbitrária da posição de sujeito, conforme mostra o exemplo abaixo:

(43) então *se marcou* aquele dia em que: os meus esses meus tios-avós... que já *conheciam* a família que se davam e tal... então eles foram ((pigarro)) foram à casa dos meus sogros... então *marcou-se* houve lá um jantar uma qualquer coisa eh... *abriu-se* uma champanhe eh... uma coisa clássica... (Cavalcante 2006:73)

Conforme comentamos anteriormente, um outro fator que se mostrou bastante relevante para o emprego do sujeito nulo de referência arbitrária foi a categoria de modalidade (dever, obrigação “tem que”, proibição “não pode...”). Do total de 39 sentenças com sujeito nulo arbitrário na amostra dos Anos 70, 18 (46%) apresentaram auxiliares. Nos Anos 90, das 42 sentenças com sujeito nulo, 8 (19%) apareceram em construções com auxiliares. Observa-se que na Amostra dos anos 90, existe uma redução nos índices em relação à amostra dos anos 70, o que indica que a implementação do sujeito nulo de referência arbitrária teve seus contextos ampliados, não sendo mais tão necessária a presença de um auxiliar para representar a interpretação arbitrária.

- (44) O que fez a diferença foi harmonia e evolução, os princípios básicos de um desfile de escolas de samba. Não *pode* deixar buraco, não *pode* sair correndo para cumprir o tempo, não *pode* parar para deixar o relógio correr. *Tem* que evoluir. Todo mundo tem que cantar o samba, uma ala não pode se misturar à outra, não pode atravessar o samba. *Tem* que ter harmonia. (Cavalcante 2006: 75)

A autora conclui o trabalho afirmando que o surgimento de um sujeito nulo de referência arbitrária num sistema que privilegia a representação dos sujeitos plenos de referência definida não consiste uma contradição, mas sim um argumento a favor da natureza parcialmente *pro-drop* do PB.

Em suma pode-se afirmar, então, que as principais diferenças entre as variedades brasileira e portuguesa no âmbito da fala quanto ao emprego das estratégias de indeterminação correspondem à ausência da estratégia com “zero” no PE e os baixos índices do clítico *se* no PB. O PB apresenta índices de preenchimento dos sujeitos (você, nós, a gente, elas) que chegam a 86% enquanto que no PE os percentuais não ultrapassam os 33%. Isso mostra que o PE segue o princípio “evite o pronome” em oposição ao PB que prefere o pronome expresso. Não há diferenças entre a fala popular e culta no que diz respeito à escolha das estratégias e sua forma de representação.

Para analisar a escrita padrão, a autora lançou mão de textos de opinião, crônicas e reportagens publicados na imprensa carioca e de análises de amostras comparáveis para o PE. As estratégias de indeterminação contempladas foram o uso de *se* (indeterminador/apassivador) e as formas pronominais *você, a gente, nós, eles* e *tu*. Os resultados apontam para o fato de o PE privilegiar o uso de *se* que atinge índices de (69%),

constituindo a estratégia de indeterminação preferida, assim como na sua modalidade oral. Do outro lado, tem-se os jornais brasileiros com percentuais de (36%) para o uso de *se* e de (45%) para a primeira pessoa plural, liderando o quadro das estratégias de indeterminação. Tal comportamento do PB se distancia completamente daquele observado na modalidade oral e sua tendência ao emprego da primeira pessoa do plural sob a forma não expressa, confirma os resultados de Cavalcante (1999) e Lopes e Duarte (2002), indicando que a modalidade escrita segue uma direção oposta à fala brasileira. Vejamos os exemplos a seguir:

- (45) Devemos reconhecer que dez anos depois, agora, sob o governo Lula, [...], ___i teremos espaço para consertar esse aleijão constitucional, incompatível com os tempos que **nós**i estamos vivendo. (O Globo – reportagem)
- (46) Neste canto idílico da Alemanha em que ___ estamos **se** vê muitos imigrantes, mas é difícil imaginá-los como problemas.(O Globo - Crônica)
- (47) Não **se** discutem os fins e os princípios dessas correntes. (O Globo - Reportagem)

Sentenças não finitas

O último estudo a ser mencionado é o de Duarte (2008) que investigou os sujeitos de referência arbitrária nas sentenças não finitas tanto na fala quanto na escrita. O corpus para análise da língua falada no PB é formado por 12 entrevistas do Projeto NURC, gravadas nos anos 90 e para o PE, entrevistas retiradas de Cresti e Moneglia (2005), publicada em CR-rom. Foram considerados somente os falantes de nível superior de escolaridade para tornar a amostra comparável aos dados do NURC. Para a escrita, a amostra é composta de artigos de opinião e crônicas publicadas em jornais de Lisboa (*O Público, O Diário de Notícias e O Expresso*) e em jornais cariocas (*O Globo e O Jornal do Brasil*), no período de 2003 a 2007. Com base na perspectiva de estudo da mudança proposta por Weinreich, Labov e Herzog (1968, 2006), a autora pretende mostrar que o surgimento desses sujeitos de referência arbitrária em sentenças infinitivas consiste mais uma evidência do “encaixamento” da mudança pelo qual está passando o português brasileiro no que tange a remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo.

A análise revelou que o PE e o PB escritos não apresentam diferenças no que diz respeito aos aspectos quantitativos com percentuais bem próximos de sujeitos nulos (94%)

para o PE e (90%) para o PB e de *se* indefinido (indeterminador/apassivador), (6%) para o PE e (7%) para o PB, bastante semelhante aos resultados encontrados por Cavalcante (2006) para o português europeu moderno e contemporâneo como vimos anteriormente. Observemos os exemplos a seguir:

- (48a) [Para ____i *ver* o ânulo] é preciso [____i *estar* numa estreita faixa de centralidade] que atravessa o norte de Portugal Continental, vinda da Galiza. (PE escrito)
- (48b) É preciso [____i *esclarecer*] que, no país natal de Ratzinger, todos os pastores, são funcionários do Estado, ou seja, remunerados com dinheiro público. (PB escrito)
- (49a) Foi preciso a imprensa entrar na história [para *se saber*] o quanto são frequentes os quase acidentes aéreos. (PB escrito)
- (49b) O senhor teve toda razão ao insistir com Nosso Guia na necessidade [de *se demitir* “o grande amigo”]. (PE escrito)

No que concerne à utilização do *se*, o contexto presença/ausência de preposição não se mostra relevante para o PE, são cinco ocorrências de *se* em contextos preposicionados e quatro sem preposição. Já para o PB, a presença de preposição favorece o uso de *se*. Dentre as dez ocorrências, apenas duas ocorreram em contextos não preposicionados.

O PE e o PB apresentaram comportamentos distintos no âmbito da fala. Os índices de sujeitos nulos para o PE oral são de (91%) bem próximos do PE escrito. Por outro lado, tem-se o PB oral com percentuais de (22%) de sujeitos expressos. Destaca-se a implementação das formas nominativas, especialmente, o emprego do pronome *você*, na posição de sujeito arbitrário dos infinitivos, evidenciando “o efeito de um novo padrão sentencial que se instalou na gramática do PB” (Duarte 2008, p. 25). Cabe ressaltar que tal aparecimento não é “casual”, consiste num reflexo da mudança pela qual o português brasileiro tem passado no que diz respeito ao conjunto de propriedades do Parâmetro do Sujeito Nulo.

- (50) Lugares para **você** se divertir. (Duarte 2008, p. 24).

Em resumo, o estudo sugere que a fala e escrita no português europeu estão bastante próximas em relação ao emprego dos sujeitos de referência arbitrária nas infinitivas, conforme

foi demonstrado em Cavalcante (2006). Já a escrita brasileira se mostra bem conservadora, uma vez que privilegia os sujeitos nulos nas infinitivas e rejeitam o emprego de *se* assim como recomendam e prescrevem as gramaticais tradicionais que tomam como referência a norma lusitana. É justamente na língua oral que se pode ser observar os indícios de uma mudança em andamento no português brasileiro através da opção pelo uso de *você* para preencher a posição de sujeito dos infinitivos. Sobre o assunto Duarte (2008, p. 25) comenta que tal uso constitui “uma novidade instigante para o estudo da mudança e para a própria caracterização dos feixes de propriedades do Parâmetro do Sujeito Nulo. Não parece haver, nas línguas ocidentais, relato de expressão de um sujeito arbitrário de infinitivo”.

Conclusão

Neste capítulo, vimos a conceituação dos sujeitos de referência indeterminada/arbitrária (ou das formas de indeterminação do argumento externo, o que nos permite incluir as passivas) nas sentenças finitas e não finitas segundo a abordagem tradicional e as formas inovadoras que ainda não constam das gramáticas tradicionais. A seguir, foi realizada revisão dos principais resultados de diversos trabalhos empíricos referentes ao tema.

Essa revisão mostrou-nos que o português do Brasil, no que diz respeito às sentenças finitas na modalidade oral, vem se caracterizando pela preferência ao emprego da forma plena tanto para os sujeitos de referência definida quanto para os sujeitos de referência arbitrária (cf. Duarte 1993, 1995 e 2003), embora persista um tipo de sujeito nulo com o verbo na terceira pessoa do singular em discursos de procedimento e que veiculam aspecto durativo (cf. Cavalcante 2006) Na modalidade escrita, as sentenças finitas revelam preferência pelo *se* e *nós*. No que diz respeito às sentenças infinitivas, tanto na fala quanto na escrita, prefere-se o sujeito nulo, mas já se observa na fala a implementação de formas nominativas.

A partir daí, pode-se levantar a hipótese de que, como no PB oral a forma preferida para a expressão dos sujeitos é a sua realização, é possível que as peças apresentem um aumento de ocorrência de sujeitos preenchidos ao longo do tempo, pelo menos nas sentenças finitas. Observar esse processo de mudança é o objetivo principal desta pesquisa.

CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

2.1 Introdução

Neste capítulo, descrevo o quadro teórico em que se insere esse estudo: a conjugação do modelo de estudo da mudança linguística proposto por Weireinch, Labov e Herzog (2006 [1968]) - focalizando principalmente os três princípios empíricos para a teoria da mudança, dentre os cinco propostos por eles: o problema da transição, o problema da implementação e o problema do encaixamento - com alguns conceitos básicos da teoria de Princípios e Parâmetros (1981), Pretendo mostrar que a associação de modelos teóricos aparentemente “incompatíveis” e “irreconciliáveis”, adjetivos usados por Duarte (1999) é importante para o estudo da mudança paramétrica em andamento no português brasileiro (PB). Em seguida, apresento também a metodologia adotada no trabalho que compreende: (a) descrição da amostra utilizada, (b) o estabelecimento dos grupos de fatores relacionados à representação dos sujeitos de referência arbitrária e (c) a motivação para seu levantamento. Por último, são retomados os objetivos e hipóteses que norteiam o estudo.

2.2 A Teoria gerativa e a Teoria de Variação

Por muito tempo, acreditou-se que a associação entre a teoria de Princípios e Parâmetros e a Sociolinguística era algo “irreconciliável” e “incompatível”, como afirma Duarte (1999). Tal pensamento ainda veiculado em alguns meios acadêmicos até os dias de hoje se deve ao fato de a Sociolinguística privilegiar a língua em uso (Língua-E) enquanto a teoria gerativa focaliza a competência do falante (Língua-I)³. No entanto, muitos estudos têm lançado mão desses dois modelos teóricos para explicar certos fenômenos linguísticos que têm despertado curiosidade em muitos pesquisadores, como a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência definida (Duarte 1993 e 1995) e a preferência pelo “alçamento” em construções com verbos como “parecer”, “demorar”, “custar”, etc, que permitem “alçar um

³Tarallo (1987) é tido como um dos pioneiros no estudo da conjugação da Teoria de Princípios e Parâmetros com a Teoria da Variação no seu artigo “Por uma Sociolinguística românica paramétrica”.

sujeito de oração encaixada para a posição à sua esquerda”, evitando-se, assim, um expletivo nulo (cf. Henriques 2008) no português brasileiro.

2.2.1 A Sociolinguística Variacionista

O modelo sociolingüístico de análise tem por objeto de estudo as formas linguísticas em variação numa dada comunidade de fala denominadas de “variantes linguísticas”. A análise sociolingüística está voltada, então, para a variabilidade linguística presente em todas as línguas naturais humanas, considerando que o sistema lingüístico utilizado por uma comunidade heterogênea e plural deve ser igualmente heterogêneo e plural, passível de observação e estudo.

A sociolingüística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos lingüísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos lingüísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo. (Mollica 2008)

Este ramo da Linguística procura descrever e analisar sob uma ótica científica as alternâncias de uso numa dada língua, levando em consideração que a escolha de uma dada forma por uma comunidade de fala é influenciada por fatores condicionadores de ordem linguística (estrutural) e social (extralingüístico), assim, essas alternâncias de uso não são aleatórias, podendo ser apreendidas estatisticamente, configurando uma “heterogeneidade ordenada”, ou seja, não há um “caos lingüístico”, existe sim, uma organização por trás da heterogeneidade da língua, capaz de ser estudada, processada e sistematizada.

Além de preconizar que a variação é inerente a todas as línguas, um dos pressupostos básicos da Sociolingüística é o de que em todos os sistemas lingüísticos existirão formas linguísticas em variação, no momento em que uma forma variante suplanta a outra, tem-se o processo de mudança linguística. Sendo assim, a variação é parte essencial do processo de mudança.

Outro aspecto importante a ser considerado no tocante ao emprego dos pressupostos da Sociolingüística no estudo da mudança linguística diz respeito ao significativo aparato metodológico que esta possui. Assim, este trabalho lançará mão do programa Varbrul, um modelo matemático de regra variável, que possibilita quantificar e observar a implementação

de uma mudança nos mais variados contextos lingüísticos em que ela se insere. Além disso, obter hipóteses a respeito dos motivos e da maneira como tal mudança se implementa e evolui num sistema.

Com o objetivo de lançar as bases para a fundamentação de uma teoria da mudança, capaz de auxiliar os lingüistas no estudo da instalação de uma nova variante, os autores Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) propõem cinco princípios empíricos. São eles: os fatores condicionantes, a transição, o encaixamento, a implementação e a avaliação. Dentre esses cinco problemas, este trabalho pretende focalizar:

a) O problema da transição – Observar o trajeto pelo qual a estrutura A evolui para a estrutura B, ou seja, descobrir em que período ocorre a mudança da representação dos sujeitos de referência arbitrária por uma categoria vazia para a tendência ao emprego das formas nominativas expressas.

Em Duarte (1993), podemos observar que a tendência ao preenchimento dos sujeitos vem se instalando gradativamente graças à ação de diversos fatores como padrão sentencial e animacidade do sujeito, ou seja, a mudança não é abrupta, a instalação de uma nova variante é gradativa.

b) O problema da implementação – Definir os estímulos e restrições da estrutura linguística envolvidos no processo de mudança. Observar os contextos estruturais que favorecem ou inibem a mudança.

c) O problema do encaixamento – As mudanças lingüísticas devem ser vistas como encaixadas numa matriz de concomitantes lingüísticos. Segundo Weinreich, Labov & Herzog (2006[1968]) é “natural que uma mudança deixe certos vestígios ou “efeitos colaterais” – a que eles se referem como “encaixamento de mudança” – que atestem um novo traço de fato se instalando no sistema”. Assim, se existe de fato uma mudança na representação dos sujeitos de referência definida é natural esperar que a realização dos sujeitos de referência arbitrária acompanhe a mudança dos referenciais definidos.

Para buscar respostas aos problemas propostos por W, L & H, utilizamos uma Teoria linguística que nos guie. E essa teoria é o modelo de Princípios e Parâmetros da teoria gerativa. Interessa-nos aqui o Parâmetro do Sujeito Nulo, proposto em Chomsky (1981), que reúne as propriedades relacionadas às línguas [+/-sujeito nulo]. Vejamos na próxima seção.

2.2.2 O modelo gerativista

A gramática gerativa⁴ teve início nos anos 50 com a finalidade de estudar os mecanismos internos que entram em cena no pensamento e ação para a produção da linguagem. Segundo o modelo gerativista, a habilidade de desenvolver a linguagem constitui uma capacidade inata do ser humano, ou seja, o ser humano já nasce com ela, não é fruto de ensino e sim um processo que acontece de forma natural. Todo ser humano é dotado de uma faculdade da linguagem. Conforme afirma Chomsky (1997) “a faculdade humana de linguagem parece ser uma verdadeira propriedade da espécie, variando pouco de indivíduo a indivíduo e sem, em outra parte, nada de análogo que seja significativo”.

Em Raposo (1992:15) encontra-se o seguinte comentário a respeito da gramática universal e o objetivo da gramática gerativa:

O empreendimento gerativo tem como objeto central, por um lado, a caracterização das gramáticas particulares dos indivíduos (correspondendo às várias línguas humanas) e, por outro lado, a caracterização da Gramática Universal, entendida como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas, de natureza especificamente linguística (isto é, não partilhada por nenhum outro sistema cognitivo particular ou geral), e cujo desenvolvimento e maturação, em interação com o meio ambiente, determina uma gramática particular na mente do adulto.

Com o objetivo de dar conta da variação existente entre línguas, Chomsky (1981) propôs o modelo de Princípios e Parâmetros. Desse modo, a gramática universal (GU) comporta princípios universais e inatos comuns a todas as línguas e princípios flexíveis, denominados parâmetros. Os parâmetros, responsáveis pelas diferenças entre as línguas, apresentam uma marcação de valores binários: [+] positivo e [-] negativo, opções a serem determinadas pela experiência linguística do falante durante o processo de aquisição da linguagem⁵, ou seja, a partir das informações adquiridas no ambiente lingüístico, a criança optará por fixar um desses valores. Ressalta-se, então, que a aquisição da linguagem está estritamente relacionada à fixação de parâmetros, uma vez que esses são princípios variáveis, abertos e abstratos, e podem ter suas propriedades características modificadas. Daí resultariam

⁴ O termo “gramática gerativa” advém da noção de que a partir de um número limitado de regras podem ser criadas (geradas) uma infinidade de sentenças.

⁵ Segundo Lightfoot, as mudanças gramaticais ocorrem quando ocorre uma mudança significativa nos dados usados pelo aprendiz de uma língua para estabelecer parâmetros gramaticais. (Kroch 2003)

não só as diferenças entre as línguas, mas também a transformação dentro de uma mesma língua.

Um exemplo desse princípio universal seria que todas as línguas apresentam uma posição para representação do sujeito. A diferença entre as línguas, no tocante a este princípio, residiria no fato de que em algumas línguas o sujeito é preferencialmente nulo enquanto que em outras o sujeito é obrigatoriamente expresso. Esse parâmetro é denominado de Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN). Assim, línguas como o espanhol e o português europeu, que licenciam um sujeito nulo, exibem uma marcação positiva [+*pro-drop*] em relação a esse parâmetro. Já as línguas como inglês e francês, por apresentarem os sujeitos obrigatoriamente preenchidos, possuem uma marcação negativa no tocante ao mesmo parâmetro [-*pro-drop*].

O estudo diacrônico de Duarte (1993) com base em peças de teatro de caráter popular dos séculos XIX e XX, organizadas em sete períodos, mostra que o português brasileiro (PB) apresenta um comportamento diverso no que concerne à representação dos sujeitos pronominais de referência definida em comparação às chamadas línguas românicas de sujeito nulo, como o italiano, o espanhol e a variedade européia do português.

A pesquisa evidenciou que no PB há um crescimento progressivo no preenchimento da posição de sujeito para a representação dos sujeitos de referência definida. A autora sugere que a variedade brasileira do português está passando por um processo de mudança paramétrica – de uma língua marcada positivamente para o parâmetro do sujeito nulo [+*pro-drop*] para uma remarcação negativa em relação às características de sujeito nulo [-*pro-drop*] (Chomsky 1981).

A referida análise destaca que há uma estreita relação entre a redução nos paradigmas flexionais verbais e a crescente opção pela representação dos sujeitos plenos. A principal característica de uma língua de sujeito nulo, ou seja, marcada positivamente para o parâmetro é a possibilidade de recuperação do sujeito através das flexões verbais. Assim, se numa determinada língua ocorre a simplificação do paradigma flexional, espera-se que, conseqüentemente, ocorra a tendência ao preenchimento do lugar do sujeito, visto que uma categoria vazia dificultaria a sua identificação.

O estudo mostra que o PB apresenta uma simplificação no seu paradigma flexional que passou de um sistema com seis formas distintas, mais dois sincretismos- representados pela segunda pessoa indireta, que utiliza as formas verbais de terceira pessoa – para um paradigma que apresenta quatro formas, graças à perda da segunda pessoa direta *tu* em parte do território nacional ou à neutralização entre *tu/você*. Este paradigma, que ainda inclui o pronome *nós* e *a gente*, forma preferida pelos grupos mais jovens e cada vez mais popular entre os falantes de

faixas etárias mais altas, que se combina com as formas verbais de terceira pessoa do singular.

O quadro a seguir permite observar essa redução e sua relação com a mudança no quadro de pronomes:

Pés./No.	Pronomes	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1 ^a . sing.	Eu	Am o	am o	am o
	Tu	Am a s	-	-
2 ^a . sing.	Você/Tu	Am a	am a	am a
3 ^a . sing.	Ele/Ela	Am a	am a	am a
	Nós	Am a mos	am a mos	-
1 ^a . plur.	A gente	-	am a	am a
	Vós	Am a is	-	-
2 ^a . plur.	Vocês	Am a m	am a m	am a m
3 ^a . plur.	Eles/Elas	Am a m	am a m	am a m

Quadro 2.1: Paradigmas pronominais e flexionais do português brasileiro (adaptado de Duarte 1993)

A figura a seguir apresenta os resultados para os sujeitos pronominais expressos vs. nulos:

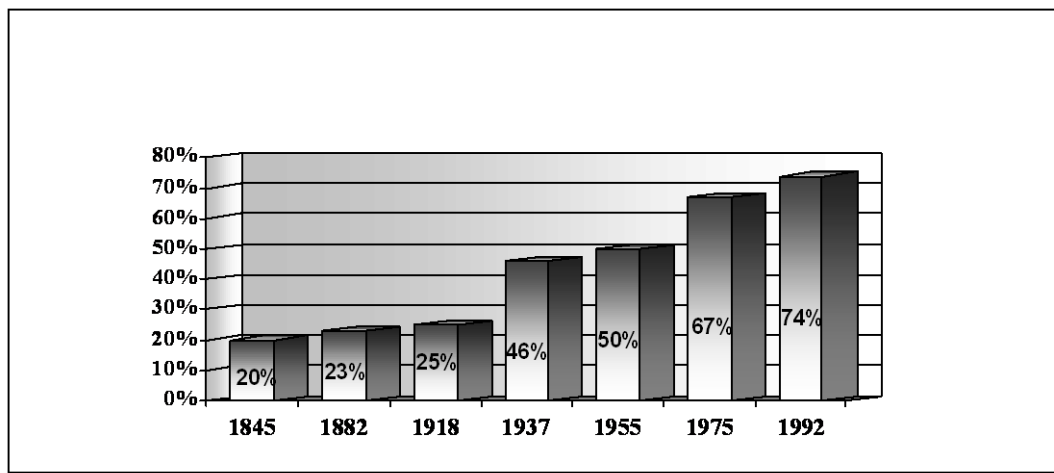


Gráfico 2.1. Sujeitos de referência definida expressos ao longo de sete períodos. (Adaptado de Duarte 1993: 112)

O gráfico acima mostra uma acentuada preferência pelo sujeito nulo de referência definida nos três primeiros períodos (1845, 1882, 1918), com índices que superam os 70%. Nessas três primeiras peças está em vigor o paradigma flexional do verbo composto por seis morfemas distintos – um paradigma flexional rico com a presença da 2^a pessoa indireta *você(s)*, o(s) *senhor(es)* e a 2^a pessoa direta *tu* e *vós* (Paradigma 1). Por isso, a tendência a não

expressão do sujeito. À medida que ocorre uma simplificação no paradigma flexional o que dificulta o licenciamento do sujeito nulo, percebe-se um aumento na opção pelos sujeitos expressos. As duas peças seguintes revelam índices de sujeitos plenos que chegam a 46% e 50%. Cabe ressaltar que nesse momento prevalece o (Paradigma 2) com quatro formas distintas devido à substituição dos pronomes *tu* e *vós* por *você* e *vocês*. Em seguida, nas duas últimas peças (1975 e 1992), quando vigora o paradigma 3 – a forma *a gente* se alterna com *nós* para representar a primeira pessoa do plural - nota-se uma nítida preferência pelo preenchimento da posição do sujeito pronominal. Desse modo, a partir das observações realizadas até então, conclui-se que a hipótese da autora a respeito da relação entre a opção pelos sujeitos plenos e as mudanças efetivadas no quadro pronominal foi comprovada.

Nesta seção, vimos, com base em Duarte (1993) que o PB vêm passando por um mudança no que diz respeito à marcação do valor do parâmetro do sujeito nulo – de língua (marcada positivamente em relação ao parâmetro) [+pro-drop] para (uma remarcação negativa) [-pro-drop]. Até o início do século XX, o português brasileiro apresentava uma tendência ao emprego dos sujeitos nulos e a partir de então revela a preferência pelo preenchimento em todas as pessoas do discurso. Poderíamos depreender, então, dentro da perspectiva gerativista, que uma criança portuguesa receberia como *input* sujeitos nulos em oposição à criança brasileira, que estaria exposta a um número significativo de orações com sujeitos realizados foneticamente, o que provocaria, pois, a mudança paramétrica no PB. A partir das considerações até então, pode-se concluir que modelo gerativista constitui uma “ferramenta” valiosa no estudo dessa mudança.

2.2.3 A associação da Teoria gerativa com a Teoria de Variação

A aproximação dessas teorias, a princípio, tão distintas resultou no que se tem chamado de “Sociolinguística Paramétrica” (Duarte 1999). Pode-se dizer que constitui atualmente uma conjugação essencial para o estudo da mudança paramétrica em andamento, visto que possibilita entrelaçar as propriedades dos parâmetros (de base gerativista) à noção de encaixamento lingüístico, um dos principais “problemas”, colocados por W, L & H no âmbito da Teoria de Variação e Mudança.

A noção do encaixamento é essencial para a compreensão de como se dá a mudança e como ela se encaixa no sistema lingüístico e social circunstantes. Segundo W, L & H “os linguistas naturalmente desconfiam de qualquer explicação da mudança que deixe de mostrar a influência do ambiente estrutural sobre o traço em questão: é razoável presumir que o aspecto

está encaixado numa matriz linguística que muda com ele”.(2006: 110). Assim, no que concerne ao parâmetro do sujeito nulo no PB, uma análise feita dentro dessa perspectiva teórica pode não só interpretar o que significa um aumento no número de sujeitos definidos expressos, mas também prever outras alterações relacionadas e essa mudança de forma “não casual”. Dessa forma, se, de fato, existe uma mudança na representação dos sujeitos de referência definida, indicando que o PB perdeu a propriedade de omissão do sujeito pronominal, é natural esperar que os sujeitos de referência arbitrária também sofram alterações, passando a ser representados por uma forma nominativa expressa.

Da mesma forma, é de esperar que os sujeitos não argumentais (expletivos) venham a apresentar efeitos dessa remarcação do valor do PSN. É, por exemplo, o que mostra o trabalho de Henriques (2008) sobre as construções de alçamento. O autor constatou que a posição não temática à esquerda dos verbos de alçamento, como mostra (1a), sofreu alterações provocadas pela mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, como vimos na seção precedente. Com base na mesma amostra utilizada por Duarte (1993), peças de teatro dos séculos XIX e XX, com acréscimo de alguns textos, em virtude da baixa ocorrência do fenômeno, Henriques (2008) investigou a posição do sujeito não referencial dos seguintes verbos de alçamento: parecer, acabar, bastar, convir, custar, demorar, faltar e levar.

O PB não desenvolveu um expletivo lexical, como o inglês e o francês, mas desenvolveu estratégias que evitam um expletivo nulo em primeira posição. No caso desses verbos que possibilitam o alçamento do sujeito de uma encaixada para a posição disponível à sua esquerda, como se vê em (1b), essa estratégia se mostra muito eficiente no sentido de evitar a posição vazia à esquerda do verbo da matriz. De fato, esse tipo de alçamento referido como alçamento padrão ou alçamento clássico⁶ em que o sujeito da encaixada é alçado para a posição à esquerda do verbo matriz, onde recebe caso nominativo, embora ocorra com menos frequência que o não alçamento para o verbo (parecer), apresenta índices expressivos nos períodos II, III, IV e VI. No último período, entretanto, revela a substituição pela construção de hiperalçamento⁷, ilustrada em (1c),

(1a) [IP [∅_{expl}] Parece [CP que me estala a cabeça]]. (Martins Pena - 1845)

⁶ O alçamento clássico não é uma estratégia exclusiva de língua de sujeito nulo como se vê em: She seems [_to be happy].

⁷ O termo é utilizado por Martins e Nunes (2005). O hiperalçamento apresenta a flexão de ambos os verbos, o da oração matriz e o da encaixada. Essa é a principal diferença entre esse tipo de construção e o alçamento padrão clássico.

(1b) [IP O sistema parece [_{infP} t_i ser fácilimo]]. (França Júnior - 1883)

(1c) [IP Vocês parecem [CP que t_i não pensam na vida]].

(Miguel Falabella - 1992)

Com os demais verbos, que só permitem não alçamento vs alçamento clássico⁸, o não alçamento é a estrutura preferida somente nos períodos II e V, nos demais períodos, o alçamento é a “variante vitoriosa” com índices altíssimos, chegando a ser categórica nos períodos III e VI, confirmando a hipótese do autor de que à medida que ocorre a redução no paradigma flexional no PB, tem-se uma gradativa tendência ao alçamento do sujeito do verbo da oração encaixada para a posição à esquerda dos verbos de alçamento na oração matriz como se vê nos exemplos abaixo:

(2a) Não te emagreças por isto não. Daqui a pouco a peste está aí de volta. [IP E o irmão dela_i também não custa [PP a t_i estourar por aí]]. (Antônio Callado - 1954)

(2b) No final das contas, [IP ele_i acaba [GERP t_i me comendo na soleira da porta]]. (Miguel Falabella -1992)

(2c) [IP Essa Helene_i demora muito [PP pra t_i fazer as coisas]]. (Miguel Falabella - 1992)

Esses resultados obtidos por Henriques (2008) confirmam a análise sincrônica de Duarte (2007) sobre essas mesmas construções de alçamento com base em duas amostras de língua oral do PEUL, gravadas em dois momentos – anos 80 e ano 2000. A hipótese da autora era a de que no PB, haveria um predomínio das construções com o alçamento do sujeito de uma encaixada a fim de não deixar vazia a posição à esquerda do verbo matriz e no caso do verbo (parecer) ocorreria a preferência pelo hiperalçamento.

Os resultados alcançados para a estrutura com verbo (parecer) mostraram que ainda não há uma preferência pelo emprego das construções de hiperalçamento, uma vez que foram

⁸ Embora Duarte (2007) tenha encontrado duas ocorrências de hiperalçamento com o verbo (acabar) na amostra de fala popular, nas peças, Henriques (2008) não observou nenhuma ocorrência desse tipo de estrutura com outros verbos somente com (parecer).

encontrados percentuais de 34% para a mostra 80 e 44% para amostra 2000, o que revela uma significativa ocorrência desse tipo de estrutura e uma concorrência entre as construções sem alçamento e as construções com hiperalçamento. As construções com alçamento clássico estão praticamente extintas.

Já para os demais verbos (acabar, custar, demorar, levar, faltar, estar na hora de) os percentuais de construções com alçamento (80%) e (81,5%) nas amostras de 80 e 2000 respectivamente, superaram os de construções sem alçamento. Vejam-se dois exemplos a seguir das construções com alçamento:

- (3) Eles_i ainda faltavam [_i receber o dinheiro do patrão.] (PEUL 1980)
- (4) Ela_i acabou [_i se esquecendo, não é?] Mas eu gosto dela. (est) Ela fez bem para todo mundo. (PEUL 2000)

As análises empreendidas pelos autores (Henriques 2008) e Duarte (2007) permitem observar, a partir da noção de “encaixamento lingüístico” proposta por W, L & H, associada ao conjunto de propriedades que caracterizam o PSN (Chomsky 1981), a trajetória percorrida pela mudança na representação do sujeito pronominal. Os resultados permitem afirmar que a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência definida e arbitrária apontada pelos estudos empíricos citados no capítulo anterior ocasionou um “efeito colateral” no sistema, afetando a posição do sujeito não-argumental nos verbos em determinadas estruturas que possibilitam o alçamento e o hiperalçamento. Tais estratégias foram adotadas com o objetivo de não deixar vazia a posição à esquerda dos verbos da oração matriz e de evitar um expletivo nulo. Isso evidencia o “encaixamento da mudança” ou como afirma Duarte (2007:18) constitui um “efeito colateral”.

A “Sociolingüística Paramétrica” trabalha justamente com as propriedades associadas aos parâmetros para buscar entender como as mudanças se relacionam no sistema lingüístico. Portanto, sem dúvida, pode-se perceber como a conjugação da noção de encaixamento lingüístico (Weireinch, Labov & Herzog ([1968]2006) com as propriedades associadas ao Parâmetro do Sujeito Nulo pode ser útil ao pesquisador que objetiva investigar esse processo de mudança, os seus desdobramentos no sistema, os fatores que influenciam ou retardam a sua evolução e as previsíveis mudanças sintáticas que podem surgir. Sob uma outra perspectiva teórica, talvez não se pudesse relacionar essas novas estruturas à remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo.

2.2.4 Procedimentos metodológicos

Este trabalho privilegia uma perspectiva diacrônica, isto é, analisa os processos de mudança que ocorrem na língua ao longo do tempo, no caso deste estudo, no decorrer de dois séculos (XIX e XX). Assim, com base no que foi exposto, objetiva-se verificar se o percurso do uso das formas pronominais nominativas para representar os sujeitos de referência arbitrária no PB acompanha o preenchimento dos sujeitos de referência definida da variedade brasileira do português. Conforme foi demonstrado em Duarte (1993, 1995), a redução do quadro pronominal no português brasileiro seria o gatilho desse processo de mudança paramétrica em andamento no PB.

São, portanto, objetivos desta pesquisa:

- (1) procurar evidências que comprovem ou não a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência arbitrária nas peças de teatro.
- (2) identificar os contextos que influenciam ou retardam o emprego de determinada estratégia para representação dos sujeitos de referência arbitrária.
- (3) verificar se o uso de formas pronominais nominativas para indeterminar o sujeito se implementa paralelamente a tendência a preencher os sujeitos referenciais definidos.
- (4) observar como evolui a representação dos sujeitos de referência arbitrária no português brasileiro, ao longo dos dois séculos em que foram produzidas essas peças – um tipo de texto escrito que, apesar de não reproduzir fielmente, aproxima-se bastante da modalidade oral, como declara Duarte (1993) em relação aos resultados obtidos para a peça escrita em 1992;
- (5) investigar que trajetória a mudança segue.
- (6) investigar a posição dos sujeitos nas sentenças infinitivas.

Tais objetivos estão estritamente relacionados às seguintes hipóteses:

- (1) As peças mais antigas revelarão uma preferência pelo uso de *se indefinido* (indeterminador/apassivador), além da terceira pessoa do plural, exatamente como as gramáticas tradicionais, baseadas em normas mais antigas, descrevem e recomendam. À medida que se reduz nosso paradigma flexional e ocorre o aumento de sujeitos referenciais expressos, espera-se igualmente a ocorrência de outras estratégias de indeterminação até chegarmos ao quadro atual revelado pelos estudos sincrônicos mencionados. A confirmação dessa hipótese permitirá relacionar a tendência ao uso de formas pronominais nominativas expressas à mudança na representação dos sujeitos referenciais definidos.
- (2) As ocorrências de sujeitos plenos nas peças podem ser uma importante evidência da implementação e encaixamento da mudança em relação ao preenchimento do sujeito no português brasileiro.
- (3) Espera-se encontrar um número expressivo de ocorrência de *a gente* e *você* nas peças dos períodos finais, já que estas são as estratégias de indeterminação preferidas na modalidade oral tanto na variedade culta quanto na variedade popular, conforme foi demonstrado em Duarte (1995; 2003).

2.2.5 A amostra

Para alcançar os objetivos traçados e testar as hipóteses citadas, adotou-se a mesma amostra analisada em Duarte (1993), constituída de peças de teatro popular, escritas no Rio de Janeiro ao longo dos séculos 19 e 20 por diferentes autores. Entretanto, por conta da baixa frequência de sujeitos indeterminados, foram acrescentadas à amostra outras peças dos mesmos períodos.

Esses textos caracterizam-se por ser comédias de costumes, isto é, com um tom humorístico os autores procuram retratar os hábitos da sociedade brasileira da época a partir de uma análise dos comportamentos humanos e de seus costumes num dado contexto social. Os temas são geralmente amores proibidos, dinheiro, desejo de ascensão social e outros. A

linguagem empregada é uma tentativa de reprodução da fala da época. Desse modo, sabe-se que tais textos não representam fielmente a fala de um determinado período, mas aproximam-se bastante da modalidade oral vigente em cada contexto social. Portanto, as características linguísticas presentes nessas peças podem ser tomadas como tendências de uso de uma dada época, uma vez que os autores são bastante populares. A seguir tem-se o quadro com todas as peças analisadas neste trabalho, suas respectivas datas de publicação e autoria:

ANO	PEÇA	AUTOR
PERÍODO 1 (1837 – 1847)	Um Sertanejo na Côrte (1837) O Noviço (1845) Quem casa, quer casa (1845) O Cigano (1845) O Judas em sábado de aleluia (1846) Os irmãos das Almas (1847)	Martins Pena (1815 - 1848)
PERÍODO 2 (1862 – 1882)	Tipos da atualidade (1862) Defeito de Família (1870) Como se fazia um deputado (1882) Caiu o ministério (1883) As Doutoradas (1889)	França Jr. (1838 – 1890)
PERÍODO 3 (1918-1920)	O simpático Jeremias (1918) As “fans” de Roberto Taylor (1919) Onde canta o sabiá (1920) A Inquilina de Botafogo (1920)	Gastão Tojeiro (1880 - 1965)
PERÍODO 4 (1933 – 1938)	O Troféu (1933) A Patroa (1933) O hóspede do quarto nº 2 (1937) A vida tem três andares (1938)	Armando Gonzaga (1884 - 1953) Humberto Cunha (1887-1966)
PERÍODO 5 (1945-1955)	Pedro Mico (1954) O colar de coral (1954) Um elefante no caos (1955)	Antonio Callado (1917-1997) Milôr Fernandes (1923)
PERÍODO 6 (1975 - 1984)	A mulher integral (1979) Confidências de um espermatozóide careca (1984) Os órfãos de Jânio (1979)	Carlos E. Novaes (1940) Millor Fernandes (1923)
PERÍODO 7 (1990 - 1992)	A Partilha (1990) No Coração do Brasil (1992) Como encher um biquíni selvagem (1992)	Miguel Falabella (1956)

Quadro 2.2: Amostra utilizada segundo o período de tempo e autores

As peças estão agrupadas em sete períodos assim como foi realizado no trabalho de Duarte (1993). A autora utilizou apenas uma peça por período. Entretanto, neste trabalho, por conta da baixa frequência de sujeitos indeterminados, foi necessário acrescentar à amostra outras peças dos mesmos períodos. Com relação ao século XIX, foram analisadas onze peças. O início desse período se dá quando Martins Pena publica “Um Sertanejo na Corte”. O século 20 conta com quatro peças por quartel nos períodos III, IV e VI. Já os períodos V e VII contam com três peças por período. Ao todo, o corpus é formado por 28 textos teatrais.

A análise dos dados adotará o arsenal metodológico e teórico da Teoria Gerativa associado à Teoria da Mudança Linguística de W,L &H, tendo em vista a noção de “encaixamento” e a mudança no quadro pronominal do PB mencionado no estudo diacrônico de Duarte (1993).

Com base nas hipóteses levantadas, nos objetivos previstos e nos trabalhos citados, na subseção seguinte, serão apresentados os grupos de fatores estipulados para a análise dos sujeitos de referência arbitrária. Tais grupos são de ordem linguística e extralinguística.

2.3 Grupos de fatores levantados

Foram estipulados seis grupos de fatores para a análise das sentenças finitas, objetivo principal deste trabalho e dois grupos para a análise da posição dos sujeitos nas sentenças infinitivas. Serão apresentados separadamente os resultados obtidos para os sujeitos de referência arbitrária em sentenças finitas e os sujeitos indeterminados em sentenças não-finitas. O período das peças constitui a variável dependente que foi examinada em relação aos demais grupos de fatores.

As sentenças finitas

1. O período das peças - As peças foram distribuídas em sete períodos de tempo conforme já foi demonstrado anteriormente (cf. seção 2.2.5). Esse grupo foi estipulado para verificar a hipótese principal que norteia essa pesquisa a de que as peças mais antigas poderão revelar uma tendência ao emprego de *se indefinido* (indeterminador/ apassivador), juntamente com a utilização da terceira pessoa do plural com sujeito nulo. Com o passar do tempo, à medida que se reduz o paradigma flexional e acontece o crescimento dos sujeitos referenciais expressos, como demonstrou Duarte (1993), espera-se concomitantemente a ocorrência de outras

estratégias de indeterminação e de um aumento significativo nos índices de sujeitos plenos, podendo até superar a de sujeitos nulos como foi verificado na variedade oral e escrita mais informal (cf. Duarte 1995, 2003).

2. A estratégia de indeterminação e a forma de representação- Com estas variáveis, pode ser controlado o emprego das distintas estratégias de indeterminação do sujeito nas peças no decorrer dos períodos. Desse modo, objetiva-se verificar se ao longo dos períodos das peças, ocorreria um aumento nas formas pronominais plenas, podendo, até descobrir, se de fato ocorre uma mudança, em qual período esta começa a ser implementada. A hipótese específica para essa variável está embasada em (Duarte 1995 e 2003), a autora comenta que a estratégia com *se* está praticamente ausente tanto da fala culta quanto da fala popular. Com isso, espera-se que nas peças mais antigas ocorra uma preferência pelo uso *se indefinido* (indeterminador/apassivador), além da terceira pessoa do plural, justamente como prescrevem as gramáticas normativas. À proporção que se reduz o paradigma flexional e são introduzidos os pronomes plenos de referência definida conforme foi demonstrado em (Duarte 1993), espera-se paralelamente verificar a diminuição dessas estratégias de indeterminação e aumento no emprego dos sujeitos expressos de referência arbitrária. É possível verificar também se há uma possível redução dos sujeitos nulos de referência arbitrária ao longo do tempo, podendo, pois, saber se existe uma mudança, que trajetória ela segue e se a tendência ao uso das formas pronominais nominativas expressas de referência arbitrária acompanha a mudança na representação dos sujeitos de referência definida(cf.Duarte 1993).

Foram consideradas as seguintes estratégias de indeterminação com sujeitos de referência arbitrária: *eles, se, nós, você, a gente e zero*. Vale comentar que a forma de indeterminação *zero* abarca as construções que contêm o verbo na terceira pessoa do singular sem qualquer pronome ilustradas a seguir:

- (5a) Mas na dúvida, tirei as certidões do meu casamento, parti para o Rio, e assim que desembarquei, indaguei onde ele morava.____ **Ensinaram**-me e venho eu mesma perguntar-lhe que histórias são essas de casamentos (O Noviço- 1845- Martins Pena)
- (5b) Ora, mamãe, é muito dinheiro Ainda mais com a situação de reviravolta no País, você nunca vai receber esse dinheiro É dinheiro demais! **Eles** não pagam!
(Um elefante no caos- 1955- Millôr Fernandes)

- (6) **Fez-se** a duplicata, foi aprovada pelo poder competente, votou o Domingos, o seu compadre votou cinco vezes. (Como se fazia um deputado- 1882- França Jr.)
- (7a) Mamãe, tudo se faz. Não ____; **podemos** ficar muito presos a uma moral só. ____; **Temos** que experimentar várias. Pragmatismo, mãezinha Quem for brasileiro, siga-me Venha, Rosa
(Um elefante no caos- 1955- Millôr Fernandes)
- (7b) E **nós**, no meio do campo, já sem idade pra correr mais noventa minutos num jogo sem regras, começamos a levar canelada de todos os lados (Os órfãos de Jânio-1979- Millor Fernandes)
- (8) Pois é, o choque das individualidades vai lhe levando a fazer uma concessão atrás de outra **você**; vai se desfibrando e depois de algum tempo já ____; segue embalada pelo hábito. (Mulher Integral- 1975- Carlos Novaes)
- (9) A senhora não devia ter falado com ela assim, Dona Irene **A gente**; fica muito sensível quando ____; está de barriga. (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)
- (10) No que o fuzileiro veio encostando, eu já peguei barriga. ____ **Diz** que tem uma tal de tabela, mas aí já viu o rolo que ia dar, né? (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

Durante a análise das peças, alguns dados pareciam que correspondiam às características procuradas, no entanto não foram considerados pelas seguintes razões, conforme se vê a seguir:

- (11) **Como se sabe**, Leonardo de Faria foi o substituto do terceiro presidente em exercício legal no último mês, sendo que as forças revolucionárias do PSH, juntando-se às forças conservadoras do HPS, conseguiram formar uma maioria militar capaz de pôr o cobro à situação não **se sabe** em qual. (Um elefante no caos- 1955- Millôr Fernandes)

O exemplo acima não foi incluído porque constitui um caso de expressão cristalizada bastante recorrente na fala do personagem Jeremias na peça “O simpático Jeremias” de Gastão Tojeiro.

Foram excluídas também as inúmeras ocorrências de imperativo em expressões cristalizadas:

(12) Arrepelando-se e chorando. Ora, **sejam** lá mãe e **tenham** filhos desobedientes. (O Noviço- 1845- Martins Pena)

(13) Carlinho! Já? Carlinho! Ora **vejam** como está este terno! Por tua vida, salvai-me! (O Noviço- 1845- Martins Pena)

3. Forma verbal - Objetiva-se investigar se a estrutura com formas verbais simples ou complexas favorece ou restringe a opção por um sujeito pleno ou nulo. Duarte (1995, p. 64) comenta que um condicionamento prosódico parece influenciar a preferência pelo sujeito nulo. Desse modo, há uma maior chance de o sujeito nulo aparecer com as formas verbais do pretérito perfeito, uma vez que este tempo verbal apresenta todas as formas arrizotônicas, em comparação com o presente, tempo verbal que possui as formas do singular e a terceira pessoa do plural rizotônicas. Nesse caso, a preferência seria por “gostei” sobre “gosto”, “perdeu” sobre “perde”. Isso ocorre porque essas formas verbais apresentam material fônico antes da sílaba tônica, que poderia tomar o lugar do espaço do pronome. Daí a hipótese relativa a esse grupo de fator para o estudo em questão é de que a presença de um auxiliar favoreceria também um sujeito nulo já que este poderia também “ocupar”, na cadeia prosódica, a posição do pronome assim como acontece nas formas verbais do pretérito perfeito.

(14a) Ah! É por isso que quando ele desaparece da estação, ___ **dizem** logo que deve estar na casa onde canta o sabiá.

(Onde canta o sabiá- 1917- Gastão Tojeiro)

(14b) É tão importante o que **eles querem** de você? Essa pessoa já telefonou várias vezes.

(Um elefante no caos- 1955- Millor Fernandes)

(15a) Ou então ___ **vão achar** que ao invés de santo sudário] eu to é abanando um lençinho de despida Não vai ter milagre, não. (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

(15b) Como é que agora **a gente pode respeitar** uns politicoídes que, quando falam uma frase com mais de dez palavras, o sujeito não se dá mais com o predicado? (Os órfãos de Jânio- 1979- Millor Fernandes)

4. Padrão sentencial - objetiva-se verificar a existência ou não de correferência entre os sujeitos. A função sintática da oração será relevante para os casos de sujeitos já mencionados. Então, podemos dizer que há quatro situações: o sujeito em análise se encontra (a) numa coordenada, com o mesmo antecedente na anterior; (b) numa coordenada, com o antecedente diferente na anterior (c) numa subordinada e é correferente ao sujeito da principal ou (d) numa subordinada e sem sujeito correferente ao sujeito da principal. Assim, as coordenadas a partir da segunda oração, as orações subordinadas completivas e adverbiais com sujeitos correferentes com o da principal tendem a exibir um sujeito nulo como se vê em (16a), (16b) e (16c):

(16a) Qualquer dia, **a gente_i** morre e ____i fica pagando o caixão em quinze dias pela Caixa. (A partilha – 2001- Miguel Falabella)

(16b) Não senhora, não sabia. Às vezes me ____i dizem coisas quando eu passo na rua, mas eu acho que ____i dizem para todas, não? Homem gosta é de mulher, a senhora não acha? (Um elefante no caos- 1955- Millor Fernandes)

(16c) A senhora não devia ter falado com ela assim, Dona Irene **A gente_i** fica muito sensível quando ____i está de barriga. (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

Além das relativas, que segundo Duarte (1995) se revelaram como o contexto mais favorecedor ao preenchimento dos sujeitos, independentemente de haver ou não correferência com o sujeito da principal (cf. ex. 17a), espera-se sujeitos preenchidos sempre que não houver correferência (cf. 17b):

(17a) Mudou todo **A gente_i** conhece uma mulher, ____i se identifica, ____i faz planos, ____i se casa e de repente ____i abre os olhos e ____i percebe que aquela mulher **com quem a**

gente_i casou há 12, 15 anos atrás não tem nada haver com a mulher **que a gente_i vive**.
(Mulher Integral- 1975- Carlos Novaes)

(17b) Não seria ótimo se a televisão exibisse a vida e **nós** vivêssemos uma novela?
(Confidências de um espermatozóide careca – 1984- Carlos E. Novaes)

Em relação especificamente às construções com *se* e verbo transitivos diretos foram controlados os seguintes fatores:

5. A concordância com o argumento interno: objetiva-se analisar a concordância entre o verbo transitivo direto e o argumento interno no plural nas construções com *se*. Nessas construções com *se*, o argumento pode funcionar como sujeito ou como complemento. Como só se evidencia essa distinção com argumento interno no plural, este grupo só controla a concordância *versus* não concordância em tais estruturas. Cavalcante (1999) obteve de um total de 225 dados, em todos os períodos, somente 16, um percentual de (7%) de estruturas sem concordância entre o verbo transitivo direto e o argumento interno no plural na escrita jornalística. Sua hipótese era de que os índices de não-concordância aumentariam em relação aos índices de concordância ao longo do tempo; no entanto, como podemos ver do período I ao período V foram encontrados os seguintes percentuais, respectivamente (12%, 7%, 3%, 7% e 11%), configurando um processo de variação estável e não de mudança. Daí pode-se dizer que a hipótese da autora não foi confirmada, o que mostra mais uma evidência a favor do conservadorismo da escrita. Concernente às peças, pretende-se observar também se os índices de não-concordância terão um aumento em comparação aos de concordância no decorrer dos períodos estudados.

(18a) Mas que queres tu que se faça? Que não se constranja ninguém, que **se estudem os homens** e se despreze o patronato, que assenta o jumento nas bancas das academias e amarra o homem de talento à mangedoura. (O Noviço- 1845- Martins Pena)

(18b) Onde é que **se viu coisas dessas!**
(As fans de Roberto Taylor – 1919- Gastão Tojeiro)

6. Posição do argumento interno – procura-se controlar a posição do argumento interno em todas as sentenças que apresentaram a estratégia de indeterminação com *se*. Só foram

considerados os sintagmas nominais porque numa construção passiva, eles podem ocupar a posição de sujeito, podendo haver concordância entre o verbo e o argumento interno.

Duarte (2002)⁹, ao estudar os anúncios do século XIX, destaca que dentre os fatores selecionados como relevantes para a concordância ou não do verbo com o argumento interno, a posição do argumento interno exerce uma forte influência. Foi constatado que a posposição do argumento interno favoreceu a não-concordância, assim como a anteposição esteve relacionada à concordância, dando a entender que o falante interpreta o SN posposto como um complemento, o que prejudicaria a concordância, e o SN anteposto como um sujeito, o que facilitaria a concordância. Cavalcante (1999) comenta que os contextos de argumentos internos não realizados foneticamente e relativizados constituem contextos também favorecedores da não-concordância na escrita jornalística. A partir dessas considerações, pretende-se verificar qual é o comportamento das peças concernente a esse grupo de fator. São previstas as seguintes possibilidades:

a) SN posposto:

(19) Mas que queres tu que se faça? Que não se constranja ninguém, que **se estudem os homens** e se despreze o patronato, que assenta o jumento nas bancas das academias e amarra o homem de talento à mangedoura. (O Noviço- 1845- Martins Pena)

b) SN anteposto:

(20) Mamãe, **tudo se faz** Não podemos ficar muito presos a uma moral só. Temos que experimentar várias. Pragmatismo, mãezinha. Quem for brasileiro, siga-me Venha, Rosa. (Um elefante no caos- 1955- Millôr Fernandes)

c) relativizado:

(21) Vejo o mar na distância Vejo a distancia Vejo Ver é bom, mas depois de um certo tempo não se percebe mais o **que se vê**.
(Um elefante no caos- 1955- Millôr Fernandes)

⁹ Duarte (2002) comenta que o emprego de *se* para indeterminar o agente, desde o século XIX, não é uma regra estável no português brasileiro, podendo ora representar construções com *se* passivo e ora com *se* nominativo. Os anúncios do século XIX demonstram de forma apropriada essa instabilidade.

d) não realizado foneticamente:

- (22) **Está se lendo** mesmo naquela carinha rubicunda. Tomara já que chegue o dia! (Como se fazia um deputado- 1882- França Jr.)

As sentenças infinitivas

Para a análise das sentenças infinitivas, além do período de tempo, serão considerados os seguintes fatores:

- Sujeito nulo ou preenchido
- Estratégia de preenchimento:
- Se
- Você
- A gente
- Nós
- Eles

7. Ausência vs presença de preposição – O emprego do *se* também foi controlado nas sentenças infinitivas, por isso decidiu-se verificar se nesse tipo de construções ausência vs presença da preposição está relacionada a (não) ocorrência do *se*. Cavalcante (1999) constatou que a presença do *se* diante do infinitivo foi favorecida pelos contextos regidos de preposição em todos os períodos analisados pela autora na escrita jornalística.

a) ausência de preposição-

- (23a) Agora é preciso ___ **enumerar** as virtudes do doutor, suas aptidões, seu talento brilhante. (Como se fazia um deputado-1882- França Jr.)

- (23b) O normal é ___ **ganhar** mais de quatro mil. Mas eu não posso pagar, já disse à senhorita? (Um elefante no caos- 1955- Millôr Fernandes)

b) presença de preposição-

(24a) Essa deve ser a única forma **de se contar** uma história com absoluta fidelidade. (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

(24b) E mas a pior parte, você_i não conta Depois, minha filha, quando você_i fica sozinha, tendo que costurar paraquedas **pra** ____i **sobreviver**.
(No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

8- Padrão sentencial - objetiva-se verificar a existência ou não de correferência entre os sujeitos.

Exemplo de não correferência entre os sujeitos:

(25) Pois é. A senhora não calcula o que andei de trem Uma coisa louca! E nem ao menos se pode tirar uma pestana É impossível ___**dormir** em um trem. Nem eu, que tenho um sono mais pesado do que o Pó de Assucar. (O hóspede do quarto nº2- 1937- Armando Gonzaga)

Exemplo de correferência entre os sujeitos:

(26) E mas a pior parte, você_i não conta Depois, minha filha, quando você_i fica sozinha, tendo que costurar paraquedas **pra** ____i **sobreviver**. (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

Entre os casos de contextos regidos de preposição se encontram ocorrências de alçamento de um argumento interno com predicados adjetivais, como se vê em (27) a seguir. Nesses casos, tem sido notada uma tendência ao preenchimento do sujeito indeterminado (cf. Cavalcante 1999):

(27) É um problema difícil de **se resolver**. Quanto é que a senhora paga?
(Um elefante no caos- 1955- Millôr Fernandes)

Neste capítulo, vimos os pressupostos teóricos e metodológicos adotados nesse trabalho - a conjugação da Teoria de Princípios e Parâmetros de cunho gerativista à pesquisa a respeito da mudança sintática desenvolvida dentro da Teoria da Mudança Linguística proposta Weinreich, Labov & Herzog (2006[1968]), tendo em vista a noção de encaixamento. Apresentamos os grupos de fatores incluídos na análise para testar as hipóteses levantadas. No próximo capítulo, apresentaremos a descrição dos resultados obtidos com a utilização do programa matemático VARBRUL e descreveremos quais contextos foram relevantes para representação dos sujeitos de referência arbitrária nas peças.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Introdução

Neste capítulo são apresentados e interpretados os resultados obtidos na análise das peças teatrais. Esses resultados são analisados à luz da conjugação da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981) ao modelo de estudo da mudança linguística proposto por Weireinch, Labov e Herzog (2006 [1968]), especialmente no que concerne à noção de “encaixamento” da mudança. Primeiramente, será apresentada a distribuição geral dos resultados para as estratégias de indeterminação. Em seguida, serão examinados o quadro de indeterminação nas sentenças finitas e o quadro de indeterminação nas sentenças não-finitas.

3.1.1 Distribuição geral das estratégias

Ao todo foram computadas 958 ocorrências de estruturas com sujeitos indeterminados em sentenças finitas e não finitas, distribuídas pelos sete períodos de tempo considerados. Como já foi mencionado anteriormente, a amostra adotada neste trabalho é semelhante à utilizada em Duarte (1993), com o acréscimo de outras peças para os mesmos períodos por conta da baixa frequência de sujeitos indeterminados. No momento de constituição do *corpus*, procurou-se equilibrar o número de dados para que houvesse uma distribuição adequada para a análise dos resultados como se observa na figura abaixo.

Distribuição dos dados por período de tempo

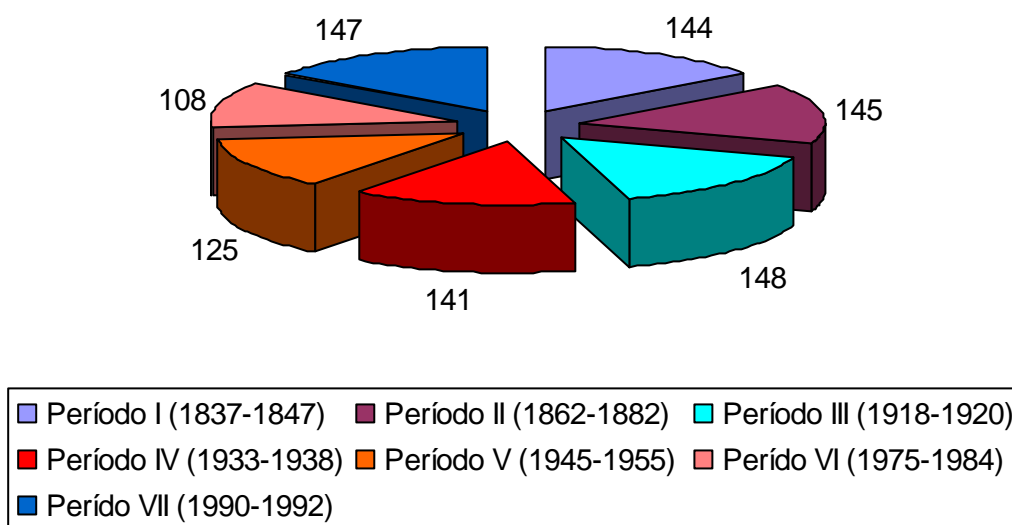


Figura 3.1: Distribuição geral dos dados por período de tempo

Desse total de 958 dados, foram codificadas 859 ocorrências de sentenças finitas e 99 de sentenças não finitas como se vê ilustrado no gráfico a seguir.

Distribuição dos dados em sentenças finitas e não finitas

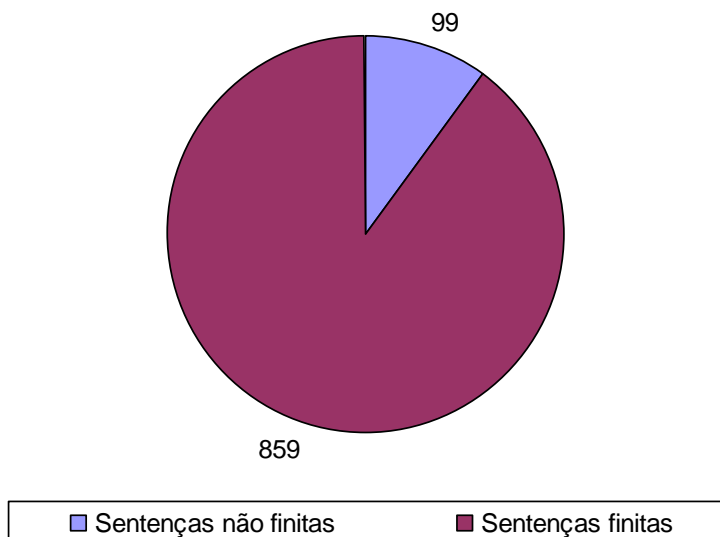


Figura 3.2: Distribuição geral dos dados em sentenças finita e não finitas

Na próxima subsecção, começaremos a descrição da análise dos dados pelas sentenças finitas.

3.1.2 Distribuição das estratégias em sentenças finitas

. Os percentuais revelados no gráfico a seguir foram conseguidos a partir de uma rodada, em que a variável dependente era “forma de indeterminação”. Assim, a distribuição percentual das estratégias equivale a 100% em cada período de tempo estipulado. Observemos, então, o gráfico abaixo:

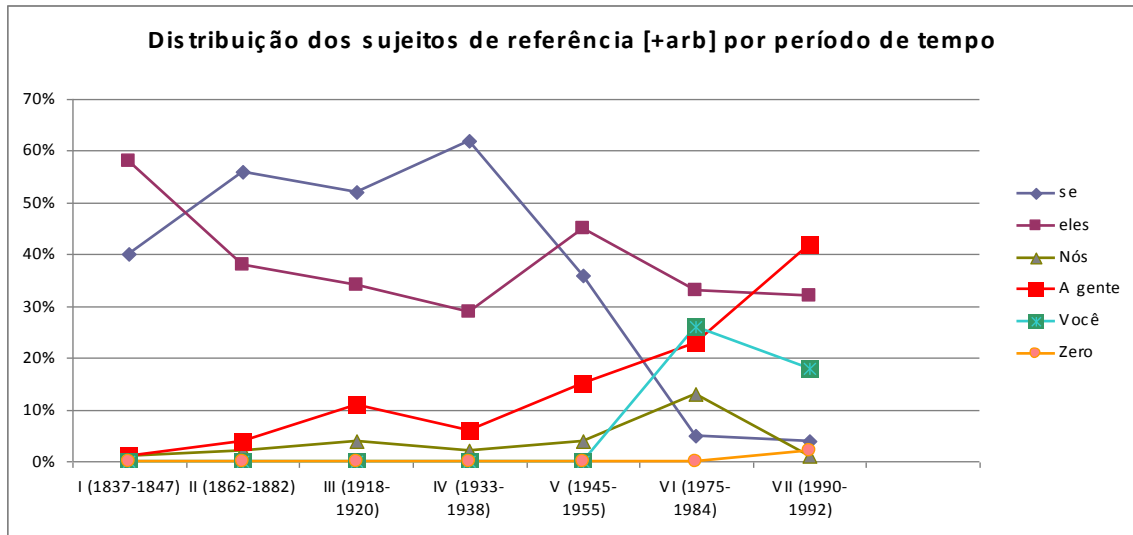


Gráfico 3.1: Distribuição dos sujeitos de referência [+arb] por período de tempo em sentenças finitas

Num primeiro momento, o que mais nos chama a atenção nesse gráfico é a competição entre as formas de indeterminação *se* e a terceira pessoa do plural (aqui referida como “eles”) até a década de 50, que corresponde ao período V. No período I, a terceira pessoa do plural é a estratégia mais frequente com índices de 58% e o *se* apresenta percentuais de 40%; daí por diante, há uma inversão no emprego dessas estratégias. A forma com *se* passa a liderar o ranking com percentuais que giram em torno de 56% a 62% até o período IV, enquanto a terceira pessoa do plural apresenta índices de 38% a 29%.

Nota-se que esse crescimento e preferência pelo emprego de *se* nesses períodos (II, III e IV) também ocorre na escrita padrão, veiculada em jornais cariocas. De fato, Cavalcante (1999) demonstra no seu estudo que a partir do período II (1891-1910) até o período V (1996-1998), o uso de *se* supera o uso de *nós*, constituindo a estratégia de indeterminação mais utilizada.

Esse gráfico das peças mostra que somente no período V, a terceira pessoa do plural torna a ser a estratégia mais utilizada com índices de 45%, superando o uso de *se* com 36%. Essa competição entre as estratégias de indeterminação *se* e a terceira pessoa do plural sugere que são formas variantes no sentido de uma poder representar a outra como se vê no exemplo abaixo:

- (1) E assim o obriga por necessidade a ser o mais somenos amanuense em uma repartição pública e a copiar cinco horas por dia os mais soníferos papéis O que acontece? Em breve ___ **matam**-lhe a inteligência e ___ **fazem** do homem pensante máquina

estúpida, e assim **se gasta** uma vida! É preciso, é já tempo que alguém olhe para isso, e alguém que possa. (O Noviço- 1845- Martins Pena)

- (2) Oh, por lá é que **se recompensa** o verdadeiro mérito Aqui __ **judgam** que **fazem** tudo pagando com dinheiro. (Quem casa, quer casa – 1845- Martins Pena)

Uma atenta observação dos dados mostrou-nos que grande parte das estruturas com a terceira pessoa do plural constituem de modo especial à indeterminação que exclui o falante, podendo também ser substituída pelo uso de *se* como vemos nos exemplos (3a) e (3b):

- (3a) Meu pai, __ **dizem** que o cérebro da mulher é fraco. Pois bem, por um sentimento de vaidade, que __ **dizem** também ser inato em nosso sexo, eu enchi esse cérebro de tudo quanto a ciência pode ter de mais grandioso e mais útil. (As Doutoradas- 1889- França Jr.)

- (3b) Não tenho medo Mas minha convicção não era tão grande quanto minha alegria de viver Você sabe que a situação piora já __ **decretaram** oito impedimentos, __ **fizeram** sete cassações de mandatos, __ **promulgaram** o estado de sítio e __ **suspenderam** o registro de três partidos Como sempre, serão necessários mais bodes-expiatórios e você sabe quem **eles** preferem. (Um elefante no caos- 1955- Millor Fernandes)

Verifica-se que a partir do período VI, há uma queda brusca do uso *se* de (36%) no período V para (5%) e (4%) nos períodos VI e VII, respectivamente, semelhante aos resultados apontados para a fala culta e popular em Duarte (2003). (cf. seção 1.3.2). Com base nesses percentuais, pode-se dizer que tal forma passa a ser, então, muito residual. Do total de 10 ocorrências obtidas nesses dois períodos, percebeu-se que cinco (a metade) corresponde ao que denominamos de “frases feitas” ou “formas fixas” como se vê nos exemplos abaixo:

- (4a) Eu era o único garoto da turma que ainda não tinha tido experiência sexual ou **como se dizia** na época, molhado o biscoito ou afogado o ganso. (Confidências de um espermatozóide careca – 1984- Carlos E. Novaes)

- (4b) **Nunca se soube** se foi por causa da bomba ou de sua permanência em casa. (Confidências de um espermatozóide careca – 1984- Carlos E. Novaes)
- (4c) Se você falar, o quê, Maria Lúcia? Pode falar. Eu acho até bom você dizer o que pensa logo, porque **nunca se sabe** quando é que você vai aparecer novamente. (A partilha – 1990- Miguel Falabella)
- (4d) Regina é capaz de tudo. Eu sei muito bem as coisas que ela é capaz de fazer, quando quer chamar a atenção. Passou a vida se metendo em **tudo o que se possa imaginar** foi antiquária, marchand, até uma loja de congelados ela teve. (A partilha – 1990- Miguel Falabella)
- (4e) Tá bom. **Não se fala mais nisso**. Além do mais eu já conheço suas dietas você faz o maior estardalhaço e tudo o que você consegue perder é tempo. (A partilha – 1990- Miguel Falabella)

Ao mesmo tempo em que ocorre essa queda brusca do uso de *se* a partir do período V, observamos que a terceira pessoa do plural se mantém estável com percentuais de (33%) e (32%) e que essa forma continua a servir à indeterminação que exclui o falante como ilustra os exemplos a seguir:

- (5a) Passei lá em casa de Leila e foi aí que ___me **deram** um soco na cara. (Os órfãos de Jânio- 1979- Millor Fernandes)
- (5b) ___**Disseram**-te que eu era aleijado, que tinha algum defeito oculto? Se foi isso, é mentira. (Os irmãos das almas –1847- Martins Pena)

É interessante notar que esses casos de terceira pessoa do plural que ainda resistem correspondem às estruturas que utilizam o verbo no pretérito perfeito e apresenta um clítico o que inviabiliza o uso de *se* (**se me deu/ *se me disse*). Cabe ressaltar que Cavalcante (1999) já tinha chamado a atenção para o fato de esses casos de terceira pessoa do plural terem ocorrido em trechos narrativos de língua escrita padrão, sugerindo que esse contexto poderia ser um condicionamento a essa estratégia. Nas peças, foi observado de forma não sistemática que a

maioria dessas ocorrências de terceira pessoa do plural também estavam presentes em trechos narrativos como se pode ver no exemplo anterior e também nos trechos a seguir:

(6a) Mas deixa eu contar ___ **cercaram** o homem. Ao se ver cercado ele quis correr Segura daqui, apanha dali, ___ **seguraram** o homem.
(Mulher integral- 1979- Carlos Eduardo Novaes)

(6b) ___ Me **trancaram** num quarto com uma mulher chamada Mafalda. ___ Nem me **apresentaram** a ela.
(Confidências de um espermatozóide careca–1984- Carlos E. Novaes)

No que diz respeito à estratégia de indeterminação com a primeira pessoa do plural, observamos que até o período V esta apresenta percentuais bem reduzidos que giram em torno de (1%) e (4%). Somente no período V, há uma maior frequência no uso dessa forma com índices de (13%).

(7a) Como é a vida, ___ **vivemos** numa constante espera de felicidade e quando ela chega ___ não a **enxergamos!**
(A vida tem três andares-1938- Humberto Cunha)

(7b) O meu rapaz, parece que desta vez ___ **fazemos** a independência com a venda da jazida do Rio Pequeno.
(O simpático Jeremias- 1918- Gastão Tojeiro)

(7c) Mamãe, tudo se faz. ___ Não **podemos ficar** muito presos a uma moral só. ___ **Temos que experimentar** várias Pragmatismo, mãezinha Quem for brasileiro, siga-me Venha, Rosa.
(Um elefante no caos- 1955- Millor Fernandes)

Em compensação, no último período, verifica-se uma queda brusca no emprego dessa estratégia que atinge o índice de (1%) o que corresponde a apenas uma única ocorrência, exemplificada a seguir:

- (8) Pronto, chegou o outro estudante. Um pouco mais e **nós** vamos ter um curso de verão aqui. (No coração do Brasil-1992- Miguel Falabella)

A baixa ocorrência do uso da primeira pessoa do plural nas peças acompanha a tendência da língua oral hoje. Os trabalhos revisados mostraram o quase desaparecimento dessa estratégia tanto de referência definida quanto de referência arbitrária nessa modalidade. (cf. seção 1.3.2) Duarte (1993, 1995) já havia chamado a atenção para a redução do uso da primeira pessoa do plural, especialmente nas décadas de 70 e 90. A autora correlaciona a queda expressiva no uso dessa estratégia nesses períodos à redução nos paradigmas flexionais do PB e à substituição cada vez mais frequente por *a gente*. De fato, nessas peças, vimos que o emprego de *a gente* realmente apresenta um crescimento considerável no último período, o que poderia justificar essa diminuição no uso da primeira pessoa do plural.

As pesquisas ainda revelam que a primeira pessoa do plural é muito recuperada na escrita padrão, em textos bem diferentes das peças, jornalísticos e em cartas, como uma forma de evitar o uso do *se* conforme atestou Duarte (2003) e Lopes e Duarte (2002).

Voltando ao gráfico 3.3, observa-se que o uso de *a gente*, com apenas uma ocorrência no período I, começa a se implementar lentamente até o período IV, com índices de (1%), (4%), (11%) e (6%), respectivamente, alcançando, entretanto, o maior percentual dentre todas as estratégias no período VII (42%). Vejamos os exemplos:

- (9a) Pois é então a febre é um bicho, mete-se o bicho no corpo da gente e **a gente** não tem febre? (As doutoras- 1889- França Jr.)
- (9b) É uma casa aonde **a gente** vai à noute dançar. (Um sertanejo na corte- 1837- Martins Pena)
- (9c) Quando **a gente** morre, não quer dizer que perde não. Tu sabe o que é que aconteceu no duro? (Pedro Mico – 1954- Antonio Callado)
- (9d) Mas tem que ter! Meu pai sempre me dizia que a paciência é uma das maiores virtudes do homem. **A gente** tem que aprender a esperar pelo futuro. (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

Os baixos índices de *a gente* nos primeiros períodos nos fazem supor que se trate ainda de uma forma que guarda traços de expressão nominal, como aponta Lopes (1999). Não encontramos, porém nenhuma ocorrência de “a gente” modificado (*a gente* da cidade), o que garantiria seu uso ainda nominal. Achamos, portanto, que já se trate de uma forma pronominal.

A entrada de *você* nas peças ocorre apenas no período VI com índices bem expressivos que chegam a (26%), constituindo a segunda estratégia mais empregada, perdendo apenas para a terceira pessoa do plural, forma que predomina neste período. No período VII, há uma ligeira queda no uso de *você* (18%) em relação ao período anterior, quando ocorre um aumento significativo do uso de *a gente*, de (23%) no período VI para (42%) no período VII, liderando a ranking das estratégias de indeterminação. Vejamos os exemplos que ilustram o uso de *você* nesses dois períodos:

(10a) O que interessa é que, se **você** é preto, 99% das pessoas brancas te olham com a absoluta certeza de que **você** quando___ não **caga** na entrada ___**caga** na saída. (Os órfãos de Jânio- 1979- Millor Fernandes)

(10b) Tem uma outra técnica, que é muito usada, hoje em dia. O segredo é não se importar. Se **você** não se importar, **você** acaba dormindo. Mas **você** precisa não se importar de verdade. Aí, **você** não se importa se matam crianças para vender órgãos para países mais ricos, **você** simplesmente não se importa. E também___ não **se importa** em saber que o mundo é injusto por uma questão de sobrevivência. Dizem que se todos tivessem acesso a uma vida digna, não haveria o bastante para todos. (Como encher um biquíni selvagem- 1992- Miguel Falabella)

Vale a pena comentar que, conforme vimos na seção (1.3.2), segundo Duarte (2003), não existem diferenças no que diz respeito à fala carioca, culta e popular em relação à escolha das estratégias e à sua forma de representação, visto que a forma de indeterminação *você* é a mais utilizada e revela índices que ficam entre (44%) e (49%) nas três amostras analisadas pela autora. Por outro lado, verificou-se que nas peças o emprego de *a gente* predomina nesse último período estudado. É inegável que o uso de *você* pode ser mais ambíguo do que *a gente* na indeterminação. Mas é também possível que isso se deva a uma opção do autor.

Finalmente, observemos que a entrada da estratégia com o verbo na terceira pessoa do singular e uma posição vazia não associada a qualquer índice de indeterminação (a que nos

referimos no gráfico com *zero*) nas peças ocorre somente no período VII, temos 2% (ou três ocorrências). Conforme já foi mencionado na seção (1.3), Duarte (1995; 2003) e Cavalcante (2006 Diadorim) comentam que essa estratégia é empregada em contextos bem específicos, relativos a discursos de procedimentos ou veiculando a categoria aspecto (ações habituais no presente ou no passado) e a categoria modalidade (dever, obrigação “tem que”, proibição “não pode...”). No PE, não há registros de tal uso (exceto nos exemplos 11a,b abaixo, única forma aceita pelas GTs, que certamente se deve a uma assimilação do “se”), em oposição ao PB que tanto na fala culta quanto na popular (anos 80 e 2000) os índices ficam bem próximos de 17%, 19% e 12%. A título de ilustração, seguem os exemplos de dados encontrados nas peças:

- (11a) No que o fuzileiro veio encostando, eu já peguei barriga. ___**Diz** que tem uma tal de tabela, mas aí já viu o rolo que ia dar, né?(No coração do Brasil-1992- Miguel Falabella)
- (11b) Adalberto, pega um pouco desse cascalho aí, faz uma trouxinha no lenço e reserva, que eu vou levar de lembrança. ___**Diz** que a terra daqui é santa.
(Como encher um biquíni selvagem- 1992- Miguel Falabella)
- (11c) Me prometeram um lugar de atendente de dentista em Olaria. ___**Tem que aprender a mexer** com aqueles ferrinhos, mas o salário parece que compensa. (No coração do Brasil-1992- Miguel Falabella)

Com base no que foi comentado a respeito do emprego dessas estratégias de indeterminação ao longo dos sete períodos estipulados nessas peças, pode-se dizer que a nossa hipótese de que as peças mais antigas revelariam uma preferência pelo uso de *se indefinido* (indeterminador/apassivador), além da terceira pessoa do plural, exatamente como as gramáticas tradicionais, baseadas em normas mais antigas, descrevem e recomendam, e haveria a entrada de outras estratégias de indeterminação acompanhando as mudanças operadas na fala, à medida que acontece a redução do nosso paradigma flexional foi confirmada. Tal comportamento pode ainda ser relacionado à mudança na representação dos sujeitos referenciais definidos conforme atestou Duarte (1993).

3.2 Representação nula e plena das formas pronominais

Nosso objetivo principal com este grupo de fator é verificar se há um aumento no uso das formas pronominais plenas, podendo, pois, descobrir se de fato ocorre uma mudança, em qual período esta começa a ser implementada e se a tendência ao uso das formas pronominais nominativas expressas de referência arbitrária acompanha a mudança na representação dos sujeitos de referência definida (Duarte 1993). Por isso, num primeiro momento, decidiu-se apresentar o gráfico que mostra a distribuição geral das formas plenas de indeterminação *eles*, *nós*, *a gente* e *você* nos períodos estipulados. Vale a pena ressaltar que as estratégias *zero* e *se* não foram consideradas porque estas apresentam uma única forma de representação. Nesta fase da análise, os dados no gráfico abaixo foram obtidos a partir de uma rodada, em que a variável dependente era “sujeito pleno e nulo”.

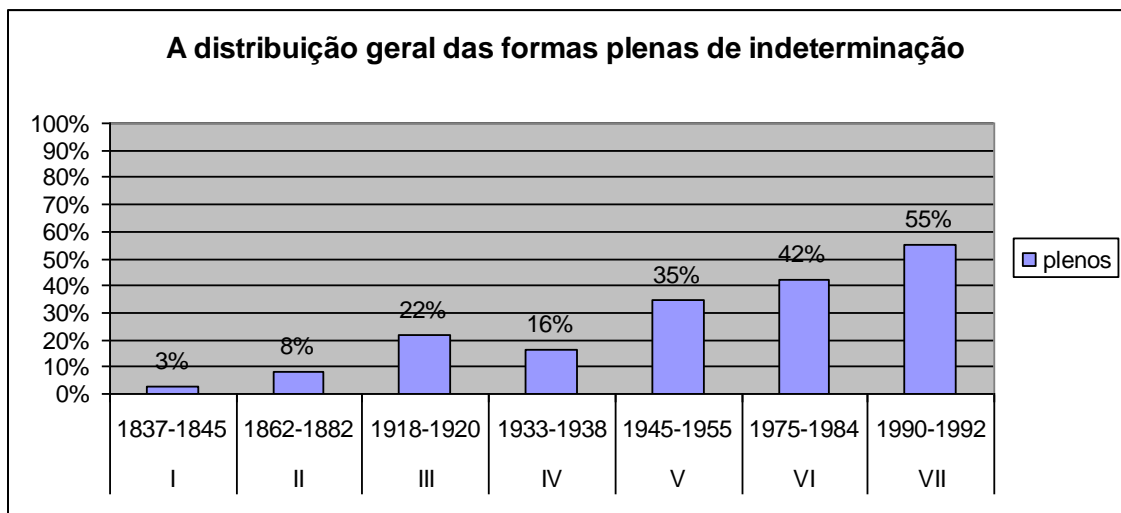


Gráfico 3.2: A representação plena das estratégias de indeterminação *eles*, *nós*, *a gente* e *você*.

Em primeiro lugar, podemos perceber que os dois primeiros períodos apresentam índices muito baixos de sujeitos plenos (3%) e (8%). Observa-se que daí por diante, os percentuais de sujeitos plenos giram em torno de (22%) e (35%) até o período V. No período VI, notamos que os índices de sujeitos plenos aumentam consideravelmente para (42%), concorrendo com os de sujeitos nulos (58%). Já no período VII ocorre uma inversão na representação dos sujeitos de referência arbitrária, uma nítida preferência pelo emprego dos sujeitos plenos com percentuais de (55%).

Esses resultados podem ser comparados com os obtidos para os sujeitos de referência definida em Duarte (1993):

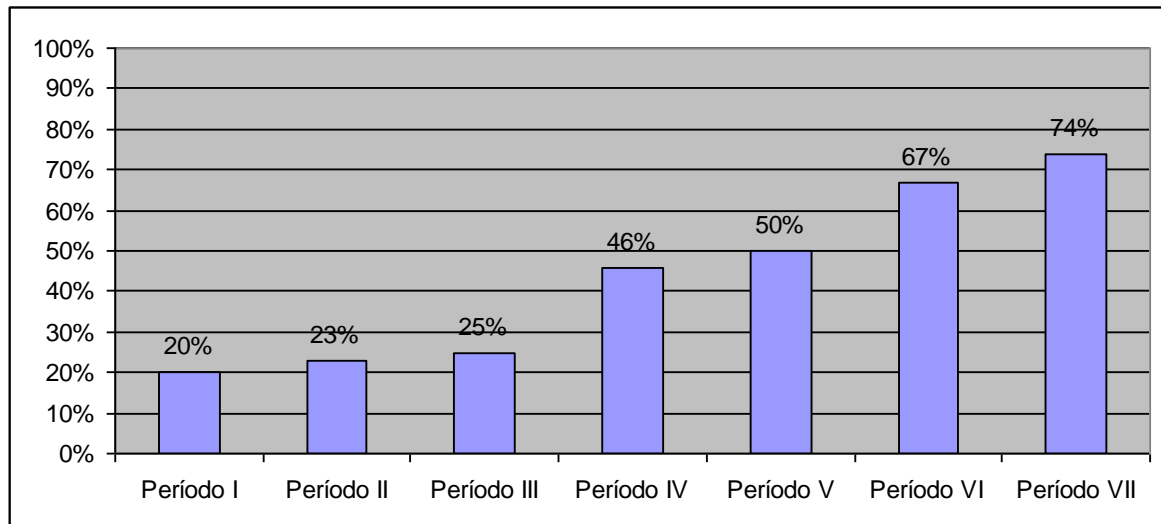


Gráfico 3.3: Sujeitos de referência definida expressos ao longo de sete períodos.
(Adaptado de Duarte 1993: 112)

Ao compararmos os dois gráficos, observamos que já no período V há uma acirrada concorrência entre os sujeitos nulos e plenos de referência definida com índices de (50%) para cada um, diferentemente dos resultados alcançados para os de referência arbitrária que apresentem essa competição somente no período VI. No período VI, ocorre a inversão no emprego dos sujeitos definidos com índices de (67%), algo que só acontece no período VII para os sujeitos de referência arbitrária. No período VII, tanto para os sujeitos de referência definida quanto para os sujeitos de referência arbitrária, a preferência é pelo emprego das formas plenas.

Com o objetivo de verificar o comportamento de cada estratégia no que diz respeito a essa evolução das formas plenas ao longo dos sete períodos estudados, foi elaborada a tabela (3.1) abaixo, onde são apresentados os índices referentes à representação plena para cada uma das formas nominativas *eles, nós, a gente, você* no decorrer desses períodos estipulados. Neste momento da análise, os dados foram obtidos a partir do cruzamento entre o grupo de fator “nulo e pleno” e “período de tempo”, tomando como referência a variável dependente “forma de indeterminação”.

Estratégia	I	II	III	IV	V	VI	VII
Eles	1/74 (1%)	1/52 (2%)	0/47 (0%)	1/38 (3%)	11/51 (22%)	3/31 (10%)	5/38 (13%)
Nós	0/0 (0%)	0/0 (0%)	1/5 (20%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	3/12 (25%)	1/1 (100%)
A gente	1/1 (100%)	4/5 (80%)	14/15 (93%)	8/9 (88%)	14/17 (82%)	15/21 (71%)	39/51 (76%)
Você	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	16/24 (67%)	33/46 (72%)

Tabela 3.1 Distribuição dos pronomes plenos (vs total: nulos + plenos) ao longo do tempo

À primeira vista, notamos que a forma de indeterminação com a terceira pessoa do plural (eles) apresenta uma única ocorrência de sujeito pleno no período I, índices que não ultrapassam os (22%), aparece em todos os períodos e é preferencialmente não expressa. A forma de indeterminação com *a gente* é a única estratégia que aparece sob a forma expressa nos sete períodos, sendo responsável pelos maiores percentuais de preenchimento em todos os períodos estudados. No período I, tem-se também apenas uma ocorrência. Vejamos os exemplos dessas duas estratégias nesse primeiro período:

(12) É uma casa aonde **a gente** vai à noute dançar.

(Um sertanejo na corte – 1837- Martins Pena)

(13) Mas se **eles** cá vierem? (O cigano- 1845- Martins Pena)

A primeira pessoa do plural aparece timidamente nas peças. Como já foi mencionado anteriormente, essa é uma estratégia praticamente ausente especialmente por conta da substituição pelo uso de *a gente*. Sua presença se dá somente em três períodos – III, VI e VII. O período VII contém uma ocorrência apenas, exemplificada abaixo:

(14) Pronto, chegou o outro estudante Um pouco mais e **nós** vamos ter um curso de verão aqui. (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

Constata-se que a entrada de *você* nas peças ocorre somente nos dois períodos finais com índices expressivos de preenchimento (67%) e (72%). Vejamos um exemplo para cada um dos períodos:

(15a) Sim, as pessoas acabam se acomodando, mas se de repente **você** enfia três eleições seguidas, ___ não quer mais parar.

(Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos E. Novaes)

(15b) Minha mãe é muito esquisita. Ela sempre pensa, antes de falar. Aí quando ela fala, se **você** for rápido, **você** já adivinhou e ___ mandou ela ir à merda.

(Como encher um biquíni selvagem- 1992- Miguel Falabella)

Com o objetivo de verificar se a manutenção ou mudança de referência interferia na opção das formas plenas de indeterminação, foi realizado um cruzamento entre os grupos de fatores expressão da forma de indeterminação “nulo e pleno” com o grupo de fator “manutenção ou mudança de referente com o sujeito da oração imediatamente anterior”, considerando como variável dependente as formas de indeterminação *eles, nós, a gente e você*.

Nos contextos em que não há correferência – orações principais e subordinadas sem a forma de indeterminação como antecedente, ou seja, primeira menção da estratégia - foram encontrados os maiores percentuais de preenchimento para todas as formas de indeterminação estudadas.

Quanto ao uso da terceira pessoa do plural, tem-se, dentre as (22) ocorrências de sujeitos plenos, (18) ocorrências o que corresponde a (82%) de sujeitos em contextos de ausência de correferência:

(16a) Já! Eu ouvi no rádio que **eles** estavam decretando. Que horror! E esse rapaz por aí. Tenho medo que lhe aconteça alguma coisa.

(Um elefante no caos- 1955- Millor Fernandes)

(16b) Ora, mamãe, é muito dinheiro Ainda mais com a situação de reviravolta no País, você nunca vai receber esse dinheiro É dinheiro demais! **Eles** não pagam! (Um elefante no caos- 1955- Millor Fernandes)

Do total de (4) ocorrências com sujeitos plenos em que há correferência ou manutenção do referente, (2) foram encontradas em orações principais, (1) em oração coordenada e (1) em oração subordinada. O exemplo (17) ilustra o contexto de oração principal:

- (17) Pode confiar E quanto ao resto não dê importância ao que ___ **disserem**. Eles querem é entrar na minha vida. (O hóspede do quarto nº2 –1937- Armando Gonzaga)

Observa-se que das cinco ocorrências de sujeitos plenos de primeira pessoa do plural, (100%) correspondem à primeira menção.

- (18) **Nós** adoramos viver aqui. (Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos E. Novaes)

No que diz respeito ao uso de *a gente*, de um total de (94) ocorrências de formas plenas, (80) o que equivale a (85%) são de sujeitos não correferentes ao da oração precedente ou adjacente:

- (19a) Por essas e outras é que **a gente** perde a paciência.
(Onde canta o sabiá- 1920- Gastão Tojeiro)
- (19b) Quando **a gente** tem vontade de comer telha, é porque a barriga é das brabas
(No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)
- (19c) Felicidade é poder olhar pra frente. Acordar de manhã e sentir que **a gente** tem um futuro. (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

Do total de (14) ocorrências com sujeitos plenos em contexto de manutenção do referente, (8) foram obtidas em orações subordinadas, (2) em orações coordenadas e (4) em orações principais. Vejamos os dois exemplos a seguir (20a) em oração subordinada e (20b) em oração coordenada:

(20a) Velório, funeral, são rituais necessários Função, catártica, sabe, Francis? Além do mais, eu descobri que **a gente** não chora a morte do outro, **a gente chora a própria morte**. (A Partilha- 1990- Miguel Falabella)

(20b) **A gente** muda, Laurinha. A vida vai passando, **a gente vai pesando os prós os contras**, vai contando as rugas, e vai mudando. O tratamento tem me ajudado muito, também.

Já para o emprego de *você* nesse contexto, foram encontrados (73%) de um total de 33 dados.

(21a) Se bem que isso não significa dizer que, quando **você** fala com a boca cheia, mal educado, só saiam consoantes.

(Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos E. Novaes)

(21b) **Você** não pode ir enfiando a língua de qualquer maneira.

(Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos E. Novaes)

Dos (9) dados de contexto de correferência, (5) foram encontrados em orações principais e (4) em orações subordinadas. Observemos os exemplos (22a) em orações principais e (22b) numa oração subordinada:

(22a) Tem uma outra técnica, que é muito usada, hoje em dia. O segredo é não se importar. Se **você** não se importar, **você acaba dormindo**. Mas você precisa não se importar de verdade. **Aí, você não se importa** se matam crianças para vender órgãos para países mais ricos, **você simplesmente não se importa**. E também não se importa em saber que o mundo é injusto por uma questão de sobrevivência. Dizem que se todos tivessem acesso a uma vida digna, não haveria o bastante para todos. (Como encher um biquíni selvagem- 1992- Miguel Falabella)

(22b) O que interessa é que, se **você** é preto, 99% das pessoas brancas te olham com a absoluta certeza **de que você** quando não caga na entrada **caga na saída**. (Os órfãos de Jânio- 1923- Millor Fernandes)

3.3 Concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural nas construções com *se*

Nesta seção, pretende-se examinar a concordância entre o verbo transitivo direto e argumento interno no plural nas construções que apresentam a forma de indeterminação com *se*. O objetivo principal é verificar se ocorrerá um aumento dos casos de não-concordância em comparação aos de concordância ao longo dos períodos estipulados. Do total de 39 ocorrências, em todos os períodos, somente 6 (15%) correspondem aos casos de não concordância entre argumento interno no plural e o verbo transitivo direto. Com base nesse percentual obtido, já se pode afirmar que assim como na escrita padrão, a preferência nessas peças para o emprego de *se* nesse contexto é a concordância. (cf. Cavalcante 1999)

A tabela a seguir mostra como fica distribuída a concordância e a não concordância no decorrer dos períodos estudados:

Forma com <i>se</i>	I	II	III	IV	V	VI	VII
Concordância	7/8 (88%)	10/12 (83%)	5/7 (71%)	8/8 (100%)	2/2 (100%)	1/2 (50%)	0/0 (0%)
Não concordância	1/8 (12%)	2/12 (17%)	2/7 (29%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	1/2 (50%)	0/0 (0%)

Tabela 3.2: Concordância vs não concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural em construções com *se*

Percebe-se a ausência de dados sem concordância nos períodos IV, V e VII, especialmente no que diz respeito a esse último período onde se tem a mudança na representação das formas plenas nas peças. Isso acontece devido ao reduzido número de ocorrências com *se* e, principalmente porque mais da metade dos dados nesse período terem sido encontrados em “frases feitas” ou “formas fixas”, conforme foi comentado anteriormente. Passemos, agora, ao exame dos índices de concordância vs não concordância em relação ao grupo de fator posição do argumento interno (anteposto, posposto, relativizado e não realizado foneticamente). Observemos a tabela:

Posição do argumento interno	Posposto	Relativizado	Anteposto	Não Realizado foneticamente	Alçado
Concordância	24/28 (86%)	1/3 (33%)	8/8 (100%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)
Não concordância	4/28 (14%)	2/3 (67%)	0/8 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)

Tabela 3.3: Concordância vs não concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural em construções com **se**

Como vimos na seção (1.3.1), Duarte (2002) constatou que o contexto de posposição era favorecedor à não concordância enquanto o de anteposição propiciava a concordância nos anúncios de jornais do século XIX. A tabela mostra-nos que, de fato, nas peças, a anteposição do SN constitui o contexto categórico de concordância entre o argumento interno no plural e o verbo transitivo direto. Por outro lado, é curioso notar que mesmo nos contextos de posposição, há um percentual expressivo de concordância (86%). Esse comportamento contraria nossas expectativas de que nesse contexto os índices de não-concordância superassem os de concordância. Observemos os exemplos:

(23a) Foi quando eu compreendi claramente que nem todas as verdades **se dizem**. (A patroa-1933- Armando Gonzaga)

(24b) O dr. Osvaldo quer apenas provar que é um homem de sociedade e familiar às reuniões de gente chique onde **se cultivam** essas gentilêsas. (A Inquilina de Botafogo – 1920- Gastão Tojeiro)

Ao observarmos os contextos que favorecem a não concordância, vamos perceber que do total de 6 dados sem concordância, 4 (67%) correspondem à posição em que o sintagma nominal está posposto e 2 (33%), ao argumento interno relativizado. Vejamos os exemplos que ilustram a não concordância nesses contextos:

(25a) Não sei como **se possa ignorar** os efeitos da vacinação pela cultura atenuada .
(As doutoras – 1889- França Jr.)

(25b) Onde é que **se viu** coisas dessas! (As fans de Roberto Taylor – 1919- Gastão Tojeiro)

(25c) As vogais são os sons **que se pronúncia** com a via bucal livre.

(Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos E. Novaes)

Um outro grupo de fator que poderia favorecer ou inibir a concordância do verbo transitivo direto e seu argumento no plural diz respeito à forma verbal complexa ou simples. Por isso, vale a pena conferir os resultados da tabela abaixo para esse grupo de fator:

Forma verbal	Simple	Complexa
Concordância	30/33 (91%)	3/6 (50%)
Não concordância	3/33 (9%)	3/6 (50%)

Tabela 3.4: Concordância vs não-concordância em relação à forma verbal simples ou complexa

A princípio pensou-se que a forma verbal complexa poderia favorecer a não concordância entre o verbo transitivo direto e o argumento interno no plural como aconteceu na escrita padrão (Cavalcante 1999). No entanto, os percentuais de (50%) para não concordância em estruturas simples e (50%) em estruturas complexas nos mostra que, nas peças, esse contexto não interfere como havíamos pensado. Seguem dois exemplos de não concordância nesse contexto:

(26a) Não faça injustiças aos meus sentimentos, doutor. **Pode avaliar-se** os efeitos de uma paixão quando há sentimentos também no peito.

(Tipos da atualidade- 1882- França Jr.)

(26b) Não sei como **se possa ignorar** os efeitos da vacinação pela cultura atenuada. (As doutoras- 1889- França Jr.)

A partir dos índices e exemplos apresentados até aqui, podemos considerar que é patente o desuso de *se* nas peças da segunda metade do século XX e que não se pode, pois, tirar conclusões sobre a presença/ausência de concordância. No entanto, do ponto de vista qualitativo, podemos concluir que a não-concordância entre verbo e argumento interno no

plural está bastante tímida em comparação à concordância (somente 15% do total de ocorrências). Tanto a baixa ocorrência de *se* quanto a falta de concordância (ou, seja, a preferência por *se* nominativo ou indeterminador) revelam que as peças acompanham a fala espontânea conforme já foi comentado.

3.4 Distribuição das estratégias em sentenças não-finitas

Nesta parte da análise, serão apresentados os resultados referentes à distribuição das estratégias em sentenças não-finitas. Ao todo foram obtidas 99 ocorrências nos sete períodos estipulados. Nossa expectativa é que predomine o sujeito nulo nessas estruturas, conforme vimos na seção (1.3.) Entretanto, esperamos observar se o preenchimento da posição com *se* ou com outras formas pronominais nominativas, observadas por Duarte (2008) na fala espontânea, aparecem igualmente nas peças mais recentes. Assim, a descrição dos resultados partirá do exame do gráfico 3.4 a seguir. Em seguida, mostraremos o uso de *se* com infinitivo e a concordância *vs* não concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural nas estruturas com *se* e infinitivo. Por fim, passaremos a comentar sobre o emprego de cada uma dessas estratégias de indeterminação *nós, eles, a gente e você*.

3.4.1 Distribuição geral com as estratégias em formas verbais não finitas.

O gráfico adiante foi feito a partir de uma rodada em que a variável dependente era “forma de indeterminação”. Como comentamos no início dessa seção, nossa expectativa é encontrar a preferência pelo sujeito nulo, por isso, decidimos começar a nossa análise pelo gráfico que mostra a distribuição dos sujeitos nulos em sentenças não finitas – estratégia padrão considerada pela tradição gramatical para indeterminar os sujeitos nesse tipo de sentença.

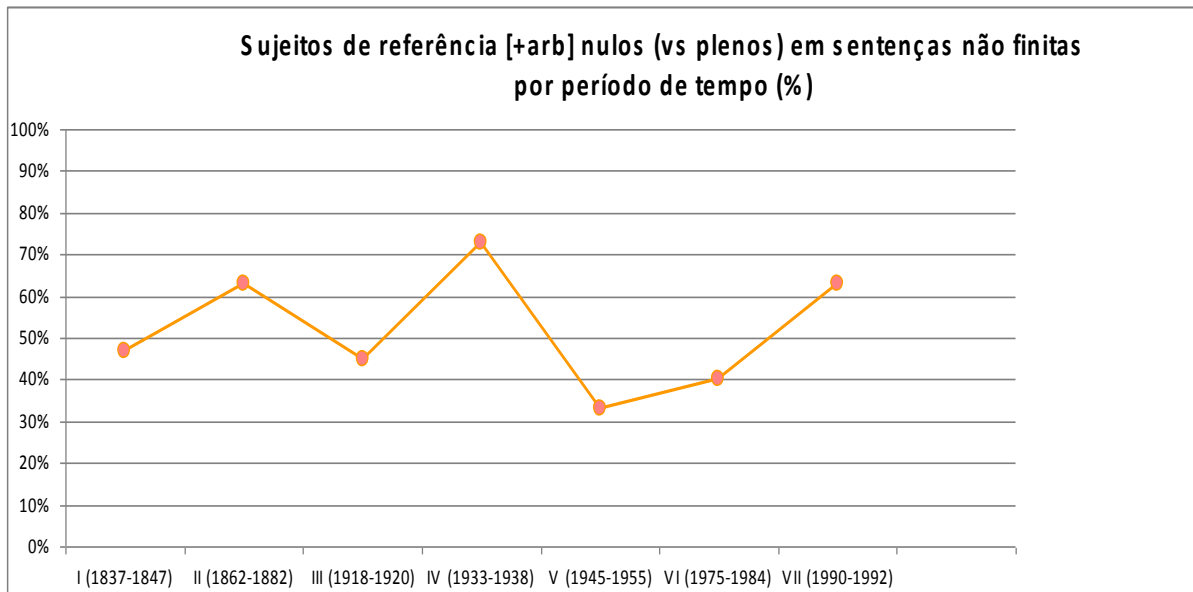


Gráfico 3.4: Distribuição dos sujeitos de referência [+arb] nulos (vs plenos) em sentenças não finitas por período de tempo

Podemos perceber, neste gráfico, a preferência pela posição vazia nos períodos II, IV e VII. Os percentuais obtidos foram: 47%, 63%, 44%, 73%, 33%, 40%, 63%. Apesar de ser esta a forma de indeterminação recomendada pela tradição gramatical que baseadas em norma antigas não levam em consideração outras possibilidades para indeterminar o sujeitos, vimos, pois, que no que diz respeito às peças, na maioria dos períodos, outras formas de indeterminação estão sendo privilegiadas, como veremos mais adiante no próximo gráfico. Os exemplos a seguir ilustram o sujeito nulo das infinitivas:

(27a) É melhor ___ **trocar** as pernas por essas ruas como um valdevinos, em risco de ___ **ser** preso para soldado? ___ **Andar** sempre pingando e sem vintém para ___ **comprar** uma casa nova?

(Os Irmãos das almas- 1847- Martins Pena)

(27b) ___ **Ganhar** a vida honestamente. É tão difícil, hoje em dia, ___ **conseguir** uma coisa dessas!

(A vida tem três andares – 1938 – Humberto Cunha)

(27c) Oh, perdão! Eu não consigo enxergar direito. ___ **Envelhecer** é uma merda! E a Holly que não chega? (No coração do Brasil – 1992- Miguel Falabella)

O gráfico 3.5 a seguir apresenta a distribuição das estratégias de preenchimento.

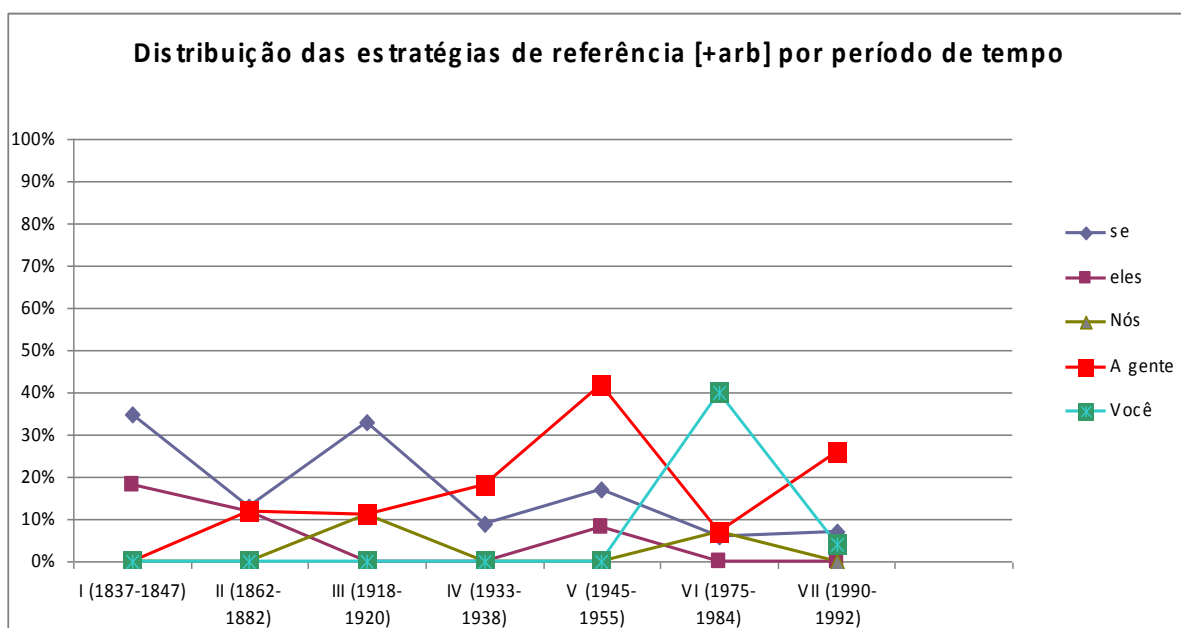


Gráfico 3.5: Distribuição das formas plenas dos sujeitos de referência arbitrária por período de tempo.

Ao analisar cada período, de um modo geral, podemos perceber que no período I, temos apenas o uso das estratégias com *se* e a terceira pessoa do plural (referida aqui como *eles*) com índices de (35%) e (18%) respectivamente (não nos esqueçamos que Cavalcante 2006 mostra que no português clássico o uso de *se* chega a 20%, portanto, o emprego de tal estratégia está longe de ser uma inovação). Já no segundo período, destacamos a redução no uso de *se* para (13%) e a entrada da estratégia com *a gente* com índices de (12%), mesmo percentual apresentado para uso de *eles*. O terceiro período é caracterizado pelo aumento do emprego de *se* para (33%), o desaparecimento por completo da terceira pessoa do plural, a entrada da primeira pessoa do plural com percentuais idênticos ao emprego da forma com *a gente* (11%). No período IV, permanecem somente o uso de *se* e *a gente* com índices de (9%) e (18%). Destacamos, no quinto período, o aumento significativo no uso de *a gente* para (42%) e no emprego de *se* para (17%) e ao retorno da terceira pessoa do plural (*eles*) com (8%). No período VI, as estratégias *se*, *nós* e *a gente* apresentam percentuais bem próximos (6%, 7% e 7%), respectivamente. O destaque desse período é o surgimento da estratégia com *você* com índices bastante expressivos (40%). Por fim, temos o último período, caracterizado pela queda expressiva no uso de *você* (4%), a quase manutenção nos índices de *se* e um

aumento considerável no uso de *a gente* em relação ao período anterior (26%). Passemos, agora, para análise de cada uma dessas estratégias separadamente na linha tempo para visualizarmos melhor o comportamento e os fatores que foram mais importantes para determinar o uso de cada uma.

Além da posição vazia como observamos no gráfico (3.4), a forma com *se* também aparece em todos os períodos. O uso de *se* nas peças apresenta uma curva descendente, que começa com 35% no período I e chega a 7% nos períodos VI e VII.

(28a) É um problema difícil de **se resolver**. Quanto é que a senhora paga? (Um elefante no caos- 1955- Millor Fernandes)

(28b) Regina, minha irmã, só há um meio de **se emagrecer** abrindo o olho e fechando a geladeira. (A Partilha – 1990- Miguel Falabella)

(28c) Essa deve ser a única forma de **se contar** uma história com absoluta fidelidade. (No coração do Brasil – 1992- Miguel Falabella)

Tal estratégia corresponde a 16% do total de todas formas de indeterminação consideradas para este tipo de construção. É inegável que a estratégia era importante e de uso expressivo, particularmente nos períodos I e II, e sua diminuição não significa que ela tenha cedido lugar ao sujeito nulo; ao contrário, outras formas pronominais entram em cena.

Com base em Cavalcante (1999) e Duarte (2008), decidimos investigar o contexto “presença e ausência de preposição”, uma vez que a presença de preposição se mostra um forte favorecedor do uso de *se*. Dos 16 casos de infinitivo com *se*, 13 ocorreram na presença de preposição, confirmando nossa expectativa (cf. seção 2.3). A seguir tem-se dois exemplos de *se* com preposição e as duas ocorrências sem preposição:

(29a) Tal pai, tal filha. São bons hóspedes quanto ao pagamento, mas têm um gênio difícil **de se aturar**. (O Simpático Jeremias – 1918- Gastão Tojeiro)

(29b) Olha, Simão, o negocio lícito não há nada. Que diabo deixam um queijo de Minas que se vende por mais um tostão, um paio por mais vintém, etc? Bagatela. É preciso **ter-se** um armazém bem sortido **para se ganhar** alguma coisa deste modo, mas uma vendinha com meia dúzia de garrafas de vinho, duas pipas de aguardente, quatro réstias

de alho e dous de bacalhaus pendurados à porta e o mais em consequência. Ora vivem os donos como eu vivo. (O Cigano – 1845- Martins Pena)

- (29c) Minha filha, é preciso **ter-se** paciência. A gente é obrigada a aturar umas tantas coisas. (O Simpático Jeremias – 1918- Gastão Tojeiro)

Resolvemos verificar também qual tipo sintático de oração influenciaria no uso de *se*. Obtivemos os seguintes resultados para as orações: completivas (56%), adverbiais pospostas (25%), principais (13%) e adverbiais antepostas (6%). Podemos notar, então, que o contexto mais favorável à implementação do *se* com infinitivo foram justamente as orações que podem ser introduzidas por preposição como as completivas e as adverbiais como se vê nos exemplos a seguir:

- (30a) É um problema difícil **de se resolver**. Quanto é que a senhora paga?
(Um elefante no caos- 1955- Millor Fernandes)

- (30b) **Para se conseguir momentos de grande emoção nas novelas**, duas pessoas jamais podem concordar. (Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos E. Novaes)

Um outro fator a ser considerado é a posição do argumento interno. Ao todo foram encontradas 13 ocorrências de *se* com verbo transitivo direto. Vejamos a tabela que ilustra os índices para cada contexto:

Posição do argumento interno	Posposto	Relativizado	Anteposto	Não realizado foneticamente	alçado
	8/13 (62%)	0/13 (0%)	3/13 (22%)	1/13 (8%)	1/13 (8%)

Tabela 3.5: Posição do argumento interno em estruturas de *se* com infinitivo.

Com base na tabela, vemos que o contexto de posposição obteve o maior número de ocorrências de argumento interno. Decidimos verificar como ficaria o cruzamento entre os

contextos “presença vs ausência de preposição” vs “posição do argumento interno”. Os três exemplos que não apresentaram preposição estão na posição posposta. Assim, temos cinco casos de posposição com preposição e três sem preposição, totalizando as oito ocorrências nessa posição. Vejamos os exemplos a seguir que ilustram o uso de *se* nesses contextos:

- (31a) Olha, Simão, o negocio lícito não há nada. Que diabo deixam um queijo de Minas que se vende por mais um tostão, um paio por mais vintém, etc? Bagatela. É preciso **ter-se uma armazém bem sortido para se ganhar alguma coisa** deste modo, mas uma vendinha com meia dúzia de garrafas de vinho, duas pipas de aguardente, quatro réstias de alho e dous de bacalhaus pendurados à porta e o mais em consequência. Ora vivem os donos como eu vivo. (O Cigano – 1845- Martins Pena)
- (31b) Minha filha, é preciso **ter-se paciência** A gente é obrigada a aturar umas tantas coisas. (O Simpático Jeremias – 1918- Gastão Tojeiro)

Resolvemos também controlar a concordância entre argumento interno plural e verbo infinitivo nas construções com *se*. No total de dados, houve somente três ocorrências de infinitivo com *se* e argumento interno plural como se vê nos exemplos a seguir:

- (32a) Era tempo **de se acabarem essas desavenças** em que andamos. (Quem casa, quer casa – 1845- Martins Pena)
- (32b) E então o que tem isso? É verdade que peço para as almas, mas nós também não temos almas? Negar que a temos é ir contra a religião, além disso, já lá deixei dous cruzados **para se dizer missas** para as outras almas. É bem que todas se salvem. (Os irmãos das almas – 1847- Martins Pena)
- (32c) **Para se conseguir momentos de grande emoção** nas novelas, duas pessoas jamais podem concordar. (Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos E. Novaes)

Ao analisar os exemplos, percebemos que em (32b) e (32c) não se verifica a concordância entre verbo e o SN plural, o que ilustra um uso de *se indeterminador*. Já o exemplo (32a) apresenta concordância verbal, o que representa um uso de *se apassivador*.

Todos os casos apresentam o argumento interno posposto, o que segundo os estudos revisados na seção (1.3) favorece o uso de *se indeterminador*. Esses trabalhos também mostraram que desde de o século XVI já podem ser encontradas construções com *se impessoal* e que no século XIX essa interpretação arbitrária supera o uso de construção passiva.

Passemos, agora, ao exame das demais formas de indeterminação.

A terceira pessoa do plural (aqui referida como “eles”), *nós*, *você* e *a gente* em determinados períodos não apresentaram nenhuma ocorrência. A forma com *eles* só ocorre nos períodos I, II e IV com índices de (18%, 13% e 8%) para cada um. A partir de então, essa forma de indeterminação deixa de aparecer nas peças.

(33a) Gosto, porém não é para ___ **estarem** a todo momento em cima da gente. (Como se fazia um deputado – 1882- França Jr.)

(33b) Qual. São carapetões que ___ te meteram nos miolos para talvez ___ te **indisporem** comigo. A maçonaria é uma instituição.

(Os irmãos das almas – 1847- Martins Pena)

A primeira pessoa do plural só aparece em dois períodos (III e VI) com índices de 11% e 7%, o que equivale a apenas uma única ocorrência em cada período. Já era de esperar tal comportamento já que essa estratégia está praticamente ausente da fala e se mostrou inexpressiva nas sentenças finitas.

(34a) Para que não ___ percamos o ritmo da música na dança da vida é indispensável ___ **segurarmos** bem o nosso par.

(O simpático Jeremias – 1918- Gastão Tojeiro)

(34b) A tendência é ___ **continuarmos avançando**. Não se surpreendam se um dia desses vocês entrarem numa livraria e derem de cara com um texto na contra-capla resumindo a historinha do livro: as aventuras do Pinocchio erótico.(Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos Eduardo Novaes)

Quanto ao uso da forma de indeterminação *a gente*, sua entrada na peças se dá apenas no período II com índices de 13%. Até o período IV (década de 30) os percentuais giram em torno de 11% e 18%. É interessante notar que no período V essa forma de indeterminação

alcança seu ponto mais alto, se tornando a estratégia mais utilizada com índices de 42%. No período VI, há uma queda expressiva no uso dessa estratégia com apenas um dado o que corresponde a 7%. No último período, essa forma de indeterminação torna a subir com percentuais de 26%. Em termos de número absoluto de dados, nesse período alcançou-se a maior quantidade de exemplos (7). Apesar de ser o período com o maior número de formas pronominais, é importante destacar que a posição vazia ainda predomina, contrariando nossas expectativas de que houvesse também uma tendência ao preenchimento assim como aconteceu nas sentenças finitas com a forma *a gente* prevalecendo em relação às demais. Observemos os exemplos a seguir:

(35a) Não sei por que esse espanto. É natural **a gente oxigenar** os cabelos. Vi mamãe lavar os cabelos em água fervida com cascas de cebolas, fiz o mesmo. (As fans de Roberto Taylor – 1919- Gastão Tojeiro)

(35b) Cláudio é um guia admirável para **a gente passear**.
(A vida tem três andares- 1938- Humberto Cunha)

(35c) Toca o café pra frente. Daqui a pouco estão aí os jornais do dia. É tempo da **gente engolir** o café e ___ **meter** um berço. (Pedro Mico- 1954- Antonio Callado)

A entrada de *você* se dá no período VI com índices expressivos de 40% que correspondem a seis ocorrências. No período VI, tem-se uma queda brusca nos percentuais para 4% o que equivale a uma única ocorrência.

(36a) Não há nada pior do que **você acordar** e ___ **ter** uma empregada lhe esperando para dizer que o café acabou.
(Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos Eduardo Novaes)

(36b) Diz a gramática, para **você ter** uma série de vogais diferentes, basta movimentar a língua na direção do palato duro ou do palato mole. Não confundam por favor palato com outra coisa. (Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos Eduardo Novaes)

- (36c) Tem vitrine, tem pizza, e muita, muita gente. Não dá pra **você** se **sentir** sozinha num shopping! Nem que você queira. (Como encher um biquíni selvagem- 1992- Miguel Falabella)

3.4.2 Representação plena das estratégias de indeterminação.

Nesta fase da análise, examinaremos mais detalhadamente o uso das formas pronominais *eles*, *nós*, *você* e *a gente* sob a forma de representação plena. Da mesma forma como procedemos para com as sentenças finitas, excluimos as estratégias *zero* e *se* já que elas apresentam uma única forma de representação conforme foi explicitado anteriormente.

Decidiu-se investigar como se comporta cada uma dessas estratégias e qual dessas formas poderia ser a porta de entrada para uma possível mudança no que diz respeito à preferência pelo preenchimento dos sujeitos em construções com infinitivo especialmente na década de 30 (período IV). Para tanto, foi realizado o cruzamento entre o grupo de fator “nulo e pleno” e “período de tempo” tendo como variável dependente a “forma de indeterminação” (não nos esqueçamos que essa tabela não inclui as ocorrências de *se*).

Estratégia	I	II	III	IV	V	VI	VII
Eles	0/3 (0%)	0/1 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/1 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)
Nós	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/1 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)
A gente	0/0 (0%)	1/1 (100%)	1/1 (100%)	2/2 (100%)	3/5 (60%)	0/1 (0%)	3/7 (43%)
Você	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	4/6 (67%)	1/1 (100%)

Tabela 3.6. Distribuição dos pronomes plenos (vs total: nulos + plenos) ao longo do tempo em sentenças não finitas

Os resultados da tabela mostram que a forma de indeterminação com *a gente* é a responsável pelos maiores índices de preenchimento, ausente somente em dois períodos, seus percentuais variam de 43% a 100%. Assim como acontece com essas estratégias de indeterminação nas sentenças finitas, a forma *a gente* parece ser realmente a porta de entrada para a tendência ao preenchimento dos sujeitos. As estratégias com a terceira pessoa do plural (eles) e a primeira pessoa do plural (nós) não apresentaram nenhum exemplo de sujeito

preenchido. Já a forma *você* revelou percentuais significativos no período VI (67%) e (100%) no período VII equivalente a uma única ocorrência.

(37a) A senhora compreende um segredo de família Essas cousas não são para **a gente anunciar** pelo rádio. Só mesmo em último caso, premido por circunstancias de um gênero todo especial é que se pode chegar a uma confissão desta ordem.

(O hóspede do quarto nº2- 1937- Armando Gonzaga)

(37b) Em salvador o sapateiro manda **você apanhar** o sapato no dia seguinte. (Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos Eduardo Novaes)

A fim de verificar se o contexto “manutenção ou mudança de referência” influenciaria na escolha dessas duas formas plenas de indeterminação nessas sentenças não finitas, cruzamos os grupos de fatores expressão da forma de indeterminação “nulo e pleno” com o grupo de fator “correferência ou não correferência com o sujeito da oração imediatamente anterior” tomando como referência a variável dependente as formas de indeterminação *eles*, *nós*, *a gente* e *você*.

A maioria dos casos de sujeitos preenchidos com a forma *a gente* (9) de um total de (10) o que corresponde a 89% foram encontrados em contextos de primeira menção. Vejamos os exemplos:

(38a) Vai me avisando com antecedência, que é pra eu poder me organizar, porque é muito chato **a gente começar** um assunto e ___depois ter que correr pra encaixar ele nessa horinha sem vergonha. (Como encher um biquíni selvagem- 1992- Miguel Falabella)

(38b) Eu não tava preparada Como é que eu ia saber que eles iam pedir pra **a gente escrever** uma redação? Desde quando a gente precisa saber escrever pra ___ vender bala? (No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

Vale a pena comentar que nos dois exemplos acima há um caso de sujeito nulo em cada num contexto de referente expresso no contexto sintático precedente, nesse caso, a forma *a gente*. O primeiro se encontra numa oração coordenada e o segundo numa oração subordinada. Observamos que todos os casos de sujeitos nulos para essa estratégia foram encontrados no contexto de correferência.

A única ocorrência de sujeito preenchido em contexto de correferência se encontra numa oração subordinada:

- (39) Então Pode acreditar, Margareth. Quando **a gente** começa a suar desse jeito, é porque não tem que ser. Amor que tem futuro não faz **a gente** vazar pelo ladrão.
(No coração do Brasil- 1992- Miguel Falabella)

O mesmo acontece para estratégia com *você*, 100% dos dados de sujeitos preenchidos também foram obtidos em contextos de primeira menção e todas as duas ocorrências de sujeitos nulos em contextos de correferência em orações coordenadas como se vê nos exemplos:

- (40a) Claro que morar sozinho tem seus problemas : é só **você se meter** no banheiro que o telefone toca. (Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos Eduardo Novaes)
- (40b) Tem vitrine, tem pizza, e muita, muita gente. Não dá pra **você se sentir** sozinha num shopping! Nem que você queira. (Como encher um biquíni selvagem- 1992- Miguel Falabella)
- (40c) Não há nada pior do que **você acordar** e ___ **ter** uma empregada lhe esperando para dizer que o café acabou. (Confidências de um espermatozóide careca- 1984- Carlos Eduardo Novaes)

Vimos, pois, que no que diz respeito à redução ou quase desaparecimento do uso de *se* e ao uso das estratégias pronominais de indeterminação nas sentenças não finitas, as peças também acompanham a fala espontânea, embora com índices um pouco mais baixos. Tanto na fala quanto nas peças pode ser destacada a implementação das formas pronominais nominativas, especialmente, o emprego de *você*. Ao lado da forma *você* ressaltamos o destaque que a forma *a gente* também ganhou nas peças. Como vimos na seção (1.3.2), Duarte considerou o preenchimento da posição de sujeito dos infinitivos com formas pronominais nominativas na fala como “uma novidade instigante para o estudo da mudança e para a própria caracterização dos feixes de propriedades do Parâmetro do Sujeito Nulo”, uma vez que este parece ser um comportamento bastante atípico em outras línguas ocidentais. Podemos dizer

que agora, então, essa tendência também evidenciada nas peças só veio a incrementar esse desafio à descrição da mudança sintática.

Finalmente, passemos às considerações finais a que os resultados nos possibilitam chegar.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo principal examinar as estratégias pronominais para expressar a referência arbitrária nas peças de teatro dos séculos XIX e XX. Tencionamos verificar se a tendência ao preenchimento do sujeito atestada na língua falada e também nos sujeitos de referência definida nas peças - um tipo de texto escrito que apesar de não representar fielmente a fala, aproxima-se bastante da modalidade oral - se reflete na representação dos sujeitos de referência arbitrária. Essas estratégias pronominais de indeterminação foram estudadas tanto em sentenças finitas quanto em sentenças não finitas com o objetivo de observar se nas peças já começam a surgir formas de preenchimento das posições vazias dos sujeitos de referência arbitrária.

Para tanto, lançamos mão dos pressupostos teóricos do modelo de Princípios e Parâmetros associados ao pressupostos teóricos do modelo de estudo da mudança por (Weireinch, Labov & Herzog ([1968]2006), buscando nos guiar principalmente pelos problemas do encaixamento e da transição. Levando em consideração o fato de que em uma língua genuinamente marcada positivamente em relação ao parâmetro a preferência é pela representação nula dos sujeitos em todas as pessoas gramaticais e em ambas as modalidades: oral e escrita, procuramos verificar, a partir da leitura atenta de estudos variacionistas sobre a representação do sujeito pronominal no português brasileiro falado e escrito, se o PB se comporta como uma língua [+pro-drop].

Os estudos mostraram que, no que diz respeito à representação pronominal do sujeito no português brasileiro, existem diferenças significativas entre fala e escrita. Na fala, tanto para os sujeitos de referência definida quanto arbitrária predominam os sujeitos preenchidos em sentenças finitas. Por outro lado, a escrita privilegia as posições vazias, especialmente no tocante à primeira pessoa. (Duarte 1993, 1995, 2003). Há uma tendência a preencher a posição do sujeito, e mais uma vez, fala e escrita se diferenciam: enquanto a escrita prefere os nulos e utiliza um pequeno percentual de *se*, a fala começa a exibir importante aumento de uso de formas nominativas (cf. Cavalcante 1999, Duarte 2008, Cavalcante e Duarte 2009).

Com base nesses resultados, chegamos à conclusão de que o português brasileiro não pode ser considerado como uma língua prototípica de sujeito nulo, uma vez que na modalidade oral, o preenchimento é a opção preferida. Daí os trabalhos revelam que, ao longo dos anos, o PB está passando por uma mudança paramétrica – de língua marcada positivamente para o parâmetro do sujeito nulo [+*pro-drop*] para uma remarcação negativa em relação às características de língua de sujeito nulo [-*pro-drop*]. De acordo com Duarte (1993), essa

mudança na marcação do PSN está relacionada à redução do paradigma flexional português brasileiro que passou de um sistema com seis formas distintivas para um sistema com três formas distintivas somente. Paralela a essa simplificação no quadro flexional, o PB passou a preencher os sujeitos pronominais de referência definida no decorrer do século XX.

Tomando como referência esses estudos, na seção 2.2.4, foram delimitados os objetivos desta pesquisa. De posse dos resultados apresentados nesse trabalho para a representação dos sujeitos de referência arbitrária, passaremos a responder agora a cada um desses objetivos que foram propostos.

Nosso primeiro objetivo era procurar evidências que comprovassem ou não a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência arbitrária nas peças de teatro. Tal objetivo está estritamente relacionado ao quarto que pretendia observar como evolui a representação dos sujeitos de referência arbitrária no português brasileiro, ao longo dos dois séculos em que foram produzidas essas peças – um tipo de texto escrito que, apesar de não reproduzir fielmente, aproxima-se bastante da modalidade oral, como declara Duarte (1993) em relação aos resultados obtidos para a peça escrita em 1992.

Nossa hipótese principal era a de que as peças mais antigas privilegiariam o uso de *se* indefinido e da terceira pessoa do plural, assim como as gramáticas tradicionais, baseadas em normas antigas, descrevem e recomendam. À medida que ocorre a redução do paradigma flexional e o aumento dos sujeitos de referência definida, esperava-se da mesma forma a ocorrência de outras estratégias de indeterminação além daquelas recomendadas pelas gramáticas, já atestadas pelas pesquisas citadas como o emprego das formas nominativas *você* e *a gente*, além da preferência pela representação plena dos sujeitos de referência arbitrária, evidenciando, assim, uma mudança encaixada.

Em relação aos sujeitos de referência arbitrária em sentenças finitas, os resultados encontrados confirmam a nossa expectativa. Até a década de 50, a preferência é realmente pelo uso de *se* e pela terceira pessoa do plural. Nos dois períodos subsequentes, observou-se (1) uma queda brusca do *se*, (2) a resistência da terceira pessoa do plural para o tipo de indeterminação que exclui o falante em construções com verbo no pretérito perfeito e clítico acusativo o que impede o emprego de *se*, (3) a implementação gradativa da estratégia com *a gente*, que alcança seu ponto mais alto no último período se tornando a estratégia mais empregada nessa década, (4) a entrada da forma *você* a partir do período VI (década de 70) com índices bastante expressivos e sua permanência no período VII ainda que não tão expressiva quanto no período anterior e (5) a inexpressiva ocorrência (três dados) da estratégia com o verbo na terceira pessoa do singular e uma posição vazia (lembramos de que essa

estratégia é muito restrita, ocorrendo em construções que veiculam aspecto durativo, modalidade deôntica e discurso de procedimento).

Tal comportamento confirma nossa expectativa que era encontrar um número expressivo de ocorrência de *a gente* e *você* nas peças dos períodos finais, já que estas são as estratégias de indeterminação preferidas na modalidade oral tanto na variedade culta quanto na variedade popular, conforme foi demonstrado em Duarte (1995; 2003). Essa ocorrência de sujeitos plenos nas peças equivale também a uma importante evidência da implementação e encaixamento da mudança em relação ao preenchimento do sujeito no português brasileiro.

O segundo objetivo era identificar os contextos que influenciariam ou retardariam o emprego de determinada estratégia para representação dos sujeitos de referência arbitrária. O fator que leva em conta a (não) correferência com o sujeito da oração imediatamente anterior se mostrou bastante relevante na realização do sujeito pleno na análise que leva em consideração as formas de indeterminação *eles*, *nós*, *a gente* e *você*. Todas as formas de indeterminação foram privilegiadas nos contextos de ausência de correferência. Quanto à (não) concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural em construções com *se*, não foi possível testar a nossa hipótese de que as peças mais recentes apresentariam maiores índices de não concordância devido à baixa frequência de *se* nas peças da segunda metade do século XX. Apenas verificamos do ponto de vista qualitativo que a preferência foi pela concordância, o que de certa forma se assemelha aos resultados encontrados para a fala espontânea.

O terceiro pretendia verificar se o uso de formas pronominais nominativas para indeterminar o sujeito se implementa paralelamente a tendência a preencher os sujeitos referenciais definidos. No tocante à representação nula/plena dessas estratégias de indeterminação, constatamos que a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência arbitrária é implementada mais tarde em comparação aos sujeitos de referência definida. Somente no período VII (década de 90), as peças passam a apresentar os sujeitos preenchidos como opção preferida enquanto que para os sujeitos de referência arbitrária tal mudança acontece já na década de 70 e 80 (período VI). Foi proposto também investigar que trajetória a mudança segue. Pode-se dizer que as peças revelam uma mudança em direção ao preenchimento dos sujeitos, uma vez que as peças mais recentes, especialmente as do último período (década de 90) demonstram uma preferência pelo uso de sujeitos plenos, especialmente com a forma nominativa *a gente*.

Por último, foi sugerido investigar a posição dos sujeitos nas sentenças infinitivas. Nossa hipótese era a de que as peças, embora privilegiassem o uso de sujeito nulo, contariam

também com o aparecimento de outras formas pronominais nominativas e o preenchimento da posição com *se* nas peças mais recentes à semelhança do que ocorre na fala espontânea.

Notamos que o sujeito nulo predomina em três dos períodos examinados, em consonância com aquilo que recomenda as gramáticas tradicionais, mas outras formas já concorrem com ele, tal como na fala. O uso *se* começa com percentuais bem expressivos e depois nos períodos seguintes perde força, pode ser resultado da grande pressão normativa que ganhou força na primeira metade do século XX (cf. Pagotto 1998). Os contextos de presença de preposição juntamente com as orações que podem ser introduzidas por preposição: completivas e adverbiais pospostas revelaram-se significativos para o aparecimento de tal estratégia. Como só existiram três ocorrências de argumento interno no plural e verbo no infinitivo novamente não foi possível comprovar a hipótese de que a posposição do SN privilegiaria o uso de *se indeterminador* como mostraram os trabalhos resenhados e nem tirar conclusões sobre a (não) concordância.

No que diz respeito às formas nominativas *a gente*, *você* e *eles*, vimos que elas começam a se implementar gradualmente nas peças. No entanto, o surgimento dessas estratégias e até sua concorrência com o sujeito nulo como ocorreu nos períodos I, III, V e VI nos mostra que o PB já dá indícios de uma possível mudança em progresso.

De modo geral, podemos dizer que os resultados apresentados confirmam a hipótese central desta pesquisa: a de que a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência definida nas peças é acompanhada de perto pela mudança na representação dos sujeitos de referência arbitrária. Foi possível observar o encaixamento dessas mudanças e acompanhar, na linha do tempo, sua implementação no sistema.

Acreditamos que essa pesquisa nos trouxe evidências não só da preferência pelos sujeitos plenos de referência arbitrária em sentenças finitas e do início da tendência ao preenchimento dos sujeitos arbitrários em sentenças não finitas, mas também da infiltração de formas de indeterminação que apareceram no sistema em decorrência do processo de mudança em progresso pelo qual o português brasileiro está passando. Vimos, pois, que no que diz respeito ao uso das formas nominativas para expressar a referência arbitrária em sentenças finitas, os períodos VI e VII são os mais significativos dessa evolução nas peças: o primeiro porque marca o momento de transição entre a preferência pelas formas nulas e plenas, onde há uma concorrência entre essas duas formas de representação e o segundo porque representa o período de mudança, ou seja, nesse momento a preferência passa a ser pelo emprego das formas plenas.

Ao compararmos esses resultados com os obtidos para os sujeitos de referência definida (Duarte 1993), podemos perceber que essas peças apresentam algumas diferenças importantes na evolução da representação dos seus sujeitos: no período V já pode ser observada a transição dos sujeitos definidos nulos para os plenos diferentemente dos sujeitos indeterminados onde tal competição se dá apenas no período seguinte (VI) e o momento que marca a mudança em direção ao preenchimento dos sujeitos definidos acontece no período VI, algo que só ocorre no período posterior (VII) para os sujeitos de referência arbitrária. Quanto às sentenças não finitas, podem ser destacados os períodos V e VI onde acontece a competição acirrada entre o sujeito nulo e as formas *se*, *eles*, *a gente* e *você*.

Assim, através deste trabalho, foi possível observar o encaixamento dessas mudanças e acompanhar, na linha do tempo, sua implementação no sistema. Por isso, almejamos que esta pesquisa possa contribuir com mais algumas informações para o estudo da mudança paramétrica em curso no PB, especialmente para mostrar que a conjugação de dois modelos teóricos, a princípio, “irreconciliáveis” ou “incompatíveis” como são considerados a Teoria de Princípios e Parâmetros de base gerativista e a Teoria da Variação e Mudança Linguística proposta por W, L & H pode ser bastante útil para a compreensão da mudança sintática que acontece no PB.

VARGAS, Amanda de Santana Campos. Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2010.

Este trabalho tem por objetivo analisar a evolução das formas pronominais de indeterminação do argumento externo, sob uma perspectiva diacrônica. A amostra utilizada é constituída de 28 peças teatrais escritas no Rio de Janeiro ao longo dos séculos XIX e XX. Associamos pressupostos teóricos do modelo de estudo da mudança proposto por W,L&H 2006 [1968] com a Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981). A hipótese principal que orienta a pesquisa é a de que as peças mais antigas privilegiariam o uso de *se indefinido* (indeterminador/apassivador) e da terceira pessoa do plural, assim como as gramáticas tradicionais, baseadas em normas antigas, descrevem e recomendam. À medida que ocorre a redução do paradigma flexional e o aumento dos sujeitos de referência definida, esperava-se da mesma forma a ocorrência de outras estratégias de indeterminação além daquelas recomendadas pelas gramáticas, já atestadas pelas pesquisas mencionadas como o emprego das formas nominativas *você* e *a gente*, além da preferência pela representação plena dos sujeitos de referência arbitrária, evidenciando, assim, uma mudança encaixada. Em relação às sentenças finitas, os resultados confirmam nossas hipóteses iniciais revelando que ao longo do tempo ocorre a redução brusca no uso de *se* e a preferência pelo preenchimento dos sujeitos de referência arbitrária, particularmente com a utilização das estratégias pronominais *a gente e você*. Em relação às sentenças não finitas, os sujeitos nulos de referência arbitrária, recomendados pelas gramáticas tradicionais, coocorrem com o *se*, especialmente nas duas primeiras sincronias do século XIX, e podemos atestar, nos demais períodos, a implementação gradual de formas nominativas tal como observadas na fala espontânea, uma outra evidência de mudança em progresso e do encaixamento de uma mudança mais ampla provocada pela representação do sujeito no português brasileiro.

VARGAS, Amanda de Santana Campos. Pronominal Strategies for indetermination: a diachronic analysis. MA Thesis. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2010.

This work analyses the evolution of pronominal strategies to represent external arguments with arbitrary reference, in a diachronic perspective. The sample used comprises 28 plays written in Rio de Janeiro along the along the 19th and the 20th century. We associate the theoretical framewok to study linguistic change, as proposed by Weinreich, Labov & Herzog 2006 [1968] with the Principles and Parameters Theory (Chomsky 1981). Our central hypothesis is that older plays will exhibit the use of nominative/passive SE and the third person plural verb form, the two strategies described and recommended by traditional grammars. As the inflectional verb paradigm reduces, with the consequent rise of overt definite reference subjects, we expect a reduction in the use of SE and the implementation of other forms of indetermination, already attested in contemporary speech, such as the use of nominative pronouns *você* (you) e *a gente* (one), which will constitute an evidence of the “embedding” of the change. Regarding finite sentences, our results confirm our initial hypothesis, showing a substantial decrease of SE and the preference for nominative pronouns, particularly *você* and *a gente*. As for non finite sentences, null arbitrary subjects, recommended by traditional grammars, co-occur with SE, specially in the two synchronies of the 19th century, and one can attest, in the other periods the gradual implementation of nominative forms such as observed in spontaneous speech, another suggestion of a change in progress and an evidence of the embedding of a more ample change affecting the representation of subjects in Brazilian Portuguese.

Peças utilizadas

CALLADO, Antônio. *Pedro Mico*. 1954.

_____, Antônio. *O colar de coral*. 1954.

CUNHA, Humberto. *A vida tem três andares*. 1938.

FALABELLA, Miguel. *A Partilha*. 1990.

_____, Miguel. *No coração do Brasil*. 1992.

_____, Miguel. *Como encher um biquíni selvagem*. 1992.

FERNANDES, Millôr. *Um elefante no caos*. Porto Alegre: LPM editores, 1979.

_____, Millôr. *Os órfãos de Jânio*. Porto Alegre: LPM, editores, 1979.

FRANÇA JÚNIOR, Joaquim J. de. *Teatro de França Júnior*. Tomo II. Serviço Nacional de Teatro, Fundação da Arte, 1980.

GONZAGA, Armando. *O Troféu*. 1933.

_____, Armando. *A Patroa*. 1933.

_____, Armando. *O hóspede do quarto n° 2*. 1937.

MARTINS PENA, Luiz C. *As melhores comédias de Martins Pena*. Apresentação de Guilhermino César. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NEVES, João das. *O último carro ou as 14 estações*. 1976.

NOVAES, Carlos Eduardo. *A mulher integral*. 1975.

_____, Carlos Eduardo. *Confidências de um espermatozóide careca*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

TOJEIRO, Gastão. *O simpático Jeremias*. 1918.

_____, Gastão. *As Fans de Roberto Taylor*. 1919.

_____, Gastão. *Onde canta o sabiá*. 1920.

_____, Gastão. *A Inquilina de Botafogo*. 1920.

Referências Bibliográficas:

- ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003. (v. 1).
- ABAURRE, Maria Luiza. *Gramática: texto, análise e construção de sentido*. São Paulo: Editora Moderna, 2006.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa - Cursos de 1º e 2º graus*. São Paulo: Ed. Nacional . 1987.
- CAVALCANTE, Sílvia Regina de O. *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras: UFRJ. 1999.
- _____, Sílvia Regina de O. “O sujeito nulo de referência indeterminada na fala culta carioca”. In: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários. Diadorim. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós- Graduação em Letras Vernáculas, 2006.
- _____, Sílvia & Duarte, Maria Eugenia L. *Sujeitos de referência arbitrária em sentenças infinitivas do português e o parâmetro do sujeito nulo*. In: Fiéis, Alexandra & Coutinho, Maria Antónia (Orgs.) Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Colibri Artes Gráficas Ltda.pp. 185-198. 2009.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris. 1981.
- _____, Noam. “Novos horizontes no estudo da linguagem”. In: DELTA: Documentação de estudos em Linguística Teórica e aplicada. Vol.13. special issue. São Paulo. 1997.
- CRESTI, Emanuela & Massimo MONEGLIA (eds.). *C-ORAL-ROM – Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Studies in Corpus Linguistics, vol. 15. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins. 2005.

- CUNHA, Celso & Cintra, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- CUNHA, Claudia de S. *Indeterminação Pronominal do Sujeito*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ, 1993.
- DUARTE, M. Eugênia L. “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito português do Brasil”. In: Roberts & M. A. Kato (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Da UNICAMP. 107-128. 1993.
- _____, M. Eugênia L. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas. 1995.
- _____, M. Eugênia L. “A sociolinguística Paramétrica”. Apresentação de Trabalho no I Simpósio Nacional de Estudos Lingüísticos. João Pessoa, 1997.
- _____, M. Eugênia L. “Sociolinguística e Teoria de Princípios e Parâmetros”. In: Estudos da Linguagem: Renovação e Síntese. Anais do VIII Congresso da ASSEL – Rio. pp. 803-810. 1999.
- _____, M. Eugênia L. “A Sociolinguística Paramétrica: perspectivas”. In: HORA, Demerval da & CHRISTIANO, Elizabeth (orgs). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia. pp. 107-113. 1999.
- _____, M. Eugênia. L. “The loss of the Avoid Pronoun Principle in Brazilian Portuguese” In: KATO, Mary A. & NEGRÃO, E. V. (Org.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. 1ª ed. p. 17-36. Frankfurt/Madrid: 2000.
- _____, M. Eugênia L. “Variação sintática e mudança paramétrica”. In: GRAGOATÁ, *Línguas e Variação Linguística no Brasil*. pp. 75-84. 2001.
- _____, M. Eugênia L. “Construções com se passivador e indeterminador em anúncios do século XIX”. In: ALKMIM, Tânia (Org.). *Para a história do Português Brasileiro*, vol. III. Novos Estudos, São Paulo: Humanitas, p. 155-176. 2002.

- _____, M. Eugênia L. “A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos”. In: Paiva, M. da Conceição & M. Eugênia L. Duarte (orgs). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa / Faperj. 115-128. 2003.
- _____, M. Eugênia L. “Sobre outros frutos de um „projeto herético“: o sujeito expletivo e as construções de alçamento”. Livro em homenagem a Mary Kato. 2007.
- _____, M. Eugênia L. “Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão”. In: Revista Linguística, Rio de Janeiro, 3, n. 1, p. 89-115, junho 2007.
- _____, M. Eugênia L. “O Sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas”. In: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Revista do gel. S.J. do Rio Preto. Vol. 5. n. 1 p. 9-30. 2008.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- HENRIQUES, Fernando P. *Construções com verbos de alçamento: um estudo diacrônico*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ, 2008.
- LABOV, WILLIAM. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press. 1972.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1972.
- LOPES, Célia & Duarte, Maria Eugênia. “Realizaram, realizou-se ou realizamos...? as formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornalismo século XIX”. In: DUARTE, M.E.L; CALLOU, D. (Org). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2002, p.155-165. v.4.
- _____, Célia & Duarte, Maria Eugênia. *De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e*

oitocentistas. In: Sílvia Brandão & M. Aantónia Mota (orgs.) *Análise Contrastiva de Variedades do Português: Primeiros Estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio. 2003: 61-76.

_____, Célia R. dos S. *Nós e a gente no português falado do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/ UFRJ. 1993

_____, Célia Regina dos Santos. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Letras/UFRJ. 1999.

_____, Célia & Duarte, Maria Eugênia “Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. Em: Jânia M. Ramos e Mônica A. Alkmim (Organizadoras) *Para a história do português brasileiro Vol. V Estudos sobre mudança linguística e história social Belo Horizonte*: Editora FALE/UFMG. Pp. 310-337. 2007.

KROCH, Anthony. (2003). "Mudança sintática". <http://www.ling.upenn.edu/kroch>. Traduzido por Sílvia Cavalcante.

LIGHTFOOT, David. *The development of language. Acquisition, change and evolution*. Malden, Mass.; Bladswell.

MARINS, Juliana Esposito. *O Parâmetro do Sujeito Nulo: uma análise contrastiva entre o português e o italiano*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ, 2009.

MIRA MATEUS, Maria H. et alii. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª e.d. revista e aumentada. Lisboa: Caminho.

MENDES DE ALMEIDA, Napoleão. *Gramática Metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1969.

MOLLICA, Maria Cecília. “Fundamentação teórica: conceituação e delimitação”. In: MOLLICA, Maria Cecília & Maria Luiza Braga (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.

- NASCIMENTO, M. Fernanda et alii. *Português Fundamental: volume segundo*. Métodos e documentos: tomo primeiro. Inquérito de frequência. Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. 1987.
- NICOLA, José de. *Português: ensino médio*. São Paulo: Scipione, vol. 3. p. 80-90, 2005.
- NUNES, Jairo. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado, Unicamp. 1990.
- OMENA, Nelize P. de. *A referência variável da 1ª. Pessoa do discurso no plural*. In Relatório apresentado à FINEP. 1986
- PAGOTTO, E. G. *Norma e condescendência: ciência e pureza*. Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, v.2, p. 49-68, 1998.
- PAIVA, M. da Conceição & DUARTE, M. Eugênia L. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj. 2003.
- PINTZUK, Susan. *VARBRUL Programs (inédito)*. 1998.
- RAPOSO, Eduardo. *Teoria da Gramática. A Faculdade de Linguagem*. Lisboa, Editorial Caminho. 1992.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Vergonha da mesóclise*. Jornal O globo, 7 de Junho de 2009.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da língua portuguesa*. 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- TARALLO, Fernando. "Por uma Sociolinguística Românica „Paramétrica“: Fonologia e Sintaxe". *Ensaio de Linguística* 13. p. 51-84. 1987.
- _____, Fernando. *A pesquisa sócio-linguística*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. Revisão Técnica de Carlos Alberto Faraco. Posfácio de Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ANEXO 1

Estratégia	I	II	III	IV	V	VI	VII
Eles	1/74 (1%)	1/52 (2%)	0/47 (0%)	1/38 (3%)	11/51 (22%)	3/31 (10%)	5/38 (13%)
Nós	0/0 (0%)	0/0 (0%)	1/5 (20%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	3/12 (25%)	1/1 100%
A gente	1/1 (100%)	4/5 (80%)	14/15 (93%)	8/9 (88%)	14/17 (82%)	15/21 (71%)	39/51 (76%)
Você	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	16/24 (67%)	33/46 (72%)

Tabela 3.1 Distribuição dos pronomes plenos (vs total: nulos + plenos) ao longo do tempo

Forma com <i>se</i>	I	II	III	IV	V	VI	VII
Concordância	7/8 (88%)	10/12 (83%)	5/7 (71%)	8/8 (100%)	2/2 (100%)	1/2 (50%)	0/0 (0%)
Não concordância	1/8 (12%)	2/12 (17%)	2/7 (29%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	1/2 (50%)	0/0 (0%)

Tabela 3.2 Concordância vs não concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural em construções com *se*

ANEXO 2

Posição do Argumento interno	Posposto	Relativizado	Anteposto	Não realizado foneticamente	alçado
Concordância	24/28 (86%)	1/3 (33%)	8/8 (100%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)
Não concordância	4/28 (14%)	2/3 (67%)	0/8 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)

Tabela 3.3: Concordância vs não concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural em construções com *se*

Forma verbal	simples	complexa
Concordância	30/33 (91%)	3/6 (50%)
Não concordância	3/33 (9%)	3/6 (50%)

Tabela 3.4: Concordância vs não-concordância em relação à forma verbal simples ou complexa

Posição do argumento interno	Posposto	Relativizado	Anteposto	Não realizado foneticamente	Alçado
	8/13 (62%)	0/13 (0%)	3/13 (22%)	1/13 (8%)	1/13 (8%)

Tabela 3.5: Posição do argumento interno em estruturas de *se* com infinitivo

ANEXO 3

Estratégia	I	II	III	IV	V	VI	VII
Eles	0/3 (0%)	0/1 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/1 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)
Nós	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/1 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)
A gente	0/0 (0%)	1/1 (100%)	1/1 (100%)	2/2 (100%)	3/5 (60%)	0/1 (0%)	3/7 (43%)
Você	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	0/0 (0%)	4/6 (67%)	1/1 (100%)

Tabela 3.6: Distribuição dos pronomes plenos (vs total: nulos + plenos) ao longo do tempo em sentenças não finitas

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)